

Abasolense

- também com um pouco de canudo -
o velho

19.09.92

CARTOGRAFIA

DE

CANUDOS



José Calasans Brandão da Silva nasceu, em 14 de julho de 1915, na cidade de Aracaju. Passou a residir, definitivamente, em Salvador, a partir de 1947. Fez o curso secundário no Ateneu Sergipense, na capital sergipana. Formou-se pela Faculdade de Direito da Bahia em 1937.

Obteve o grau de Doutor em Geografia e História em 1951, defendendo, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Bahia, em concurso de livre-docência para História do Brasil, a tese intitulada *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*. Nesta mesma faculdade havendo concorrido à cátedra de História Moderna e Contemporânea, conquistando-a após a defesa e aprovação, em 1959, da tese *Os vintistas e a regeneração econômica de Portugal*.

Chefiou, por longo tempo, o Departamento de História dessa faculdade, tendo exercido sua direção, nos anos de 1974 e 1975. Foi vice-reitor da Universidade Federal da Bahia de 1980 a 1984. E, em 1983, reuniu toda a documentação que conseguira, em suas pesquisas, sobre a Guerra de Canudos e a vida de Antônio Conselheiro – livros, revistas, jornais da época, documentos particulares como cartas e bilhetes escritos no tempo do conflito, depoimentos de sobreviventes ou seus descendentes, da luta armada, organizou-a e doou-a ao Centro de Estudos Baianos da UFBA., fundando, desse modo, o *Núcleo Sertão*, dele hoje integrante e que se constitui no mais importante centro de estudos, em escala mundial, sobre os temas referidos.

José Calasans dirigiu, até data recente, o Museu Eugênio Teixeira Leal – Memorial do Banco Econômico.

Pertence, desde 1962, à Academia de Letras da Bahia.

Coleção Memória da Bahia Nº 5

© José Calasans Brandão da Silva

DIGITAÇÃO

Leda Ribeiro de Freitas Oliveira

REVISÃO

Regina Maria Ribeiro de Freitas Oliveira

Américo Venâncio Lopes Machado Filho

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Maisa Menezes de Andrade

CAPA

Waldir Freitas Oliveira

(Sobre nanquim e ecoline s/papel de Trípoli Gaudenzi, constante de Memorial de Canudos, FUNCEB/BAHIATURSA – Salvador, Bahia, 1993; utilizando trecho de carta enviada de Canudos pelo jagunço José Mendes dos Reis a Benedito Pereira de Souza, citada por J. P. Favila Nunes, em Guerra de Canudos, Rio de Janeiro, Tip. Moraes 1898).

S58 Silva, José Calasans Brandão
Cartografia de Canudos/José Calasans Brandão da Silva. –
Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual
de Cultura, EGBA. 1997.
147p. – (Coleção Memória da Bahia. 5)

ISBN 85-86485-10-1

1. Brasil-História-Guerra de Canudos, 1897. 2. Conselheiro
Antonio Vicente Mendes Maciel, 1830-1897. I. Título.

CDD 981.05

Empresa Gráfica da Bahia
Rua Melo Moraes Filho, 189, Fazenda Grande do Retiro – CEP 40346-900
Fone: (071) 380-2800
Fax: (071) 380-2901/2903
Salvador-Bahia-Brasil

JOSÉ CALASANS BRANDÃO DA SILVA

CARTOGRAFIA DE CANUDOS

**Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia
Conselho Estadual de Cultura
EGBA**

**Salvador
1997**

Cartografia de Canudos

Coletânea de textos do autor

sumário

- Canudos não euclidiano [1986]
- Antônio Vicente no Ceará [1991]
- Aparecimento e prisão de um messias [1988]
- O séquito de Antônio Conselheiro [1990]
- Canudos – origem e desenvolvimento de um arraial messiânico [1974]
- Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios [1973]
- Subsídios à história das capelas de Monte Santo [1983]
- Antônio Conselheiro e a escravidão [1968]
- A Guerra de Canudos na poesia popular [1952]
- Memorial de Canudos [1993]
- Odorico Tavares e a oralidade canudense [1993]
- O coronel César [1995]
(texto publicado originalmente como Prefácio ao livro de Oleone Fontes, *O Trem-Terra: Moreira César, a República e Canudos*)
- Um bom depoimento [1996]
- As mulheres de "Os Sertões" [1959]
- Euclides da Cunha e Siqueira Menezes [1956]
- Euclides da Cunha nos jornais da Bahia [1969]
- Centenário do Belo Monte [1992]
- Dois centenários [1993]
- Centenários canudenses [1994]
- Centenário da igreja velha de Canudos [1993]
- As igrejas de Canudos [1997]
- Um menino de Cocorobó [1994]
- Santo Antônio de Canudos [1996]

APRESENTAÇÃO

Desde 1951, há 46 anos, ouço José Calasans falar de Canudos, do Conselheiro, de Euclides da Cunha e de *Os Sertões*.

Naquele ano, apresentou Calasans, como tese de Livre-Docência, na velha Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, na avenida Joana Angélica, o trabalho intitulado *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, surpreendendo tanto os seus examinadores como os que assistiram sua brilhante defesa, pelos vastos conhecimentos que demonstrou possuir sobre o assunto, a todos encantando com sua maneira simples de dizer as cousas, agradável de ouvir e capaz de convencer os que o escutaram, tanta a segurança com que fazia suas afirmações e rebatia as críticas feitas pela sua banca de exame.

Firmou-se, desde então, José Calasans, como o maior conhecedor, no âmbito da historiografia brasileira, da chamada "guerra de Canudos" e da vida sofrida e atribulada de Antônio Conselheiro; e, conseqüentemente, do texto de *Os Sertões*, narrativa maior de tudo o que aconteceu em Canudos, lida e relida por José Calasans, em todas as suas edições, havendo-o penetrado, através de todas as brechas nele encontradas, esmiuçando-o e analisando-o, praticamente, frase por frase.

Estive presente entre os que o ouviram e aplaudiram naquela tarde do ano de 1951, muito importante para todos os que, acreditando na Faculdade de Filosofia que Isaías Alves criara, viam, na realização de concursos como aquele, uma afirmação de prestígio para a nova escola, que sem possuir, ainda, tradição na Bahia, disputava uma parcela sua, sobre um espaço antes ocupado somente pela Faculdade de Medicina e Escolas Anexas de Farmácia e Odontologia, pela Faculdade de Direito, pela Escola Politécnica e, heroicamente, pela Escola de

Belas Artes. Foi aquela uma época muito significativa para a história da nova Faculdade de Filosofia.

Dois anos depois, reencontrei José Calasans em sala de aula, como professor de História da América. Em 1951 reingressara na Universidade Federal da Bahia, diplomado em Direito, desde 1950, para realizar, na Faculdade de Filosofia, o curso de Licenciatura em Geografia e História. José Calasans representou para os seus alunos, nessa época, uma oportunidade rara de aprender de uma maneira nova – *conversando*. Seu estilo de ensinar, fugindo à rigidez fatigante dos esquemas prévios e à narrativa fria de fatos sem conta, transformava suas aulas em momentos agradáveis de convívio, desafio à discussão, análise e tentativa de compreensão de acontecimentos, gestos e ações dos personagens neles envolvidos, tudo isto tendo nos encantado e feito reconhecer estarmos frente a um grande professor, competente em seus conhecimentos, eficiente em sua didática. E, naquela ocasião, mesmo tendo a obrigação de desenvolver, ao longo do curso, o extenso programa da cadeira da qual se encarregara, não perdia a oportunidade de, ao menor pretexto, nos falar de Canudos, do Conselheiro e de *Os Sertões*; obtendo, como resultado prático, a nossa sempre interessada participação festiva em cada descoberta que fazia, desentranhada da leitura de jornais da época do conflito, de documentos encontrados nos arquivos da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Ceará. Apressava-se, nessas horas, a nos comunicar o que achava, discutindo conosco como poderia aquela nova informação encaixar-se no imenso quebra-cabeças que se dispusera a armar, até completá-lo, referente ao assunto. E além disso, onde soubesse poder encontrar, fosse onde fosse no sertão, sinais da presença do Conselheiro e sua gente, da sua ação como construtor de igrejas e cemitérios, partia Calasans para esses locais, buscando sempre obter o maior proveito nessas suas pesquisas, entrevistando, nessas ocasiões, sobreviventes da época da "guerra" ou pessoas que se lembravam ainda de cousas que haviam acontecido no arraial do Belo Monte ou nos povoados e vilas por onde andaram os *conselheiristas*.

Sempre insatisfeito com o que conseguia, pois acreditava que muito havia ainda a ser encontrado de referência a Canudos, José Calasans não desistiu, em qualquer momento, da sua gigantesca empreitada – a de reconstituir a tragédia que se abateu sobre os sertões da Bahia, em princípios deste século, incansável no ânimo e em sua curiosidade, qualidades que lhe permitiram acrescentar à história de Canudos e do Conselheiro, fatos relevantes, antes desconhecidos, interpretações novas, algumas surpreendentes, a desmistificação de afirmativas firmadas, ao longo do tempo, por sua repetição por vários autores, e, finalmente, esclarecimentos fundamentais para uma compreensão melhor de tudo que ali se passara.

Buscando despertar nos mais jovens o entusiasmo que sentia, desejando torná-los companheiros de jornada, decidiu reunir, em 1983, toda a documentação que, no curso dos anos, conseguira reunir sobre Canudos e o Conselheiro – livros, revistas, jornais da época, documentos particulares, cartas, bilhetes, alguns milagrosamente localizados, a fim de colocá-la à disposição da comunidade estudiosa. Surgiu, desse modo, naquele ano, o "Núcleo Sertão", integrado ao Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, funcionando, inicialmente, numa das salas do antigo prédio da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, hoje instalado no 3º pavimento da Biblioteca Central dessa Universidade. Havendo este órgão, desde a sua inauguração, se firmado como o mais importante instituto de estudos universitários sobre os temas nele consagrados, pela riqueza do seu acervo documental, e se tornado, em consequência, base essencial de apoio para todos os pesquisadores, nacionais ou estrangeiros, que chegam à Bahia, com o objetivo de aqui pesquisar sobre um assunto que, graças aos esforços e à pertinácia de José Calasans, há muito deixou de ser de puro interesse regional ou mesmo nacional, para se transformar em tema de teses que se multiplicam pelo mundo inteiro, despertando a atenção de intelectuais provindos dos mais diversos países, pretendendo desenvolver seus estudos de pós-graduação em universidades

localizadas nos Estados Unidos, na França, Inglaterra, Itália, Alemanha, entre outros, a partir do que aqui encontrarem.

O prestígio que José Calasans conseguiu imprimir a esses estudos, resultou, afinal, na criação e incorporação ao vernáculo, de duas novas palavras – *canudenses* e *canudistas*, com significação especial – a primeira, usada para designar os estudos e pesquisas efetuados sobre o assunto, a segunda, para denominar os que passaram a dedicar-se a tal tarefa, tomando-se especialistas no seu trato. E é impressionante verificar como vem crescendo, de modo acelerado, o número de *canudistas*, e conseqüentemente, o de estudos *canudenses*, formando, hoje, tais *canudistas*, um grupo de grande valor e competência, coerente em seus objetivos, todos procurando sempre desvendar pontos ainda obscuros na história dos fatos ocorridos, ou esclarecer passagens ainda confusas constantes do texto básico de Euclides, e, finalmente, por via indireta, das estórias de vida dos personagens que neles se envolveram, como participantes ou espectadores.

O livro *Cartografia de Canudos* surge, agora, graças à iniciativa do Prof. Luís Henrique Dias Tavares que, em junho de 1995, propôs, em sessão do Conselho Estadual de Cultura, do qual participa como um dos seus mais ilustres integrantes, a reedição do livro *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, a tese de concurso de Livre-Docência de José Calasans, defendida em 1951. Encaminhada sua indicação à minha apreciação, na condição de relator, na Câmara de Letras daquele Conselho, sugeri fosse ela ampliada, de modo a poder reunir, numa mesma publicação, tanto a tese referida como os numerosos artigos de José Calasans publicados em diversos periódicos nacionais, além de pequenos trabalhos editados, por vezes, por iniciativa do próprio autor, em tiragens limitadas, ou por editoras já desaparecidas, tal como a Progresso Editora, de Salvador, de grata e saudosa lembrança.

Pensei, então, numa edição reunindo 14 trabalhos do mestre canudista, por mim considerados os mais importantes, em meio ao numeroso acervo de artigos e conferências por ele publicados. Submetida, porém, a lista por mim elaborada, à apreciação do mestre Calasans, ele não a aceitou. Por motivos próprios, decidi alterá-la. Pouco restou, em verdade, das sugestões inicialmente feitas por mim e pelo Prof. Luís Henrique. Organizou, então, uma nova seleção de textos – a que está sendo aqui apresentada, com 23 artigos, à qual deu o título de *Cartografia de Canudos*, havendo o Conselho Estadual de Cultura aceito, sem quaisquer restrições, essa sua escolha.

Eis, enfim, portanto, a obra publicada, no ano do Centenário de Canudos, como desejou José Calasans. E isto se dá graças aos esforços que vem fazendo para o desenvolvimento eficiente da cultura baiana, de Paulo Renato Dantas Gaudenzi, Secretário da Cultura e Turismo do Estado. A ele agradecemos, em nome do Conselho Estadual de Cultura, a edição deste livro. Queremos, contudo, também agradecer a todos os que se empenharam, com esforços redobrados, nas tarefas de digitação, revisão e editoração dos originais indicados para integrá-lo, provindos de publicações as mais diversas, editados em várias épocas, havendo se tornado imprescindível a realização do árduo trabalho de uniformizá-los, a fim de dar ao livro uma roupagem digna do seu imenso valor intrínseco – o do texto magistral do mestre maior dos canudistas – José Calasans.

Waldir Freitas Oliveira

Presidente do Conselho Estadual de Cultura Bahia, maio de 1997

CANUDOS NÃO EUCLIDIANO^(*)

FASE ANTERIOR AO INÍCIO DA GUERRA DO CONSELHEIRO

Aconteceu em 1902. Euclides da Cunha publicou seu livro sobre a Campanha de Canudos, intitulado **Os Sertões**. A obra do jovem engenheiro fluminense, aparecida cinco anos depois da luta sangrenta do interior da Bahia, recolocou em evidência os acontecimentos de 1897 e projetou, no cenário intelectual do Brasil, o nome de Euclides da Cunha, tenente reformado do Exército que, na condição de repórter de **O Estado de São Paulo**, estivera no campo da luta, assistindo aos últimos momentos da heroica e suicida resistência dos jagunços. O "livro vingador", segundo denominação do próprio Euclides, marcou época, tornando-se obra-prima da literatura nacional. Monopolizou a temática conselheirista. A partir de 1902, o estudo do episódio *Canudos* passou a ser exclusivamente feito via **Os Sertões**. De modo geral, é acertado asseverar que assim sucedeu até às comemorações do cinquentenário do famoso ensaio, nos anos cinquenta do nosso século. Podemos considerar, por isto mesmo, que a historiografia relativa a Antonio Conselheiro e seu grupo messiânico compreende três importantes fases. A primeira, que vai de 1874 a 1902, desde o surgimento, no centro das então Províncias da Bahia e de Sergipe, do peregrino cearense, até a publicação do trabalho de Euclides da Cunha; a segunda, da hegemonia euclidiana, que se estende à década de 50; a terceira e última, quando se iniciou uma revisão do assunto com pesquisas esclarecedoras, à luz de modernas contribuições de feição histórica e sociológica.

Na presente análise, vamos nos cingir às fontes anteriores ao período da guerra. Apresentamos o *Canudos* não euclidiano como parte de informações e comentários relativos a um momento importantíssimo da História do Brasil, a

(*) Este trabalho foi originalmente publicado in *Canudos - Subsídios para sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, Monteiro Aranha S.A., 1996, p.1/23.

chamada "Guerra de Canudos", de tanta significação na nossa vida social, política, cultural e militar.

AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS

Começaremos por 1874. É o ano do aparecimento de um misterioso personagem nos sertões da Bahia e de Sergipe, dizendo chamar-se Antonio dos Mares e proceder da Província do Ceará. A fonte primeira é um semanário sergipano, editado na cidade de Estância, intitulado **O Rabudo**, em seu nº 07, de 22 de novembro de 1874. A referida gazeta está guardada na Biblioteca Pública de Aracaju (Sergipe), conforme informação do pesquisador Acrísio Torres de Araújo, a quem devemos o conhecimento do texto jornalístico. A descrição do tipo físico do "misterioso personagem", sua falta de asseio, seus conselhos, seu forte poder de suggestionar os sertanejos, a ameaça que ele representava para a ordem pública, a necessidade do seu afastamento do meio rural, a obra material que começava a realizar com a restauração da pequena capela de Rainha dos Anjos, no município de Itapicuru (Bahia), tudo isto está mencionado no hebdomadário, editado por Manuel Lopes de Sousa, sem dúvida alguma o primeiro jornal a falar do futuro "rei dos jagunços". **O Rabudo**, "periódico crítico, chistoso, anedótico e noticioso", publicado aos domingos, dedica quase metade das suas quatro pequenas páginas a Antonio dos Mares, que seus já numerosos seguidores chamavam "Santo Antonio dos Mares". Anunciando transmitir opiniões de "pessoas de bom-senso", o jornalista de **O Rabudo** levanta a suspeita de haver o peregrino cometido algum crime, sendo a singularidade do seu modo de viver uma forma de penitência, senão um meio de fugir à ação da Justiça. Estava lançada, nas linhas do artigo, uma hipótese que se transformaria, com o perpassar do tempo, na tal "lenda arrepiadora", do dizer de Euclides da Cunha, horrenda estória do matricídio praticado por Antonio Vicente Mendes Maciel.

Não dispomos de elementos para rastrear o noticiário da imprensa, baiana ou sergipana, referente a Antonio dos Mares, no citado ano de 1874. Há, porém, no Arquivo da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, nas pastas relativas à correspondência dos vigários do nordeste baiano com o vigário Capitular, inúmeros informes relativos aos entendimentos e desentendimentos de alguns párocos com Antonio Maciel ou Antonio Conselheiro, como passou a ser conhecido e mencionado, não havendo mais qualquer referência ao Antonio dos Mares do jornalzinho estanciano.

No documentário em apreço figuram ofícios dos padres João José Barbosa, vigário colado de N. S^a da Conceição do Aporá, João Alves da Silva Paranhos, vigário colado de N. S^a. do Livramento do Barracão, Emílio de Santana Pinto, vigário colado do Divino Espírito Santo de Abrantes, além da correspondência do delegado de Polícia de Abrantes, Joaquim Pereira de Azevedo e do Dr. João Bernardo de Magalhães, chefe de Polícia da Bahia que trocou expediente com o vigário Capitular, monsenhor Luís d'Armor¹. Os papéis existentes no Arquivo do Arcebispado são fontes bem expressivas para se conhecer as atividades de Antonio Conselheiro nos anos de 1875 e 1876. No último dos dois anos, por ordem do Chefe de Polícia, o "messias" foi preso e levado à Capital baiana, donde o enviaram, com escolta policial, para o Ceará, em face do boato de crime que ele teria cometido em sua terra natal.

A prisão do "Santo", em junho de 76, na Vila de Itapicuru, focalizou o nome do Conselheiro na imprensa de Salvador. Tomou-se notícia de destaque. Sua chegada e partida para Fortaleza ganharam espaço nas colunas dos diários soteropolitanos. Sobre sua prisão, sua misteriosa pessoa, seus prosélitos, suas atitudes, seu comportamento perante o Chefe de Polícia, seu suposto crime, há muito que respigar no **Diário da Bahia** (27 de junho e 7 de julho), no **Jornal da Bahia, Diário de Notícias** (6 e 7 de julho). É bem possível que a nota da

1 Gabinete Arquiepiscopal. Correspondência das Repartições Públicas, XVI. (1874-1880). Também Correspondência do Arcebispado (1874-1877).

Folhinha Laemmert² (Rio), tenha sua origem no noticiário baiano do ano anterior.

A notícia da conceituada Folhinha teria sido a primeira divulgada na Capital do Império. A apresentação de Antonio Conselheiro à Corte brasileira...

Sílvio Romero, em 1879, na **Revista Brasileira**, numa série de artigos sobre a poesia popular no Brasil, referiu-se a Antonio Conselheiro, também conhecido por Santo Antonio Aparecido, segundo o escritor sergipano. Julgamos que o ilustre folclorista houvesse conhecido pessoalmente o tal "missionário a seu jeito". Pelo menos teria tido informações transmitidas por pessoas de seu conhecimento que viram de perto o místico cearense. Em 1874, quando o periódico estanciano registrou a presença de Antonio dos Mares, que outro não era senão o próprio Antonio Conselheiro, Sílvio Romero, recém-formado em Direito, exercia o cargo de promotor público da comarca de Estância. Perto da cidade do Piauí ficava Lagarto, terra natal de Sílvio, por onde andou o "Bom Jesus" em suas andanças sergipanas. Nada mais lógico pois, que admitir o conhecimento do folclorista com o portador de folclore. Foi, aliás, sobretudo nesta situação de "portador de folclore", que o autor da **História da Literatura Brasileira** viu o andeço predicante. As informações de Sílvio Romero, depois constantes do seu livro **Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil**³, aparecido em 1888, foram bem aproveitadas por Euclides da Cunha. Apontemos algumas. Os apelidos Antonio Conselheiro e Santo Antonio Aparecido e duas quadras citadas como de origem popular. O informe da "doutrina" pregada pelo "messias", haurida na obra **Horas Marianas**, livro que portava. A condenação do uso dos pentes de chifres, xales de lã, levando as mulheres à queima de tais objetos considerados luxuosos. O levantamento da igreja de Rainha dos Anjos. Sua passagem por Sergipe, onde fez adeptos. A circunstância de divergir

2 CUNHA. Euclides da. *Os Sertões*. 7ª. ed., Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves, 1923. p. 164.

3 ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil*. 2ª. ed., Petrópolis: Editora Vozes, Governo do Estado do Sergipe, 1977. p. 41.

dos "mendigos vulgares", porque somente aceitava o necessário para sua subsistência. O fato de conquistar com suas prédicas as populações que visitava. Em muitos pontos, o depoimento de Sílvio Romero coincide com os comentários de **O Rabudo**. Enquanto, porém, a gazetinha, de modo vago, admitia haver Antonio Conselheiro praticado um crime, o ilustre lagartense, de modo peremptório, tachou de "criminoso do Ceará". Durante muitos anos, como escreveu em 1897, ficou sem novas do fanático. Na 2ª edição dos **Cantos Populares do Brasil**, consignou, em nota de pé de página: "Supúnhamos já falecido este tétrico fanático, quando agora aparece ele nos sertões da Bahia, à frente de um verdadeiro exército de crentes, a fazer depredações de todo gênero"⁴.

Antonio Conselheiro, como já vimos, foi mandado para o Ceará, em 1876. Esteve em Fortaleza, seguindo, ainda preso, para a vila de Quixeramobim, terra de seu nascimento, onde poderia haver cometido o crime de que era indigitado. Nada havia contra ele. Foi, conseqüentemente, posto em liberdade. O jornalista Manuel Benício, em seu livro **O Rei dos Jagunços**, transcreveu os ofícios do chefe de Polícia da Bahia ao seu colega do Ceará e deste ao juiz municipal de Quixeramobim, como também a resposta do mesmo inocentando Antonio Vicente Mendes Maciel, declarando que o mandara pôr em liberdade⁵. A resposta do juiz, Alfredo Alves Mateus, encerrava, oficialmente, a questão do crime, que continuaria, contudo, a se conservar na imaginação do povo.

Posto em liberdade, Antonio Vicente voltou à Bahia, passando a viver em terras do município de Itapicuru, daí saindo, frequentemente, para dar conselhos e realizar obras, construção de capelas e levantamento de muros de cemitérios, em diversos pontos da Bahia e de Sergipe. Teria retornado, consoante a tradição, exatamente no tempo por ele mesmo anunciado. Era um milagre.

4 ROMERO, Sílvio. *Cantos Populares do Brasil*. 2ª. ed. aum. Rio de Janeiro, São Paulo: Livraria Clássica de Alves Cia., 1897, p. Vil.

5 BENÍCIO, Manuel. *O Rei dos Jagunços*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1899. p. 44 a 46.

Estava de volta, num momento angustiado dos sertões nordestinos. Nos dias terríveis da seca de 77, quando, dominados pelo flagelo, os sertanejos esperavam as soluções milagrosas. Faltam-nos dados para avaliar o papel do "Bom Jesus Conselheiro" na conjuntura. Teria construído alguns pequenos açudes, ouvimos alhures.

NOS ANOS OITENTA

Na década de 1880, cresceu o prestígio de Antonio Conselheiro e se agravaram suas relações com os padres, as autoridades policiais e os proprietários rurais. Principalmente com os representantes do clero. Melhor dito, com algumas figuras da igreja interiorana. Os padres, em verdade, se dividiram quanto ao modo de proceder relativamente ao Conselheiro. Uns aceitaram-no, permitindo suas pregações, até mesmo no interior dos templos sagrados, servindo-se dos seus préstimos para a construção ou reconstrução de capelas, levantamento de muros de cemitérios, angariação de recursos para as paróquias, na sua grande maioria sem recursos. O relacionamento Igreja Católica-Antonio Conselheiro, no decorrer dos anos oitenta, antes da Abolição e da República, é muito pouco conhecido. Sua história ainda não foi levantada. As fontes permanecem guardadas nos arquivos da própria Igreja e raramente surgem na imprensa da época. O que existe, porém, inédito, é de suma valia para reconstituição da história do **conselheirismo**⁶. As cartas que vimos, no Arquivo da Arquidiocese, sobretudo escritas entre os anos de 1882 e 1886, quando devidamente anotadas e divulgadas, vão contribuir de modo significativo para a história do movimento liderado por Antonio Conselheiro nos sertões da Bahia.

As missivas dos sacerdotes são endereçadas ao Arcebispo ou ao Vigário Capitular e contam os sucedidos em suas respectivas freguesias quando por elas passava, sempre com numeroso séquito, o "Santo Conselheiro". Sente-se,

⁶ Um pesquisador norte-americano, cujo nome jamais identificamos, teria recolhido farto material na Arquidiocese da Bahia, tendo feito publicação sobre o assunto em sua pátria

na maioria dos casos, a insegurança dos missivistas. O Conselheiro era mais poderoso do que eles. O povo preferia ouvi-lo, nenhum efeito produzindo as palavras dos sacerdotes, nem mesmo as ameaças de excomunhão. É verdade que, aqui ou ali, um sacerdote se dispunha a enfrentar o "filho de Deus" e seus acompanhantes e os punha para fora da freguesia. Foi o caso do vigário de N. S^a. da Piedade do Lagarto, Sergipe, João Batista de Carvalho Daltro, apelidado "Padre Data". A 16 de janeiro de 1886, acompanhado por cerca de 100 pessoas, o Conselheiro "teve o arrojo de entrar nesta cidade", escreveu o vigário Daltro, donde foi expulso, porque o padre reuniu paroquianos resolutos e enfrentou a horda (Carta ao Arcebispo D. Luís Antonio dos Santos. Pasta-Ofícios diversos, nº 02 - 1885). Do mesmo modo procederam os vigários de Coité (BA) e Simão Dias (SE). Enquanto isto, o cônego Agripino Silva Borges, de Itapicuru, e o vigário colado de Inhambupe, Antonio Porfírio Ramos, recebiam, cordialmente, o "Bom Jesus Conselheiro", desobedecendo as ordens do Arcebispo Primaz, D. Luís. As queixas dos ministros de Deus são constantes e revelam as preocupações dos seus autores em face do enfraquecimento crescente daqueles curas de almas, que não transigiam com o Conselheiro, apontado como malcriado, agressivo, prepotente, desrespeitador do poder eclesiástico. O mais angustiado de todos eles, coadjutor do vigário de Inhambupe, chamava-se Júlio Fiorrentini, italiano, homem de muitas arestas, cujas cartas sobre a ação do "Bom Jesus" são minuciosas e agressivas, constituindo um abundante material não apenas no que se refere ao peregrino cearense, mas também ao meio social da matriz sertaneja do Espírito Santo de Inhambupe, um centro prenhe de discórdias e mexericos. Ao lado do epistolário eclesiástico, os pronunciamentos oficiais do Primaz, condenando as atividades do Conselheiro e exigindo do clero medidas enérgicas para fazer cessar os considerados maléficis efeitos das desrespeitosas atitudes conselheiristas. Embora o clero se dividisse, o Arcebispo era bem claro no seu pronunciamento condenatório do "inculcado missionário".

Fonte impressa de indiscutível valor, deu-nos o coronel da Polícia baiana, Durval Vieira de Aguiar. O distinto soldado, a serviço de sua corporação, percorreu,

durante vários anos, grande parte da Província da Bahia, tendo ajuntado ao seu saber, de experiências feitas, muita informação colhida em livros e documentos. Publicadas, inicialmente, num jornal de Salvador, o "Diário da Bahia", as crônicas foram reunidas em livro, que recebeu o título de **Descrições Práticas da Província da Bahia**⁷. Baiano, cavaleiro da Ordem da Rosa, comandante do Corpo Policial da Bahia, Durval Vieira de Aguiar (1849-1900) encontrou Antonio Conselheiro no lugar denominado Cumbe, hoje Euclides da Cunha, então território do município de Monte Santo. O encontro, provavelmente, ocorreu em 1882. O Conselheiro estava ali "construindo uma excelente igreja", após haver concluído um templo no lugarejo Mocambo, atualmente Olindina. O coronel descreve Antonio Conselheiro como "um sujeito baixo, moreno, acaboclado, barbas e cabelos pretos e crescidos, vestido de camisolão azul, morando sozinho numa desmobiada casa, onde se apinhavam as beatas e afluíam os presentes, com os quais se alimentava". Teve oportunidade de ouvir os "conselhos" do "Santo", enxertados de latinório, que nem ele próprio, nem os seus ouvintes entendiam. Pregava uma incompleta moral, ensinava orações, rezando com o povo terços e ladainhas. A gente local ia em massa às suas prédicas, obedecendo cegamente aos seus acenos, disposta a reagir a seu lado contra toda e qualquer medida mesmo de ordem legal, porventura adotada. Por isto mesmo, os vigários o deixam impunemente passar por Santo, tanto mais quanto ele nada ganha e, ao contrário, promove extraordinariamente os batizados, casamentos, desobrigas, festas, novenas e tudo, em que consistem os vastos rendimentos da igreja⁸. Euclides da Cunha, antes de seguir para Canudos, leu o livro de Durval Vieira de Aguiar, no qual colheu boas informações a respeito dos sertões da Bahia e do líder canudense. Colheu e usou, embora nem sempre houvesse registrado, devidamente, a fonte consultada. Na reportagem enviada ao **Estado de São Paulo**, em 23 de agosto de 1897, o

7 AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. Bahia: Tip. do Diário da Bahia, 1888

8 AGUIAR, Durval Vieira de. *Op. cit.*, p. 76

repórter transcreveu as palavras do militar referentes à pessoa do Conselheiro⁹. N'Os *Sertões*, em nota, publicou apenas parte do texto¹⁰. De qualquer forma, os comentários do coronel foram muito úteis ao ensaísta e merecem ser lembrados aos pesquisadores do assunto, sobretudo para o entendimento das relações dos vigários com o predicante Antonio Conselheiro. Vieira de Aguiar, aliás, em 1893, quando o "Bom Jesus Conselheiro" e seus fiéis enfrentaram a polícia no Masseté, veio de público, revelando sua preocupação em face de possível derramamento de muito sangue no sertão, "declarar que esse indivíduo, longe de ser um facínora perigoso, é apenas um inofensivo ente devotado a uma mania religiosa, que procurava sempre prestar algum serviço na edificação ou reedificação de templos e cemitérios"¹¹. O missivista julgava que um missionário inteligente e virtuoso poderia conter o povo e chamá-lo ao trabalho. Idêntico era o ponto de vista de Maximiano José Ribeiro, empregado do comércio na capital baiana, que visitara o Conselheiro no arraial do Bom Jesus (Crisópolis), com quem conversara durante 10 minutos, numa casa imunda, sem um móvel sequer para alguém se sentar. Acreditava também na fórmula de intervenção missionária de um representante da Igreja, indicando até o nome do sacerdote, o cônego Agripino Borges, Vigário de Itapicuru. Na opinião do segundo missivista, o Conselheiro era um homem honrado e aconselhava seus acompanhantes a retomarem aos próprios lares. O povo, todavia, recalcitrava em obedecê-lo¹².

Com o chamado "choque de Masseté", nos dias finais de maio de 1893, Antonio Conselheiro passa a ser considerado e apontado como um elemento de grande periculosidade. A derrota e fuga que os seus sequazes impuseram à força

9 CUNHA, Euclides da. *Canudos. Diário de uma Expedição*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939, p.49

10 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*: ed., cit., p. 173.

11 Carta publicada no *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 de junho de 1893.

12 Carta publicada no *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 de junho de 1893.

policial baiana, no sítio denominado Masseté, no território de Tucano, causaram sérias preocupações ao Governo do Estado da Bahia, então exercido pelo Dr. Rodrigues Lima, que requisitou força federal a Floriano Peixoto para vingar o insucesso policial e impor o poder à desobediência da jagunçada conselheirista. A tropa de linha foi colocada à disposição do governo estadual, porém terminou sem intervir na questão e recebeu ordem de retomar aos seus quartéis em Salvador. O caso não mereceu de Euclides da Cunha, invariavelmente citado pelos outros comentaristas do fenômeno conselheirista, muita atenção. A luta de Masseté é referida em poucas palavras no livro famoso. Por isto mesmo, nada se tem adiantado a respeito daquele momento, sem dúvida alguma decisivo, na história do Conselheiro, quando o "Santo", seguido de avultado número de adeptos, se deslocou para o antigo lugar Canudos, por ele rebatizado com o nome de Belo Monte, onde se fixou.

O episódio¹³ logrou repercussão na imprensa baiana dos primeiros dias do mês de junho de 1893. Foi comentado na Assembléia Estadual e na Câmara Federal. Há documentos oficiais a respeito, correspondência trocada entre autoridades civis e militares. Nos **Anais** dos legislativos estadual e federal constam discussões em tomo da matéria, alguns deputados sustentando a prontas e enérgicas para impedir o crescimento do perigo social, outros aconselhando prudência, medidas pacificadoras, temendo um renhido e sangrento confronto na zona do sertão, indiscutivelmente dominada pelo fanatismo dos conselheiristas. O equilibrado depoimento, que nos permite conhecer os antecedentes do fato e as suas reais dimensões, foi escrito pelo bacharel Salomão de Sousa Dantas, então promotor público da comarca de Monte Santo, que passou pelo acampamento dos jagunços pouco antes da refrega. O Dr. Sousa Dantas, depois deputado federal pela Bahia em mais de uma legislatura, autor do livro **Aspectos e Contrastes**, publicado em 1922, onde figura um capítulo "Criminosos e ordem pública. O episódio Canudos", deixou-nos alguns

13 Masseté é a denominação de um riacho no município de Tucano onde se deu o combate entre jagunços e soldados da polícia baiana. Euclides escreveu, erradamente, Massete.

dados interessantes a respeito do grupo, com o qual manteve contacto durante algum tempo, tendo ensejo de ver as disposições dos jagunços quando estavam aguardando a anunciada chegada da tropa, comandada pelo Tenente Virgílio Pereira de Almeida. O promotor fala das atitudes dos jagunços contra as autoridades municipais, no termo de Amparo, com a destruição e incêndio das tabuletas afixadas, por ordem da Câmara Municipal, contendo leis e orçamentos. A rebeldia provocou a remessa da força de polícia, cujo insucesso Sousa Dantas relatou, com alguma simpatia pelos sertanejos, em virtude do procedimento agressivo da soldadesca de Polícia contra os moradores das localidades por onde transitaram¹⁴. O autor fala, ainda, nos acontecimentos que se seguiram ao estabelecimento de Antonio Conselheiro em Canudos, mencionando práticas conselheiristas, citando nomes de cabecilhas, anotando fatos ocorridos no seio da comunidade rebelde. O relato e os comentários de Salomão de Sousa Dantas, autor desconhecido dos estudiosos do *Império do Belo Monte*, se nos afiguram merecedores de conhecimento e crítica. O trabalho em tela é uma fonte idônea, redigida por alguém que, vivendo nos sertões, conheceu de perto a gente do Conselheiro, seus usos e costumes.

Perdidas nos jornais da fase tumultuada da guerra fratricida, ficaram umas notas escritas por pessoas ilustres que mantiveram, em momentos e lugares diferentes, conversas com Antonio Conselheiro e seu povão. Uma delas, o Dr. Genes Martins Fontes, juiz de direito de Monte Santo no tempo da Campanha de Canudos. Quando estudante de Direito, no Recife, em 1879 e em 1881, o moço acadêmico encontrou o Conselheiro em território sergipano. Ele viajava, por terra, de Salvador para o interior de sua Província, quando se deu o primeiro encontro, assistido também pelo aluno de Medicina, Felisbello Freire, depois político e historiador de reconhecida capacidade¹⁵. O magistrado em duas cartas

14 DANTAS, Salomão de Sousa. *Aspectos e contrastes. Ligeiro estudo sobre o Estado da Bahia*. Rio de Janeiro: Tip. Revista dos Tribunais, 1922. p. 137 a 160

15 No século passado, os alunos da Escola do Recife vinham, por via marítima, da capital pernambucana para Salvador, donde seguiam a cavalo para São Cristóvão e outros lugares de Sergipe.

publicadas em **A República** (Capital Federal), contou seus contactos, debuxando o perfil físico do Conselheiro, um homem muito magro, de cabelos compridos e maltratados, onde pululavam os piolhos, mãos sujas, porém portador de um olhar que lhe dava tom à fisionomia. Disse Genes Fontes: "O olhar boiava naquela abstração vaga, naquela expressão e cisma indefinível, que caracterizam os místicos, os sonhadores e os alucinados". A estudantada, Genes à frente, debicou do "Santo". Anos decorridos, voltando a se avistar com o "Bom Jesus", mudou de opinião, para declarar: "A última vez que o avistei, em 1881 (?), o seu prestígio era estupendo, já não me acudiu de modo algum a ideia de repetir qualquer gracejo que lhe disse em Lagarto. Sentia que lidava com um profeta, com um dominador de multidões. O seu olhar já não tinha a mesma abstração antiga. O hábito de comando tinha temperado o misticismo"¹⁶. No mesmo ano, Caldas Brito, jornalista, natural de Inhambupe, município frequentado pelo Conselheiro; pelas colunas de **O País**, narrou uma visita que fizera ao líder carismático, no lugar Tanquinho, por volta de 1887. Tomou a iniciativa da aproximação a fim de evitar aborrecimento para sua família, porque os fiéis conselheiristas não viam com bons olhos aqueles que deixavam de render homenagens ao "Santo Antonio Aparecido". No ensejo, ouviu um dos seus conselhos públicos. Afiguravase um padre pregando. Anotou Caldas Brito: "Seguiu à risca o mesmo ritual dos pregadores sacros. Persignou-se: e as suas primeiras palavras foram um latinório, truncado, verdadeiras silabadas na língua de Horácio. O tema do seu conselho versou sobre a família. Falou uma hora mais ou menos. Quando terminou, ajoelhou-se diante de um altar e rezou-se a ladainha. Saí ao terminar; e saí convicto de que o Conselheiro era um fanático. Inteligência superior e conhecedor da leitura da Bíblia, pareceu-me que o Conselheiro havia em moço estudado o latim e o português"¹⁷. Segundo o

16 Os artigos foram transcritos em *A Notícia*, jornal de Aracaju, nos dias 28 e 29 de janeiro de 1897. Trazem a assinatura C.F., que o saudoso e beneditino pesquisador sergipano Epifânio da Fonseca Dória, em correspondência que nos remeteu, afirmou ser Genes Martins Fontes.

17 A carta apareceu em *O País*, de 7 de fevereiro de 1897. Transcrita em *A Notícia*, Aracaju, de 23 do mesmo mês e ano. O já citado Epifânio Dória nos ofereceu cópia do documento.

missivista, Antonio Conselheiro havia construído cemitérios em muitas freguesias e os próprios vigários acolhiam-no. Genes Fontes e Caldas Brito, embora em pequenos documentos, devem ser lidos porque seus escritos refletem informações e juízos oriundos de conhecimento pessoal e desapaixonado.

INFORMAÇÕES DE UM CONDÍSCÍPULO

Até 1893, ano do choque de Masseté, falava-se de Antonio Conselheiro, o peregrino que impressionava vivamente os sertanejos. Como vimos até aqui, além da "lenda arrepiadora", pouco se conhecia a respeito da vida de Antonio Vicente Mendes Maciel. As informações a seu respeito foram divulgadas por um cronista do Ceará, que fora condiscípulo de Antonio Vicente, na vila de Santo Antonio de Quixeramobim, sertão cearense. O informante precioso foi João Brígido dos Santos (1829-1921), jornalista, advogado, político¹⁸. João Brígido, famoso polemista, embora nascido no sul do País, foi menino para o Ceará, acompanhando a família, tendo morado algum tempo na terra de nascimento do futuro "Rei dos Jagunços". Eram da mesma idade. Brígido nasceu a 23 de dezembro de 1829 e Antonio Vicente, a 13 de março do ano seguinte. Estudaram na aula de Latim do professor José Vítor Ferreira Nobre. Participaram, juntos, das mesmas brincadeiras de meninos, lembradas pelo cronista em suas memórias. Em certa oportunidade, num banho de poço, João Brígido salvou a vida do colega, que ia se afogando¹⁹. Mais do que nas reminiscências, Brígido falou de Maciel e dos seus parentes em artigos publicados na imprensa de Fortaleza, intitulados "Maciéis e Araújo" e "Antonio Conselheiro", posteriormente incluídos no livro **Ceará (Homens e Fatos)**²⁰. Na

18 Nasceu em São João da Barra, quando a então vila pertencia ao território da Província do Espírito Santo, depois transferida para o Rio de Janeiro. Brígido nasceu a 23 de Dezembro de 1829, falecendo a 14 de outubro de 1921.

19 MACEDO, Nertan. *Antonio Conselheiro*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1969. p. 43.

20 BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Fatos)*. Rio de Janeiro: Bernardo Freire, 1919. p. 246 a 284.

primeira crônica, partindo das Memórias de Manuel Ximenes, fala de lutas de famílias no interior da Província, mostrando as sérias e sangrentas divergências entre os Araújo, um grupo poderoso, e os Maciéis, de condições humildes, mas, bravos, inteligentes, que viviam nos sertões entre Quixeramobim e Tamboril. Antonio Vicente, filho de Vicente Mendes Maciel, era, portanto, parente próximo dos combativos Maciéis, embora nada se conheça da participação do seu genitor nos embates das duas famílias. Além da história de encarniçada guerra familiar, João Brígido dedica especial atenção a Vicente Mendes Maciel, "de índole irascível, mas de excelente caráter, meio visionário e desconfiado", registrando ainda que seu filho Antonio Vicente ou Antonio Mendes Maciel amotinara a gente mística dos sertões da Bahia²¹. O artigo, sem dúvida alguma anterior ao episódio de Masseté, foi completado por outro, publicado em **A República** de 28 de junho de 1893, quando o nome do Conselheiro ganhara evidência no noticiário nacional. O trabalho, aliás, conta mais a vida de Vicente Mendes Maciel do que a de Antonio Vicente. Serve para firmar juízo a respeito do negociante da antiga Campo Maior, dado ao uso de bebidas, agressivo, violento, que, certa feita, tentara contra a vida da própria esposa. Chegou a possuir pequeno patrimônio, edificando algumas boas casas na praça do Cotovelo, em Quixeramobim. Sobre seu contemporâneo, Brígido disse que ele possuía certa cultura e iniciara estudos de latim, acrescentando que aparecera na capital cearense havia cerca de uns 10 anos o que vale dizer, por volta de 1883²².

Manuel Benício e Euclides da Cunha, entre outros comentadores da Campanha de Canudos, conheceram e citaram as crônicas de João Brígido dos Santos.

O RELATÓRIO DE FREI JOÃO EVANGELISTA

21 *Idem.* p. 272.

22 Possivelmente engano. Pelo que sabemos, Antonio Conselheiro não voltou ao Ceará depois de 1876.

A fixação do Conselheiro em Canudos, denominado Belo Monte pelo seu ocupante, passou a constituir preocupação dos jornais baianos. Os correspondentes interioranos, frequentemente, enviavam suas notícias, muitas vezes transformadas em apelos ao governo para adotar providências contra os abusos cometidos pelos jagunços nas redondezas do arraial e pelo perigo que existia no crescimento daquele lugarejo, onde não eram respeitadas as autoridades republicanas e se combatia o regime vigente. Na quase totalidade das correspondências, pedia-se uma medida enérgica e urgente para a extinção daquele "pernicioso" foco monarquista. Rarissimamente se apresentava alguém na tentativa de minimizar a gravidade da situação, sugerindo medidas apaziguadoras para reduzir o poderio do Conselheiro e tranquilamente convencer seus adeptos da necessidade de retomo às terras de origem, que estavam em completo abandono, com prejuízos incalculáveis para a boa marcha do trabalho e da produção. Pelas colunas dos três principais diários de Salvador, o **Jornal de Notícias**, o **Diário da Bahia** e o **Diário de Notícias**, entre 1893 e 1895, lia-se, com insistência, noticiário sobre o Conselheiro e seu povoado. De Monte Santo, mais do que de qualquer outro ponto do Estado, em razão de ser o quartel-general conselheirista localizado em terras do Município, o correspondente local, de quinze em quinze dias, nas cartas regularmente remetidas, chamava a atenção do leitor para as ocorrências do Belo Monte. Teria sido, certamente, o anônimo rabiscador monte-santense o homem que mais comentou a situação, lembrando, de modo invariável, a urgente necessidade de se encontrar um meio de conter a gente do "Bom Jesus"²³.

Desde os primeiros tempos do caso Conselheiro muitas pessoas acreditaram que competia à Igreja Católica, fazendo valer seu prestígio, interferir visando dissolver o ajuntamento pela palavra de um missionário habilidoso. O terço em vez do fuzil era a solução preconizada. O Governador do Estado, Rodrigues

23 CALASANS, José. "O Diário de Notícias e a Campanha de Canudos". *Universitas*, Bahia, n. 18, set/dez, 1977.

Lima, em 1895, resolveu solicitar a colaboração do arcebispado, embora estivesse muito em moda proclamar o cumprimento do ato do Governo Provisório separando a Igreja do Estado. O arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Tomé, em vésperas de viajar para Roma, aquiesceu ao pedido e encarregou Frei João Evangelista do Monte Marciano (1843-1921), capuchinho italiano, de dirigir a delicada missão. O frade se fez acompanhar de outro companheiro de Ordem, frei Caetano de S. Leo, que chegara à Bahia um ano antes da tarefa. Ao missionário juntou-se o vigário do Cumbe, Padre Vicente Sabino dos Santos, que pastoreava o rebanho de Canudos, com alguma frequência, ali tendo casa para se alojar. A iniciativa pacificadora veio a ser frustrada. O frade italiano não possuía as qualidades essenciais para levar a bom termo ação religiosa tão importante. Após uns poucos dias de permanência em Canudos, a trindade missioneira teve de abandonar o povoado, agravando assim o relacionamento dos canudenses com o poder público. Se, porém, a finalidade do missionário redundou em malogro, o *Relatório* elaborado, impresso e divulgado, passou a constituir elemento essencial à história do núcleo dito "monarquista" do interior baiano. Disse-nos, certa feita, frei Inocêncio, capuchinho, que conhecera pessoalmente frei João Evangelista, com quem morara no Convento da Piedade, haver sido o conhecido *Relatório* redigido pelo Monsenhor Basílio Pereira, personalidade de relevo no clero baiano, escritor e orador conceituado, irmão dos ilustres doutores Manuel Vitorino Pereira e Antonio Pacifico Pereira. O sacerdote era muito ligado aos frades capuchinhos do convento da Piedade. Realmente, tudo nos leva a crer haver sido de sua autoria o valioso documento, escrito em boa linguagem. O chefe da missão não se distinguia pela clara redação. Falava de maneira desabrida, misturando a língua materna com o idioma da terra de adoção. Suas pregações, segundo a tradição corrente, eram repletas de ameaças anunciadoras de tremendos castigos celestiais. Por isto mesmo, inábil no encaminhamento de problema tão significativo e sensível como o episódio do Belo Monte. Frustrada a louvável iniciativa pacificadora, restou, como dissemos, o *Relatório* informativo, embora evidentemente parcial; apaixonado mesmo, em alguns pontos. Deu-nos ele, contudo, pela primeira vez,

uma notícia geral da comunidade messiânica, aspecto de sua vida cotidiana, pormenores dos seus costumes, novas de alguns cabecilhas da grei, o péssimo estado sanitário do povoado, as atitudes agressivas de exaltados seguidores do líder Antonio Conselheiro. Julgando haver encontrado um agrupamento rebelado, desrespeitador da lei, cerceador das liberdades públicas, indicava para resolver aquele flagrante atentado as necessárias providências do poder civil para o restabelecimento da lei e do culto católico. Em resumo, pedia a intervenção do governo estadual.²⁴

O *Relatório Antonio Conselheiro e seu Séquito no Arraial dos Canudos*, (Bahia. Tipografia do Correio de Notícias, 1895), com 8 páginas, encerra, por assim dizer, o primeiro período da historiografia relativa à Guerra de Canudos. Ele tem servido de base para o conhecimento de gente canudense e do seu poderoso chefe antes que chegasse a renhida e destruidora luta dos anos 96 e 97. Sendo, como realmente é, um relato oficial, o trabalho de Frei João, pela circunstância de sua passagem, embora rápida, por Canudos, ganhou proporções de documento básico.

OS MANUSCRITOS DO PEREGRINO

Ele se intitulava peregrino, assinando seus papéis com o nome completo – Antonio Vicente Mendes Maciel. Nada de *Santo*, de *Conselheiro*, de *Bom Jesus*, de ser dotado de poderes superiores, sobrenaturais. Era *Santo* para o mundão dos seus fanáticos acompanhantes. O jagunço Pedrão ouviu de sua própria boca, quando um dos adeptos ajoelhou-se diante dele: "levante-se que Deus é outra pessoa". Declarava-se, sim, um peregrino. Um homem humilde, metido num surrado camisolão azul, apoiado em seu bastão, que saiu pelos sertões apanhando pedras para levantar capelas e muros de cemitérios, dando

24 S. MARIANO, Gregório de, Frei. "Os capuchinhos na Bahia". In: *Anais do Congresso de História da Bahia*, 1. Salvador, 1950. p. 573-583. Transcreve o "Relatório" publicado em 1895, pelo Governo da Bahia.

conselhos, pregando e praticando o bem. A todos chamando *meu irmão*. A todos saudando com o "Louvado seja N. S. Jesus Cristo". Aquele cristão errante, que declarou, certa feita, ir à procura dos mal-aventurados, também fixou no papel elementos substanciais para que a História pudesse conhecê-lo e julgá-lo. Deixou dois livros manuscritos, onde reuniu preceitos de caráter religioso e considerações de feição política. O primeiro, ***Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo para a Salvação dos Homens***, traz na folha de rosto a data de 24 de maio de 1895; o segundo, intitulado ***Tempestades que se Levantam no Coração de Maria por ocasião do Mistério da Anunciação***, é de 12 de Janeiro de 1897. Ambos foram escritos no povoado do Belo Monte, Província da Bahia. Nos ***Preceitos*** está escrito "Pelo Peregrino Antonio Vicente Mendes Maciel"; nas ***Tempestades***, lê-se: "A presente obra mandou subscrever o peregrino Antonio Vicente Mendes Maciel" ("Belo Monte" é o nome oficial dado pelo "Conselheiro" em substituição a Canudos). A denominação "Província" representa a fidelidade ao regime monárquico, o não reconhecimento da inovação "Estado", que a República de 89 estabelecera. Vale como posicionamento político. Não atinamos, porém, porque numa das obras a responsabilidade autoral é do Peregrino, que na outra figura como a tendo mandado "subscrever", quando em verdade nas ***Tempestades*** há mais contribuição pessoal do que nos ***Preceitos***. O manuscrito de 95 é simplesmente um registro de conceitos religiosos, enquanto a obra de 97, que em parte é cópia do anterior, consigna ideias políticas e sociais, de combate à República, à escravidão, aos maçons, aos protestantes, aos judeus.

As datas dos escritos nos sugerem algumas indagações. Em maio de 1895, estiveram missionando em Canudos Frei João Evangelista do Monte Marciano e seus dois companheiros, Frei Caetano e Padre Vicente. Os sacerdotes, malogrados nos seus intentos religiosos, saíram do povoado a 21 de maio. Três dias após, Antonio Vicente Mendes Maciel datava seus ***Preceitos***. Simples coincidência? Haveria outra intenção? Escrevendo um livro, que se mantinha

rigorosamente dentro da doutrina católica, pensaria o Conselheiro demonstrar ser desnecessária a presença de outros padres dali por diante no meio da comunidade? Ele próprio não era capaz de ordenar num livro os preceitos religiosos a seguir? Relativamente à datação das **Tempestades**, vale anotar naquele mesmo janeiro de 1897 estava marchando sobre Canudos a tropa comandada pelo major Febrônio de Brito, que se bateu com os jagunços na travessia do Cambaio. A obra foi "mandada subscrever" quando a força se aproximava do povoado messiânico. Canudos estava em guerra. O Conselheiro talvez houvesse pensado na destruição de sua gente e no seu próprio fim, tanto que o capítulo final é uma despedida comovente. Teria Antonio Conselheiro tido a intenção de deixar naquele volumoso manuscrito uma mensagem aos seus inimigos, onde se apresenta firme sua convicção de servo da Igreja de Cristo e declarado (combatente) da República, por ele considerada obra do demônio? Sem sombra de dúvida, os dois trabalhos de peregrino são essenciais para se entender o fenômeno Canudos e a personalidade do mais famoso condutor de homens nos sertões brasileiros do século XIX.

Os dois livros de Antonio Maciel foram achados na casa chamada Santuário, onde ele morava. O volume **Tempestades**, já publicado, possui história mais conhecida. Encontrado pelo acadêmico de Medicina João de Sousa Pondé, um dos identificadores do cadáver de Antonio Conselheiro. O importante original, bem conservado, passou às mãos do escritor Afrânio Peixoto, por oferta de sua colega de turma, João Pondé. Afrânio, tempos depois da publicação de **Os Sertões**, doou-o a Euclides da Cunha, pouco antes do fim trágico do grande ensaísta. Perdeu-se notícia da obra, durante algum tempo, que afinal apareceu num sebo carioca e foi adquirida por Aristeu Seixas, bibliófilo, membro da Academia Paulista de Letras. Mereceu edição comentada, em 1974, graças ao jurista Ataliba Nogueira, ilustre homem de letras da Paulicéia²⁵. O manuscrito **Preceitos** foi trazido de Canudos pelo brigada do 25º batalhão de infantaria

25 NOGUEIRA, Ataliba. *Antonio Conselheiro e Canudos*; revisão histórica. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

Eugênio Carolino Sayão Carvalho e pelo mesmo ofertado ao ***Jornal de Notícias*** (Bahia), na pessoa do seu diretor, jornalista Aloísio de Carvalho, muito conhecido também pelo pseudônimo Lulu Parola. Está em nosso poder desde 1972, quando a família de Aloísio de Carvalho ofereceu-o ao nosso amigo Paulo Maciel, atualmente diretor do Banco Econômico S/A, que, generosamente, nos entregou tão valioso manuscrito. Pretendemos doá-lo ao Núcleo Euclidiano do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, que está sendo organizado na Capital baiana.²⁶

OS ARTIGOS DO BARÃO DE JEREMOABO

O Barão de Jeremoabo, bacharel Cícero Dantas Martins (1838-1930), proprietário rural e político atuante, conheceu Antonio Conselheiro, com quem conversou algumas vezes. Senhor de terras no município de Itapicuru, onde o "Bom Jesus" viveu grande parte da existência, Jeremoabo via, evidentemente, no peregrino cearense um elemento perturbador da ordem e do trabalho em sua região. Alguém que contestava o poder político do Barão, representante credenciado dos proprietários locais, que se sentiam prejudicados com o estado de "perenal missão" que o conselheirismo implantara. Escrevendo, em março de 1897, para o ***Jornal de Notícias***²⁷ da capital baiana, dois artigos sobre Antonio Conselheiro, Cícero Dantas Martins fornece aos historiadores alguns dados sugestivos para a biografia do místico e o conhecimento dos seus sequazes, informações que Euclides da Cunha leu e aproveitou em ***Os Sertões***²⁸. O Barão contou a história do surgimento do Conselheiro no Itapicuru, em 1874, seu prestígio junto ao povo, inclusive no meio dos escravos e, após 88, nos grupos

26 A doação foi efetivada em 1983. Encontra-se no núcleo Sertão da UFBA, Ondina, Salvador-BA.

27 JEREMOABO, Barão de. "Antonio Conselheiro", *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 e 5 março de 1897.

28 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, ed., cit., p. 183. Euclides enfatizou, baseado em Jeremoabo, o êxodo sertanejo motivado pelo fanatismo da época.

de ex-escravos. Queixou-se da desorganização do trabalho nas fazendas, porque a maioria dos trabalhadores estavam sempre prontos a seguir o séquito, muitos, pequenos donos de quinhões de terra, vendiam os próprios bens e deixando o torrão de nascimento se deslocavam para Canudos. Apontou ainda a influência exercida pelo Conselheiro sobre agrupamentos indígenas, citando que os índios de Mirandela, em número de 500, armados de arcos e flechas, participaram de manifestação hostil às autoridades municipais na vila do Soure. Acentuou os pronunciamentos antirrepublicanos do Conselheiro, que lhe dissera ser o próprio nome República uma prova do mal, dividindo as sílabas: *re-pública*. Relatou o insucesso da polícia no embate de Masseté, reclamando contra as indecisões do Governo estadual no modo de enfrentar o perigoso agrupamento. Referiu-se à malograda missão dos frades em 1895, reconstituiu a ida de Antonio Conselheiro e sua grei à vila de Bom Conselho, pondo em polvorosa as autoridades civis e religiosas que ali se encontravam. Quase tudo isto conta no primeiro dos citados artigos, porque no segundo o alvo principal da crítica de Cícero Dantas Martins é o então Governador do Estado, Conselheiro Luís Viana, violentamente acusado pelo seu passado político, apontado também como principal responsável pelos desastrosos resultados das duas primeiras expedições contra Canudos, comandadas pelo Tenente Pires Ferreira e pelo Major Febrônio de Brito. Inimigo político e pessoal do chefe do governo baiano, o Barão de Jeremoabo aproveitou o ensejo para atacá-lo desabridamente.

Jeremoabo possuía o louvável costume de guardar e responder as cartas recebidas. Seu arquivo, conservado pela família Dantas, está referto de missivas de amigos, parentes e correligionários, dando-lhe notícias do movimento conselheirista. É documentário de primeira ordem, que a diretora do Centro de Estudos Baianos, Professora Consuelo Pondé de Sena, pretende publicar brevemente, devidamente anotada para melhor compreensão da matéria. As missivas completarão os artigos de 1897, esclarecendo origens de informes e confirmando algumas declarações do articulista.

ANTONIO VICENTE NO CEARÁ^(*)

NOME E APELIDOS

Na pia batismal, a 22 de maio de 1830, recebeu o nome de Antonio. Um dos seus biógrafos, Nertan Macedo²⁹, aventou que se tratava de um gesto de devoção a Santo Antonio, padroeiro da Freguesia de Santo Antonio de Quixeramobim, no Ceará Grande, terra natal da criança. Uma hipótese. Convém lembrar, contudo, que o avô paterno do recém-nascido, segundo informa Pedro Wilson Mendes, se chamava Antonio Maciel, uma das primeiras vítimas da sangrenta luta entre os Maciéis e os Araújo³⁰, de que falaremos adiante.

Ao prenome cristão, juntou-se o nome civil do genitor, Vicente Mendes Maciel. Ficou, assim, Antonio Vicente Mendes Maciel, como aparece em todos os papéis que trazem sua assinatura, inclusive nos livros que deixou manuscritos. Menino, no torrão berço, segundo o depoimento de um contemporâneo ilustre, o jornalista João Brígido dos Santos, era conhecido por Antonio Vicente³¹. Homem feito, chamavam-no Antonio Maciel ou, simplesmente, Maciel³².

Depois, à proporção que ia ganhando prestígio no seio dos sertanejos, conquistou um rol de apelidos. Antonio dos Mares, Santo Antonio Aparecido, Divino Antonio, Santo Conselheiro, Bom Jesus Conselheiro, Bom Jesus.

(*) Este trabalho foi originalmente publicado na "Revista da Academia de Letras da Bahia", n. 37, março de 1991.

29 MACEDO, Nertan. *Antonio Conselheiro*. Rio de Janeiro, Editores Renes, 1978. p. 30.

30 MENDES, Pedro Wilson. *O Povo*, Fortaleza, 12.07.48.

31 BRÍGIDO João. *Ceará - Homens e fatos*. Rio de Janeiro: Tip. Renard, 1919. p. 275.

32 BENÍCIO, Manuel. *O Rei dos Jagunços*. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comércio, 1899. p. 59.

Historicamente, ficou sendo Antonio Conselheiro, a mais difundida de suas alcunhas³³. Nenhum outro dos messias conseguiu tantos cognomes.

A todos dava o tratamento de irmão. Os irmãos, em sua presença, teriam de chamá-lo, respeitosamente, Meu Pai. Saudava-os com o clássico "Louvado seja Nosso Senhor Jesus", correspondido pelo "Tão Bom Senhor para sempre seja louvado"³⁴.

NASCIMENTO

Discutiu-se o ano do seu nascimento, vagamente, sem nenhuma base convincente: 1828, 1831, 1835. O pesquisador Ismael Pordeus, cearense, resolveu a questão, apresentando documento idôneo - sua certidão de batismo³⁵. O párvulo Antonio, pardo, filho ilegítimo, nasceu na Vila de Quixeramobim, a 13 de março de 1830. Sua mãe, Maria Joaquina, também Maria Joaquina de Jesus e Maria Joaquina do Nascimento, nos anos de 31 e 33 deu à luz duas filhas, respectivamente Maria e Francisca. No registro da última, consta ser filha de Vicente Mendes Maciel e Maria Joaquina.

Viviam maritalmente, Vicente e Maria Joaquina. Casaram-se, perante o vigário Frutuoso Dias Ribeiro, a 31 de agosto de 1834, "in articulo mortis". Teria falecido logo depois a mãe de Antonio Vicente. Na forma legal, os filhos foram legitimados por consequente matrimônio. Vicente Mendes Maciel que era bastardo, filho de Maria Manuela do Sacramento, segundo os assentos religiosos, dava legitimidade aos três filhos do primeiro casamento: Antonio, Maria Francisca e Francisca Maria.

33 As alcunhas citadas aparecem em jornais e livros diversos.

34 MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro: "O Cruzeiro", 1964, p. 128.

35 BARROSO, Gustavo. *À margem da História do Ceará*: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 251. O documento, também encontrado por Ismael Pordeus, foi publicado em "O Nordeste". Fortaleza, 06-07-49.

Pouco tempo decorrido, a 12 de fevereiro de 1836, às oito horas da noite, na igreja matriz da Freguesia, Vicente Maciel contraiu novas núpcias, unindo-se a Francisca Maria da Conceição, também Francisca Maria das Chagas, filha legítima de Inocêncio Alves Freire e Joana Maria da Conceição, ambos já falecidos à época do enlace.

OS PADRINHOS DE ANTONIO

Vicente Mendes Maciel, pequeno negociante estabelecido na Rua Santo Antonio, com loja, numa casa de cinco portas de frente e uma de oitão, convidou para padrinhos do primogênito pessoas de importância na localidade. Gonçalo Nunes Leitão, proprietário, homem de influência, e Maria Francisca de Paula, de importante família da região. Ambos, padrinho e madrinha, alguns anos decorridos, estiveram envolvidos em crimes de morte que abalaram Quixeramobim. O poderoso Gonçalo Nunes Leitão, pela proteção dispensada a Joaquina Maria da Conceição, que mandara assassinar o esposo, José de Azevedo, Zé da Fama, português, morador na Serra do Estévão. A mandante tinha um caso de amor com o escravo Francisco, apelidado Fuisset, que praticou o homicídio e foi condenado à morte e enforcado a 30 de março de 1837, no Alto do Rosário, em Quixeramobim. Joaquina Maria da Conceição, julgada e condenada, algum tempo contou com a ajuda de Gonçalo Leitão “à cuja sombra viveu longos anos, sendo incerto o destino que veio depois a ter”³⁶.

Por outro lado, a madrinha, Maria Francisca de Paula, também Marica Lessa e Marica Abreu, casada com Domingos Vítor do Abreu e Vasconcelos, de quem vivia separada, mandou o escravo Corumbá praticar o assassinio do esposo, ocorrido a 20 de setembro de 1833. Marica Lessa andava de amores com um sobrinho de Domingos Vítor. Provada sua culpa e condenada, cumpriu pena na

36 MACEDO, Nertan. *Op. cit.*, p. 35-37.

cadeia de Fortaleza. No fim da vida, posta em liberdade, ficou dormindo no antigo local da prisão, andando de dia, alvo da chacota da meninada, pelas ruas da cidade, maltrapilha, esmolando. Gustavo Barroso conheceu Marica Lessa nessa deplorável situação³⁷. Tomou-se personagem de romance regional. Está em *D. Guidinha do Poço*, uma das melhores obras de ficção cearense, de autoria de Manuel de Oliveira Paiva, que lhe reconstituiu a vida malfadada.

Que influências teriam exercido sobre Antonio Vicente Mendes Maciel os dois episódios que entraram para a história do crime na Vila de Santo Antonio de Quixeramobim?

AS LUTAS DE FAMÍLIA

Nos anos de 30 do século passado, os Maciéis de Quixeramobim participaram duma desigual luta de vida e morte contra as famílias Araújo e Veras, gentes ricas, poderosas, autoritárias. Tipo de contenda sangrenta muito frequente nos sertões brasileiros, onde as famílias se engalfinhavam com ódio, espírito de vingança, métodos violentos. Os Araújo eram proprietários de terras; os Maciéis praticavam a vaqueirice. Situação social bem distanciada. Os primeiros acusaram os outros de roubo de gado, que se sentiram ofendidos e juraram desforra. Temendo uma reação, os Araújo resolveram, reunindo parentes e apaniguados, submeter os Maciéis pela força. A primeira tentativa ficou frustrada diante da ação dos agredidos. Na segunda investida, usando mais gente aguerrida, com tramóias e traições, renderam-se os Maciéis, também chamados Carlos, sob a promessa de que seriam levados a Sobral e lá julgados pela Justiça. Tal não sucedeu. No meio da estrada, sob o pretexto de uma ação dos amigos dos presos, tentando libertá-los, foram trucidados. Morreram quase todos, a começar pelos mais velhos do grupo, Antonio Maciel e Manuel Carlos

37 BARROSO, Gustavo. *Op.cit.*, p. 357.

Maciel³⁸. O advogado, Pedro Wilson Mendes, gente da família, afirma que o pai de Vicente Mendes Maciel era Antonio Maciel e não Miguel Carlos, como se vinha dizendo³⁹. Manuel era genitor de Miguel Carlos Maciel e de Helena Maciel, responsáveis pela continuação da luta sem tréguas contra os Araújo. Miguel Carlos, de coragem incomum, vingativo, continuou a combater seus inimigos, matando alguns deles, até que terminou perdendo a vida, corajosamente, num ataque dos poderosos contendores. Miguel Carlos, embora não morasse na vila, aí aparecia constantemente, constando que algumas pessoas o protegiam. No desenrolar do conflito, um aliado da família humilde, Estácio José da Gama, matou, de tocaia, Luciano Domingues de Araújo, quando este se dirigia para a propriedade da família da noiva, onde ia convolar núpcias. Descoberta a autoria do crime, Estácio foi condenado à morte, tendo a sentença sido executada, sem o mínimo cumprimento da legislação em vigor. Fuzilaram-no no dia seguinte ao da condenação. Um parente dos Araújo era o juiz leigo, que proferiu a sentença e fê-la cumprir sem dar tempo ao recurso legal. E nada sofreu⁴⁰. Tudo isto em 1834, quando Antonio Vicente tinha, então, quatro anos de idade.

Os escritores que versaram sobre o caso Araújo-Maciel, Manuel Ximenes e João Brígido dos Santos, bem assim os pesquisadores mais recentes, Hugo Vítor, Pedro Wilson Mendes, Ismael Pordeus, Abelardo Montenegro, Nertan Macedo, Gustavo Barroso, que tantos subsídios trouxeram para esclarecimentos da fase em tela, nada adiantaram a respeito do papel de Vicente Mendes Maciel neste complicado processo de guerra de famílias. Parece que esteve alheio aos acontecimentos.

QUEM ERA VICENTE MENDES MACIEL

38 MACEDO, Nertan. *Op.cit.*, p. 71 e segs.

39 MENDES, Pedro Wilson. *O Povo*, Fortaleza, 31.07:48.

40 MACEDO, Nertan. *Op. cit.*, p. 79.

Conhecemos pouco da vida de Maria Joaquina de Jesus, ou Maria Joaquina do Nascimento, parda, filha legítima de Feliciano Maria Francisca.

Segundo Manuel Benício, teria apelido de Maria Chana. Faleceu em 1834, deixando três filhos: um varão e duas moças. Francisca, casada com Lourenço Correia Lima, teve descendentes, que estavam vivos em 1895, quando o tio Antonio Vicente dominava em Canudos. Foram eles: Maria, casada com João Barbosa Lima, residente em Casinhas, perto da Vila; Vicente e João, solteiros, moradores no lugar Perdição, perto de Casinhas; e Amâncio Maciel de Lima, no Amazonas, local ignorado. São notas de Manuel Benício, fornecidas por João Brígido dos Santos⁴¹.

João Brígido, jornalista, cronista, político, conheceu Vicente Mendes Maciel e seu filho Antonio Vicente, de quem foi colega de estudos e companheiro de brincadeiras. Tinham quase a mesma idade. Brígido, natural de S. João da Barra, Vila do Espírito Santo, depois cidade do Estado do Rio de Janeiro, veio com o pai, Inácio Brígido dos Santos, residir no Ceará, passando em Quixeramobim parte de sua meninice⁴². Nasceu em 1829; Antonio Maciel, em 1830.

O jornalista traçou o perfil de Vicente Mendes Maciel: - "Era um homem bonito, a tez ligeiramente morena, vigoroso, desconfiado, mas retraído, taciturno, mau, perigosamente desconfiado, bem que muito cortês, obsequioso e honrado. Tinha momentos de cólera, principalmente se tocava em álcool. Era de uma valentia indômita e meio surdo. Os avós tinham sido vaqueiros. Em um dos seus momentos de fúria, deu tantas facadas na mulher, que ela esteve sacramentada. Abandonando o uso das bebidas, relacionou-se com a vítima, comerciou e chegou a fazer uma fortuna sofrível, edificando algumas boas casas na praça que chamam, em Quixeramobim, Cotovelo. Nos últimos tempos, desmandou-se

41 BENÍCIO, Manuel. *Op. cit.*, p. 41.

42 BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. s. 1.: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 3, p. 570.

e parece ter morrido arruinado. Era vítima de uma demência intermitente. Voltava sempre. Não sabia ler, mas contava admiravelmente de oitiva. Quando se dirigia ao Aracati para fazer compras, fixava previamente a soma delas e assim que, apartando fazendas, atingia a sua meta, dizia aos caixeiros: basta. Sem discrepar num real, havia apartado a soma que fixara⁴³.

Do seu segundo matrimônio, em 1836, houve duas filhas – Dorotéia e Rufina Francisca Maciel, que desposou Marcos Antonio de Almeida. Dorotéia morreu antes do pai. Não encontramos notícias de descendentes de Rufina, que era menor em 1855, por ocasião do falecimento de Vicente, no dia 5 de abril, sepultado na Capela do Bonfim, onde também ficariam os restos mortais da segunda esposa, desaparecida a 19 de março de 1856, aos 39 anos de idade. Ela sofria das faculdades mentais desde algum tempo, conforme declarou Antonio Vicente, no processo de inventário do genitor.

João Brígido, registrando comentários ouvidos em Quixeramobim, comenta o gênio ruim de Francisca Maria das Chagas, madrastra que tratava mal os enteados. Antonio Conselheiro, que falava pouco a seu próprio respeito, desabafou, certa feita, em Canudos, conforme Honório Vilanova; "Como posso ter assassinado minha mãe se fui maltratado por minha madrastra?"⁴⁴.

OS ESTUDOS DE ANTONIO VICENTE

Vicente Mendes Maciel procurou dar ao filho uma instrução de melhor nível do que geralmente recebiam os meninos da época. Não fez, apenas, os estudos de ler, escrever e contar. Freqüentou aulas de latim, ministradas pelo professor Manuel Antonio Ferreira Nobre, na Vila de Quixeramobim. Um neto do citado mestre Sr. José Vítor Ferreira Nobre, fez tal declaração, pela imprensa de

43 BRÍGIDO, João. *Op. cit.*, p. 274. Brígido não informa se a primeira ou segunda mulher teria sido esfaqueada. Nertan, porém, indica a primeira.

44 MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. *Op. cit.*, p.70.

Fortaleza, em Outubro de 1949, afirmando também que o famoso polemista João Brígido dos Santos fora colega do futuro Bom Jesus Conselheiro. O professor Ferreira Nobre ensinava ainda Francês e Português, mas não há notícia positiva de que o filho de Vicente Maciel houvesse também estudado a língua de Voltaire. No sertão, quando o Santo Conselheiro dava seus conselhos, as populações ficavam impressionadas com o seu saber, escreveu o jornalista Inácio Raposo, pelo latim que citava constantemente⁴⁵. De fato, nos seus livros manuscritos, os trechos latinos, colhidos na Bíblia bilíngue que usava, são fartamente referidos. Caldas Brito, tendo ensejo de ouvi-lo em Inhambupe, Bahia, disse que Antonio Conselheiro, conhecedor da Bíblia, "soltava verdadeiras silabadas na língua de Horácio".

João Brígido, em suas memórias, recordando a meninice em Quixeramobim, contou: "Meio anfíbio, nadador afoito e jogador de cambaré, eu vivia nos rios e nos poços. Nessas vadições salvei da morte quatro companheiros, o atual escrivão, capitão Antero, José Raimundo Peçanha Filho, meu irmão Guilherme e Antonio Conselheiro. Este salvou-se ao meu pescoço, apanhado comigo, por uma tarrafa, num poço estreito profundo"⁴⁶.

O INSUCESO DO COMERCIANTE

Antonio Vicente não realizou o sonho, que parece haver sido do seu genitor, do sacerdócio católico. São ignorados os motivos do desejo paterno, se é que, em verdade, tivesse havido tal projeto de vida. Terminou sendo caixeiro da loja, onde veio encontrá-lo a morte de Vicente Mendes Maciel, em 1855. O jovem já completara 25 anos e desfrutava de bom conceito no comércio e na sociedade, de um modo geral.

45 Encontramos o artigo de Inácio Raposo num livro de recortes de jornais, no arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sem referência ao nome da gazeta, nem a data de sua publicação.

46 MACEDO, Nertan. *Antonio Conselheiro*. Op. cit., p. 96. O capitão Antero chamava-se Antero Aprígio de Albuquerque Lima.

Em virtude da incapacidade legal da madrasta, sofrendo das faculdades mentais, ficou Antonio Maciel com a responsabilidade do inventário. Havia compromissos a saldar. O negócio, certamente em virtude do estado de demência do falecido, não ia bem. A vila era pequena, comércio fraco, num ambiente agitado pelos crimes de horrorizar, já aqui lembrados. As perspectivas do novel comerciante eram bem pequenas.

Substituiu na loja o pai, que morreu aos 48 anos, de quem herdou a importância de 223\$934. Ficou com as mercadorias da pequena casa comercial, no valor de 2:963\$750, responsabilizando-se pessoalmente pelo seu pagamento. Hipotecou a casa da rua de Santo Antonio ao negociante Manuel Francisco da Cunha, principal credor, pela quantia de dois contos de réis, a 3 de junho de 1856. Deu letras de garantia, que venceriam dentro de um, dois, três, quatro anos. Não alcançou vencer os compromissos. A casa, com armação de loja e balcão, foi vendida ao coronel Antonio Rodrigues da Silva e Souza, a 3 de setembro de 1857, por dois contos, duzentos e vinte e três mil réis⁴⁷.

Era o malogro completo. Mudou de terra.

CASAMENTO

Casou-se naquele mesmo ano, a 7 de janeiro, na igreja matriz de Santo Antonio de Quixeramobim, com Brasilina Laurentina de Lima, filha natural de Francisca Pereira da Silva. Não sabia ler, como a grande maioria das mulheres de então. Alguns anos mais moça do que o esposo, de quem era parente, tanto assim que a autoridade eclesiástica dispensou o impedimento do 2º grau relativo ao 3º. O casamento foi celebrado perante o vigário interino Jacinto de Menezes⁴⁸.

47 MONTENEGRO, Abelardo. *Antonio Conselheiro*. Fortaleza, 1954, p. 12.

48 BENÍCIO, Manuel. *Op. cit.*, p. 12.

AQUI, ALI E ACOLÁ

Saindo do comércio, abandonou a terra natal. Iniciou uma longa caminhada pelos sertões cearenses. Teria passado pela Serra dos Cocos. Deslocou-se para a Fazenda Tigre, onde abriu uma escola de ler, escrever e contar. Há notícias de dois dos seus alunos: "Belo Flor, admirável repentista e Francisco Cordeiro Pinto, ligado à família do proprietário da fazenda"⁴⁹. A escola foi tão efêmera quanto a loja. Transferiu-se para Tamboril. Não encontrou emprego. O tenente-coronel Joaquim de Castro, prestimoso cidadão, deu-lhe uma carta para o major Domingos Carlos de Sabóia, de Campo Grande, em cuja casa de negócio trabalhou algum tempo. A loja de Sabóia fechou. Novamente desempregado, aproveitou os conhecimentos que possuía para laborar no foro. Fez-se advogado dos pobres, com a proteção do compadre João Mendonça Justos, que ali exercia a advocacia e, conforme registra Manuel Benício, escreveu uma biografia do protegido⁵⁰. Em Campo Grande, a mulher teria tido dois rebentos, cujos nomes e destinos são desconhecidos.

Mudou-se outra vez. O compadre Mendonça forneceu-lhe a condução para tomar o rumo de Ipu. Continuou advogado dos pobres. Euclides da Cunha enfatizou: "De repente, surge-lhe revés violento. O plano inclinado daquela vida em declínio termina, de golpe, em queda formidável. Fugia-lhe a mulher, em Ipu, raptada por um policial. Foi o desfecho. Fulminado de vergonha, o infeliz procura recesso nos sertões, paragens desconhecidas onde lhe não sabiam o nome, o abrigo da absoluta obscuridade"⁵¹.

49 VÍTOR, Hugo. *Um Homem Desfigurado Pelas Versões Contraditórias*. O Povo, Fortaleza, 26.04.48. Pedro Wilson Mendes completa as informações.

50 BENÍCIO, Manuel. *Op.cit.*, p,38. Não encontramos qualquer indicio da obra mencionada.

51 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Edição Crítica. Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 215. O amante de Brasilina era João da Mata, sargento, comandante do destacamento.

O caso floresceu num mundo de versões. Segundo uma delas, armado de clavinote, Antonio Vicente flagrou o adultério e, sem nenhuma reação, abandonou o lar. Não houve fuga da esposa com o amante e sim o abandono da mulher pelo marido traído. A verdade não ficou esclarecida e quando Antonio Vicente se tomou Antonio Conselheiro, o lendário dominou o triste episódio.

Prosseguiu cumprindo o seu destino de caminhante desafortunado. Fez-se, de novo, professor primário na fazenda Santo Amaro, em Tamboril, acolhido pelo major José Gonçalves Veras, de família rival dos Maciéis no período das Regências. Vai para Santa Quitéria, onde passa dois anos amasiado com a santeira Joana, de apelido Imaginária. Com ela houve um filho, Joaquim Aprígio.

Voltou a Campo Grande, passou por Crato, retomou a Quixeramobim, ficando em Paus d'Arcos, na casa de sua irmã Francisca, casada com Lourenço Correia Lima, a quem tenta matar num acesso de ira. Tudo isso, anotado desde Manuel Benício, está estribado no disse-me-disse dos antigos. Andou certo tempo acompanhando os padres que pregavam missões no interior cearense. Praticava para se tornar um singular missionário, de indiscutível aceitação popular. Notícias, notícias.

De positivo, em meio a tantas novidades de uma existência angustiada, sua presença na Várzea da Pedra, sete léguas distante de Quixeramobim, em 1871. Estava vivendo de vaqueirice e contraiu nova dívida, que não teve condições de quitar. Seu credor, José Nogueira do Amaral Garcia, a quem estava devendo 168\$068, propôs contra ele uma ação decendiária e seus bens foram penhorados. Duas éguas novas castanhas, dois potros de muda, um castanho e uma potrinha carda, um potrinho cardão, um novilhote azul, um bezerro liso, um

relógio de prata desconcertado, com uma corrente de ouro, um colete de fustão, um chapéu de pelo usado, um paletó de pano preto também usado⁵².

É sua derradeira aparição como Antonio Vicente Mendes Maciel. Em 1873, mais ou menos, já é um beato, quando encontra no lugar Urucu, em Assaré, os irmãos Antonio e Honório Assunção que, alguns anos depois, já conhecidos por Vilanovas, vão viver ao seu lado, ao lado de um Conselheiro, em Canudos, nos sertões da Bahia⁵³. Era forte como um touro, vestia uma batina, trazia um chapéu de palha. Esmolava para os pobres e anunciava que iria construir vinte e cinco igrejas. No seu resto de vida, tudo praticou para realizar o objetivo anunciado. É o que contou Honório Vilanova⁵⁴.

52 SOUZA, Eusébio. "Antonio Conselheiro em juízo". *Rev. Trimestral do Instituto do Ceará*. Tomo XXVI, p. 291.

53 MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*, p. 37.

54 MACEDO, Nertan. *Idem, ibidem*.

APARECIMENTO E PRISÃO DE UM MESSIAS^(*)

Um "misterioso personagem", que se dizia chamar Antonio dos Mares, surgiu, no centro das Províncias da Bahia e de Sergipe, em 1874. Mais ou menos em maio. Falava pouco a seu próprio respeito. Além do nome, Antonio dos Mares informava, somente, que procedia do Ceará. Estas escassas informações, divulgadas por um pequeno semanário sergipano, **O Rabudo**, editado na cidade de Estância, em sua edição de 22 de novembro de 1874, são as primeiras notas à biografia do depois famoso líder carismático, Antonio Vicente Mendes Maciel, Antonio Conselheiro de alcunha, também chamado Irmão Antonio, Santo Antonio Aparecido, Santo Conselheiro, Bom Jesus Conselheiro, Senhor do Bonfim, Bom Jesus. Sem dúvida o mais apelidado dos *messias* brasileiros. Segundo a gazeta estanciana, Antonio dos Mares, que inúmeros adeptos logo passaram a considerar Santo Antonio dos Mares, por causa "dos aparentes e mentirosos milagres" que lhe eram atribuídos, "distinguia-se pelo ar misterioso, olhos baços, tez desbotada e pés nus". Trajava uma enorme camisa azul, que servia de hábito, à forma do de sacerdote, muito suja, cabelos espessos e sebosos entre os quais se via claramente uma espantosa multidão de piolhos. Tornava-se, assim, na opinião de **O Rabudo**, "periódico crítico, chistoso, anedótico e noticioso", a "figura mais degradante do mundo". Não seria esta, porém, a opinião dos sertanejos, já inteiramente dominados pelo singular missionário, considerado o "próprio Jesus Cristo". Fora dos seus conselhos não havia salvação. Ele aconselhava, nas suas pregações, que fossem abolidos os xales de merinó, botinas, pentes, e a alimentação de carne e coisas doces às sextas-feiras e aos sábados. Seus conselhos eram rigorosamente seguidos, assinalando o jornal os incalculáveis prejuízos sofridos pelos pobres pais de família, que viam reduzidas a cinzas as peças condenadas, logo após as prédicas do estranho missionário, que se realizavam durante 11 dias, com latadas levantadas à moda das Santas Missões. Alguns dos seguidores não

(*) Este trabalho foi originalmente publicado in *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 35, p. 53-63, set. 1988.

conservavam sequer um uniforme completo, guardando apenas a roupa indispensável "por não quererem ou não poderem ficar totalmente nus". O Santo Antonio dos Mares fanatizara a gente interiorana disposta a defendê-lo de qualquer maneira, acompanhando-o em "tropel e número fabuloso para qualquer lugar". Começava a formação do seu séquito, o que constituía sério perigo público, e o articulista pedia providências ao governo, sugerindo a prisão do "aventureiro santarrão, que algumas pessoas de juízo achavam haver cometido um grande crime e procurava expiá-lo ou encobri-lo daquela maneira. Sem aceitar esmolas, alimentava-se frugalmente. Ao lado da ação de conselheiro, iniciava sua atividade de construtor de igrejas. Achava-se em Rainha dos Anjos, na Bahia, erigindo um templo. O primeiro dos inúmeros que iria construir ou reconstruir numa larga área do sertão, na zona situada nos vales dos rios Vaza-Barris e Itapicuru, que nos aventuramos denominar o "sertão do Conselheiro"⁵⁵.

Em 1874, quando **O Rabudo** denunciou as atividades do tal "santarrão", exercia o cargo de promotor público da Comarca da Estância, o bacharel Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos que, por sinal, naquele ano, passou a se chamar Sílvio Romero⁵⁶. Nesta época, ele teria tido notícias do "misterioso personagem" segundo referiu, em 1879, num dos artigos escritos para a **Revista Brasileira** a respeito da poesia popular do Brasil. O "pai do folclore brasileiro", porém, não fala em Antonio dos Mares e sim em Antonio Conselheiro e Santo Antonio Aparecido, "um indivíduo criminoso do Ceará, que saiu a fazer penitência a seu modo e inaugurou prédicas públicas", passando por Sergipe onde fez adeptos, "esteve na Bahia e fundou uma igreja em Rainha dos Anjos". "Pregava contra o pente de chifre e os xales de lã e as mulheres queimavam estes objetos para o

55 In *O Rabudo*. Estância, domingo, 22 de novembro de 1874. Ano I, nº. 7. Editor, Manuel Lopes de Souza Silva. A tipografia ficava à rua Joaquim de Calasans, nº 18. Devo ao pesquisador e professor Acrísio Torres Araújo cópia xerox do exemplar acima citado, que o ilustre amigo encontrou na Biblioteca Pública de Sergipe.

56 A declaração de Sílvio Romero a respeito da mudança de seu nome foi publicada em *A Tribuna do Povo*, Estância, em 10 de junho de 1874, e reproduzida no *Jornal de Aracaju*, a 12 de julho. O futuro autor da *História da Literatura Brasileira* esteve poucos meses na promotoria.

satisfazer”. Pedia esmolas e só aceitava o que supunha necessário para sua subsistência. Segundo Sílvio Romero, o “missionário a seu jeito”, que não possuía doutrina própria, andava munido de um exemplar das **Horas Marianas**, donde tirava a ciência. Registrou, por fim, duas quadras sobre Santo Antonio Aparecido.

*Do céu veio uma luz
Que Jesus Cristo mandou
Santo Antonio Aparecido
Dos castigos nos livrou
Quem ouvir e não aprender
Quem souber e não ensinar
No dia de juízo
A sua alma penará⁵⁷.*

Sem sombra de dúvida, o Antonio dos Mares d'**O Rabudo** é o mesmíssimo Antonio Conselheiro ou Santo Antonio Aparecido do escritor sergipano. Dos três apelidos, consolidou-se o de Antonio Conselheiro, com o qual entraria na história o criador do povoado do Belo Monte, o chefe da "revoltação" de Canudos⁵⁸. Os outros dois ficaram exclusivamente consignados nas fontes aqui mencionadas - o periódico estanciano e o artigo de Sílvio Romero.

No tempo da campanha de Canudos, o bacharel Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, abastado proprietário no município de Itapicuru, onde o messiânico cearense viveu grande parte de sua vida de peregrino atuante, recordou o aparecimento do Santo no nordeste baiano. Seu depoimento, de um modo geral, confirma aquilo que já conhecemos.

57 ROMERO Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, Petrópolis: Editora Vozes, 1977. p. 41.

58 A palavra "revoltação" não está dicionarizada. Registraram-na, porém, Euclides da Cunha (*Caderneta de campo*, p.25) e Júlio Procópio Favila Nunes (*A Guerra de Canudos*, fase. III, p. 32), que colheram a expressão no seio dos jagunços.

Antonio Conselheiro dominou, desde logo, as populações sertanejas. No dizer de Jeremoabo, a presença do Conselheiro transformou a vida sertaneja numa "perenal missão". Desorganizou o trabalho, prejudicando, em consequência, os donos das terras, dos quais era o articulista representante e chefe naquela zona política, o 3º Distrito. Logicamente, não podia haver bom entendimento entre o Barão e o Conselheiro, o que vemos bem claro, lendo os dois artigos de Jeremoabo, publicados no ***Jornal de Notícias***, Bahia, nos dias 4 e 5 de março de 97. Cícero Dantas Martins, então deputado geral, não se encontrava no município de Itapicuru quando lá esteve pela primeira vez Antonio Conselheiro⁵⁹. Escreveu Jeremoabo: "Estava em 1874 no Rio de Janeiro quando aportou neste termo Antonio Conselheiro. Ao regressar, tive conhecimento de que este indivíduo, cujos precedentes eram então ignorados, com orações, terços e prédicas, sugestionava o povo que, em multidão, acudia pressuroso a ouvi-lo, abandonando suas casas e afazeres". O Conselheiro, no dizer do Barão, transformara o ambiente sertanejo. Pregava contra o luxo "e em pleno dia nas casas, nas ruas, nas estradas faziam-se montes de xales, vestidos, saias, chapéus de chile e feltros, sapatos de trança e finalmente todos os objetos que continham lã e seda eram entregues à voracidade da chama, por ser contrário a doutrina pregada pelo inculcado missionário", concluiu Cícero Dantas Martins.

Segundo a tradição, o místico chegou a Itapicuru numa terça-feira, que é o dia de Santo Antonio⁶⁰, Estava no poder o Partido Conservador, ao qual pertencia o Barão e Boaventura da Silva Caldas, cognominado "sêo" Boa, amigo e correligionário de Jeremoabo, era o delegado de Polícia, quando Antonio Conselheiro e seus acompanhantes apareceram, arranchando-se numa casa abandonada, pertencente a um senhor de nome Miguelzinho. Começaram as

59 O Barão escreveu dois artigos, que tiveram repercussão na Bahia. O inicial é mais informativo e conta fatos relacionados com os primeiros tempos do Conselheiro na região.

60 Informações fornecidas ao autor, em março de 1965, pelo Sr. Antonio Marques da Silva, funcionário do IBGE.

rezas. O “terço” no fim de tarde, o “ofício” de N. S. Senhora, de madrugada. Praticavam como o padre Ibiapina, o apóstolo nordestino de acentuada influência na vida de Antonio Vicente Mendes Maciel. Uma quadra popular, ainda hoje, relembra a orientação traçada pelo padre fundador das Casas de Caridade.

Ibiapina deixou

Duas saudades plantadas

O terço no fim de tarde

O ofício de madrugada.

A cantoria dos rezadores desagradou a população da Vila. Surgiram reclamações, que foram apresentadas ao delegado, quando ele voltou, num sábado, de sua propriedade, onde se encontrava no dia da chegada do grupo conselheirista. Boaventura Caldas, no intuito de fazer valer o poder de autoridade, entrou em entendimento com o Conselheiro, sem alcançar bom êxito. As orações prosseguiram, aumentando o número de participantes, sobretudo depois que o vigário da freguesia, o cônego Agripino da Silva Borges, da corrente política oposicionista, criticou do púlpito a atitude do delegado querendo silenciar os rezadores. Ao lado da posição de partidarismo, o sacerdote tinha outros interesses. No agrupamento do futuro Bom Jesus, figuravam pedreiros e carpinteiros, cujos trabalhos o vigário queria aproveitar para fazer reparos na sua igreja. Consta haver alcançado seus objetivos. O fato é que principiou, naquela oportunidade, um bom relacionamento entre o vigário e o Conselheiro, que se conservaria durante muito tempo. O posicionamento do ilustre sacerdote muito contribuiu para fortalecer o prestígio nascente do líder messiânico. "São" Boa ficou mal visto pelo grupo, tendo sofrido ameaças de várias modalidades. Espalharam que cairiam os dedos das pessoas que comprassem na loja do malsinado representante da Polícia. O quintal da casa de Boaventura Caldas amanheceu, certo dia, cheio de **sujeiras**..., e o “desvio de costumes da população”, escreveu o Barão de Jeremoabo, levou a autoridade local, certamente por interferência do próprio Barão, a apelar para o governo

provincial. Veio um destacamento de polícia para prender Antonio Conselheiro e dissolver o ajuntamento, que se supunha estar no arraial de Sambaíba. Avisado em tempo, o Conselheiro e sua grei atravessaram o rio Real, passando para o território sergipano, onde não chegava o poder policial da Bahia. Tal fato ocorreu, provavelmente, em 1875. Neste ano, consoante o livro de batizados da Freguesia de Itapicuru, Antonio Vicente Mendes Maciel levou à pia batismal seu primeiro afilhado em terras da Bahia, batismo feito pelo cônego Agripino Borges, na Igreja de N.S. de Nazaré do Itapicuru de Cima, a 7 de fevereiro. Chamava-se José, de 4 meses, o afilhado do Santo, filho de Cândido José de Oliveira e Ana Francisca de Jesus. Madrinha, Benevenuta Clarinha de Jesus⁶¹. Digamos, de passagem, tendo em vista inúmeros registros de batismos compulsados que, geralmente, quando Antonio Vicente era padrinho, a madrinha era Nossa Senhora. Haveria alguma razão especial?

O bom relacionamento com o clero sertanejo não foi, porém, a regra geral. Retornando ao território baiano, após rápida **Hégira** sergipana, Antonio Conselheiro peregrinou por diversas Freguesias, tendo entrado em choque com alguns vigários. Na Freguesia de N.S: da Conceição do Aporá, em junho de 1875, pretendeu concluir as obras do cemitério local, que haviam sido iniciadas pelos padres lazaristas. Impôs, contudo, condições. Queria permissão para solicitar esmolas aos paroquianos, rezar o terço e exortar os fiéis por meio de prédicas. O padre João José Barbosa, vigário colado do Aporá, resolveu consultar o Arcebispado, respondendo o Vigário Capitular favoravelmente quanto às duas primeiras pretensões. De relação às prédicas, não. Absolutamente, não. Somente o sacerdote tinha competência para falar aos fiéis. Informado da decisão da Arquidiocese, o Conselheiro declarou ao vigário que não prosseguiria as obras do cemitério. Deixando a sede da freguesia, passou, desobedientemente, a pregar nos sítios de Araçá, Esperados, Catinga e Cumbe, num procedimento que o padre João José Batista, classificou de “vil”.

61 Documentação existente no arquivo da Arquidiocese de São Salvador. Trata-se da correspondência com autoridades provinciais.

Tentou, em vão, chamá-lo à ordem. As autoridades locais não lhe deram o necessário apoio, queixandose o vigário de Aporá, a 30 de agosto, numa correspondência enviada ao mesmo Vigário Capitular, da difícil situação em que se encontrava, sem forças para afastar de sua freguesia o peregrino. Outras reclamações, no mesmo sentido, foram encaminhadas no ano seguinte. As cartas conhecidas indicam o agravamento da situação. O Conselheiro fazia perigar, num trecho do território sertanejo, o poder da autoridade eclesiástica, observando-se, não raro, uma acentuada divergência entre os representantes do Estado e da Igreja. Em alguns lugares, os padres combatiam o Conselheiro, enquanto os delegados o amparavam, e viceversa. Tal procedimento, com efeito, estaria condicionado às próprias discordâncias locais, muitas vezes determinadas pelas posições políticas adversas. Em verdade, porém, era a própria autoridade, policial ou religiosa, que se ia enfraquecendo a olhos vistos. Enquanto, conforme já dissemos, o vigário de Aporá reclamava contra o apoio da autoridade policial aos atos de desobediência de Antonio Conselheiro, Antonio Joaquim Pereira de Aragão, delegado de Abrantes, a 14 de março de 1876, acusava o padre Emílio de Santana Pinto, da freguesia do Divino Espírito Santo de Abrantes, de haver autorizado o mencionado Conselheiro à prática de abusos. Na mesma época, Antonio Joaquim Pereira de Aragão, delegado de Abrantes, informava o aparecimento, no distrito de Cipó, “de um homem que dizem ser de cor branca, com 40 anos de idade mais ou menos, brasileiro, diz chamar-se Antonio Conselheiro, ignorando-se sua procedência porque não se presta a explicações, sem nenhuma instrução, aliás, rústico a último ponto, pois, segundo me informaram não sabe expressar-se na própria língua”. Trazia as imagens do Crucificado e de N. Senhora, que dois caudatários conduziam. Eram chamados apóstolos, ambos de 45 anos mais ou menos, de cor cobre e duas mulheres denominadas beatas. Pregava em cima de uma cadeira, que lhe servia de púlpito, anunciando a aproximação do fim do mundo. Mais de duas mil pessoas assistiam aos conselhos, durante os quais as imagens ficavam sobre uma mesa, aí depositando os fiéis suas esmolas.

O delegado, que tudo sabia por informações, pedia instruções ao Chefe de Polícia sobre o modo de proceder na emergência. Devia ou não empregar a força para dissolver o ajuntamento, que se tomara ameaçador? Como, no ofício supra, acusava o vigário da freguesia de facilitar a ação do pregador, o Chefe de Polícia resolveu ouvir o Vigário Capitular. Há, neste sentido, ofícios datados de 17 de março e 15 de abril. Por seu turno, a Arquidiocese também era informada do que estava sucedendo nos sertões baianos, na área visitada pelo místico! Primeiro, os acontecimentos da freguesia do Senhor Deus Menino dos Araçás, quando três pessoas perderam a vida num dos momentos em que o Conselheiro pregava e uma mulher foi tomada de alucinação. Depois, as perturbações da freguesia de N.S. do Livramento do Barracão que levaram seu vigário colado, padre João Alves da Silva Paranhos, a solicitar providências do Arcebispado, temendo que se repetissem os trágicos fatos de Araçás. O beato estaria insuflando o povo contra o pároco. Praticamente, dividira os habitantes do lugar, onde estava pela segunda vez. Mandara queimar as roupas e exigia que todos fossem ouvi-lo. Bradava, a 19 de maio, que ninguém poderia impedir suas prédicas, desrespeitando, assim, o padre Paranhos. Sentindo-se ameaçado, o vigário queria a interferência do Chefe de Polícia. Diante do exposto o Vigário Capitular, Luiz d'Amour, a 20 de maio de 1876, solicitou a intervenção da Polícia.

A 26 do mesmo mês, a autoridade religiosa oficiou ao Chefe de Polícia da Bahia sobre todos os acontecimentos, confiando que convenientes medidas seriam adotadas. O Dr. João Bernardo de Magalhães, suficientemente informado a respeito dos fatos, respondeu à autoridade religiosa, no dia 30, declarando que dera “as necessárias providências para a prisão do indivíduo de nome Antonio Conselheiro, mandando até força ao delegado da vila do Conde, dirigindo-se ao de Itapicuru, no mesmo sentido”.

A documentação, aqui mencionada, esclarece, de modo definitivo, os motivos apontados como determinantes da prisão do Conselheiro, suas desavenças com o clero baiano, o perigo que representava para a tranquilidade dos sertões. As queixas do clero e das autoridades policiais do interior do Estado terminaram

merecendo atendimento por parte da chefia de Polícia. Efetuou-se a prisão do Conselheiro no dia 6 de junho, na vila de Itapicuru, onde exercia as funções de delegado de polícia o Sr. Francisco Pereira Assunção. Antonio Vicente não opôs qualquer resistência à ordem policial, nem permitiu que seus adeptos o fizessem. Juntamente com Paulo José da Rosa, que parece haver sido o primeiro dos seus apóstolos, Antonio Conselheiro foi recolhido à cadeia de vila, aguardando a força pedida para conduzi-lo a Salvador. A diligência ficou a cargo do alferes Diogo Antonio Bahia, da força de linha, requisitado para tal fim ao comandante das armas pelo presidente da Província, Dr. Luís Antonio da Silva Neves, juntamente com 15 praças, custando a viagem aos cofres provinciais a quantia de 111\$500, mandada pagar ao alferes no dia 11 de junho.

Em ofício datado de 28 de junho, apresentando os presos ao Chefe da Polícia, depois de comentar os fatos relacionados com a ação do Conselheiro, que o povo também denominava Santo Antonio, sugeria o delegado Francisco Assunção que fosse impedida sua volta ao Itapicuru, anunciada para breve pelos seus fanáticos acompanhantes, porque o reaparecimento do inculcado *santo* traria graves perturbações. Dizia o ofício: “A vista desse mau plano que, em face das circunstâncias, executarão, peço a V.Sa., para dar providências, a fim de que não volte o dito fanatizador do povo ignorante; e creio que V.Sa. assim o fará porque não deixará de saber a notícia, que há meses apareceu, de ser ele criminoso de morte na província do Ceará”.

Os adeptos de Antonio Conselheiro quiseram libertá-lo, mas foram contidos pelo próprio líder carismático. Muitos anos depois, em 1895, falando a frei João Evangelista do Monte Marciano, Antonio Vilanova declarou: “No tempo da Monarquia deixei-me prender, porque reconhecia o governo: hoje não, porque não reconheço a República”⁶².

62 MONTE MARCIANO, Frei João Evangelista do. *Relatório apresentado ... ao Arcebispo da Bahia sobre Antonio Conselheiro*. Bahia: Tipografia do Correio de Noticias, 1895. p. 4.

Para o delegado de Itapicuru, porém, fora a presença da tropa procedente da Bahia que contivera os exaltados seguidores, segundo oficiou ao Chefe de Polícia: “Em presença da força, desistiram os fanáticos do plano entre eles combinado de desmoralização à autoridade, pois só esta providência os faria conter desse propósito”⁶³. Por deliberação do Santo Conselheiro ou pelo receio da força de linha, o fato é que não houve nenhuma tentativa de por em liberdade o já famoso *Santo Antonio*. Levaram-no preso para a capital da Bahia, onde chegou a 5 de julho, após uma viagem a pé de Itapicuru a Alagoinhas, fazendo de trem o trajeto final. Teria sido maltratado pela escolta que o conduziu. Diante da autoridade policial, inquirido sobre os maltratos sofridos, “limitou-se a responder que mais do que ele havia sofrido o Cristo”⁶⁴. Recusou-se a prestar qualquer esclarecimento sobre sua vida. O chefe de Polícia da Bahia comunicou ao seu colega do Ceará: “Obstinadamente não quis responder ao interrogatório que lhe foi feito, como verá V.Sa. no auto junto”⁶⁵. Nina Rodrigues, porém, embora confirmando as palavras da correspondência, disse ter ouvido de testemunha do depoimento que o Conselheiro declarara, numa “espécie de sentença evangélica”, que “apenas se ocupava em apanhar pedras pelas estradas para edificar igrejas”⁶⁶. Nada mais disse.

A imprensa soteropolitana noticiou largamente a prisão e a chegada de Antonio Conselheiro, bem assim sua partida para Fortaleza após rápida passagem por Salvador. Pela primeira vez o *messias* apareceu nas colunas dos jornais baianos. A seu respeito falaram o *Diário da Bahia*, o *Jornal da Bahia*, o *Correio*

63 MILTON, Aristides Augusto. *A Guerra de Canudos*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1979. p. 11. Coleção Cachoeira, Vol. II.

64 RODRIGUES, Nina. *Coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. p. 57.

65 As datas das edições são: *Diário da Bahia*, 27 de junho e 7 de julho, *Jornal da Bahia*, 8 de julho, *Correio da Bahia*, 8 de julho e *Diário de Notícias*, 6 e 7 de julho.

66 MILTON, Aristides, *Op. cit.*, p. 11.

da Bahia, o *Diário de Notícias*⁶⁷. O noticiário começou pelo *Diário da Bahia*, no número de 27 de junho, informando a respeito da prisão, e tratando da atividade por ele desenvolvida no interior da Bahia. Apontava-o como “homem inteligente, mas sem cultura”, que vinha arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto. O noticiarista do *Diário* repetia aquilo que já vimos sobre o físico do indivíduo Antonio Maciel, sua pregação, seus conselhos, seus acompanhantes, seus trabalhos como a reedificação da capela de Rainha dos Anjos e a construção de cemitérios. A gazeta, órgão do Partido Liberal, que movia oposição aos conservadores então no poder, concluiu sua nota com uma pergunta significativa: “Se Antonio Conselheiro não é um grande hipócrita, que sob suas humildes aparências oculta algum tartufo de nova espécie, não passa de um fanático. Será um criminoso? Dir-nos-á a Polícia que ordenou sua captura”. Posteriormente, quando o titular da Polícia, Dr. João Bernardo de Magalhães, resolveu encaminhar o preso para Fortaleza, o *Diário* estranhou a medida, com a seguinte nota: “*Antonio Conselheiro*. Este indivíduo, de que já demos notícia, chegou ontem de Itapicuru. Desta cidade, depois de interrogado pelo Chefe de Polícia, que nos consta, fizera despir a túnica, somos informados que deve seguir, para o Ceará, no vapor Pernambuco. É de crer que para fazê-lo tenha a Polícia tido alguma requisição da autoridade daquela província; do contrário seria uma violência, que afinal equivaleria a uma deportação, para o qual não julgamos autorizado o Sr. Dr. Chefe de Polícia”. O *Jornal da Bahia*, ligado ao situacionismo, elogiou, porém, as providências adotadas, concluindo: “O Sr. Dr. Chefe de Polícia é digno de louvor pela importante prisão que acaba de realizar”.

Ficou pouco tempo na velha cidade de Tomé de Souza. Sua estada não foi além de três dias. No dia cinco, acompanhado de quatro adeptos, escoltados por praças, atravessava as ruas de Salvador, alvo da curiosidade geral. Sabemos os nomes de três dos seus quatro acompanhantes. Paulo José da Rosa, o primeiro dos beatos do Conselheiro, com quem voltaria a se encontrar quando retornou

67 MILTON, Aristides, Op. cit.; p. 12.

do Ceará; José Manuel, apontado pelo delegado de Itapicuru como larápio e Estevam, acusado de ser negro fugido, escravo de uma viúva residente em Porto da Folha, Sergipe. Lê-se no *Diário de Notícias*, edição de 6 de julho, sob o título “*Prisão de um missionário*”: “Entre soldados da Polícia atravessaram ontem as ruas desta cidade, vindos de Alagoinhas, Antonio Conselheiro, o Santo, e quatro dos seus acólitos, presos ultimamente em Itapicuru. Tocado da *luz divina*, pregava ele aos pobres tabaréus uns sermões de sua lavra, cujos fins não abonavam muito a sua boa fé para com seus irmãos em Cristo. Tanto deram na vista as suas missões que a Polícia convidou-o a vir pregá-las aos presos da casa de correção”.

Interrogado pelo próprio Chefe de Polícia, como escrevemos antes, Antonio Conselheiro nada esclareceu sobre sua vida pregressa além daquele mínimo referido por Nina Rodrigues. Constava que o Conselheiro estaria envolvido num morticínio praticado no Ceará, em 1872, “cujos autores em grande parte andavam foragidos, tendo sido a captura deles recomendada pelo chefe de Polícia daquela Província”⁶⁸. Diante da acusação, muito vaga em verdade, o Dr. João Bernardo de Magalhães, deliberou encaminhar o “missionário” ao chefe de Polícia do Ceará, Dr. Vicente de Paula Cascais Teles, dizendo no ofício nº 2.182, datado de 5 de julho de 1876: “Faço apresentar a V.Sa. o indivíduo que se diz chamar Antonio Vicente Mendes Maciel, conhecido por Antonio Conselheiro, que suspeito ser algum criminoso dessa província, que anda foragido”. Se, todavia, a suspeita não tivesse fundamento, a polícia cearense deveria ficar de vistas voltadas para o Conselheiro, impedindo sua volta ao sertão baiano: “Entretanto, se porventura não for ele aí criminoso, peço em todo caso, a V.Sa., que não perca de sobre ele as suas vistas para que não volte a esta província, ao lugar referido, para onde sua volta trará certamente resultados desagradáveis, pela exaltação em que ficaram os espíritos dos fanáticos com a prisão do seu ídolo”.

68 BENÍCIO, Manuel. *O Rei dos Jagunços*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1899.

A viagem foi feita no navio nacional Pernambuco, que arribou do porto da Bahia, com destino a Fortaleza, a 7 de julho. Seguiu Antonio Vicente acompanhado de dois guardas. Estranhamente, seu nome não consta da relação dos passageiros do “Pernambuco”, para onde foi conduzido num escaler da capitania dos Portos. A 15 do mês citado, o Chefe de Polícia do Ceará, apresentou o indigitado criminoso ao juiz preparador do termo de Quixeramobim, sua terra natal, lugar onde possivelmente teria cometido o crime de que era acusado. Nada havia contra ele. Quase toda gente estava bem lembrada de Antonio Vicente, um homem de boa formação, que uma desventura conjugal tomara infeliz, andejo. Foi posto imediatamente em liberdade. O juiz preparador, a 1 de agosto, encerrava o imaginoso caso dizendo, textualmente, ao Chefe de Polícia: “Acuso recebido o ofício de V. Exa., datado de 15 de julho, no qual me comunica que, naquela data, partia para esta cidade para ser posto à minha disposição, Antonio Vicente Mendes Maciel, que se supunha ser criminoso neste termo, a fim de que eu, verificada sua criminalidade, procedesse na forma de lei. Em resposta, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. que tendo verificado não ser o referido Maciel criminoso, o mandei por em liberdade alguns dias depois de sua chegada a esta cidade”.

O assunto parecia naturalmente encerrado. Antonio Vicente Mendes Maciel não estivera envolvido no tal morticínio de 1872. Não praticara nenhum crime na terra de seu nascimento, no termo de Santo Antonio de Quixeramobim. Tal, porém, não sucedeu. Criou-se uma lenda, que Euclides da Cunha qualificou de “arrepadora”. Antonio Conselheiro cometera um crime hediondo. Um duplo homicídio. Matara a esposa e a própria mãe. A sogra, como tantas vezes ocorre, desadorava a nora. Por isto, revelara ao filho que a mulher o traía aproveitando seu afastamento do lar quando viajava a negócio. Disse-lhe que ele mesmo poderia ver com seus olhos o que estava sabendo. Antonio Vicente fantasiou uma viagem, logo retornando para ficar oculto a fim de presenciar pessoalmente a infidelidade da mulher. “Noite velha”, no dizer do autor de **Os Sertões**, do ponto de espia em que se escondera, ele viu um vulto aproximando-se da sua

vivenda e galgar uma das janelas. “Não lhe deu tempo para entrar. Abateu-o com um tiro. Penetrou, em seguida, de um salto, no lar e fulminou com outra descarga a esposa infiel, adormecida. Voltou, depois, para reconhecer o homem que matara. E viu com horror que era sua própria mãe que se disfarçara daquele modo, para a consagração do plano diabólico. Fugiu, então, na mesma hora, doido, abandonando tudo, ao acaso, pelos sertões em fora”⁶⁹.

Rolaram os tempos e a lenda se conservou na imaginação popular, enriquecida por um mundo de versões. Ainda hoje, no sertão, a estória é lembrada. O Conselheiro sabia da imputação caluniosa e, certa feita, segundo revelou Honório Vilanova, defendeu-se, perguntando ao povo que ouvia seus conselhos: “Como posso ter assassinado minha mãe se fui maltratado por minha madrasta?”⁷⁰.

Estava certo. Sua genitora falecera quando o menino Antonio Vicente não completara cinco anos. A história, vencendo a lenda, apurou a verdade.

69 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923. p. 165.

70 MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964. p. 113.

O SÉQUITO DE ANTONIO CONSELHEIRO^(*)

No séquito de Antonio Conselheiro, que começou a se formar no início de suas andanças na Bahia e em Sergipe, predominavam os baianos, seguidos de sergipanos, cearenses e pernambucanos. Jamais deparamos, em nossas pesquisas, referências a nordestinos de outras procedências, embora, possivelmente, alagoanos, paraibanos, potiguares hajam formado nas falanges conselheiristas.

Sabemos pouco a respeito dos pernambucanos. Na sua caminhada do Ceará para a Bahia, Antonio Vicente Mendes Maciel atravessou a Província de Pernambuco. A propósito, registrou Euclides da Cunha: “*dos sertões pernambucanos passou para os de Sergipe*”. Um caboclo velho, preso em Canudos, nos últimos dias da resistência, disse ao então repórter do **Estado de São Paulo** que conhecia o místico na época referida. Ainda moço, “*já impressionava vivamente a imaginação dos sertanejos*”⁷¹. O “caboclo velho”, certamente, teria sido um dos primeiros pernambucanos a formarem ao lado conselheirista. Das terras de Duarte Coelho, segundo informação de Manuel Benício, veio um dos mais falados cabecilhas de Canudos, o nego Pajeú, ex-soldado de linha, que estivera envolvido num motim no começo da República, chefiado por Antonio Diretor⁷². É provável que outros pernambucanos, participantes das agitações da inquieta fase, tenham se agregado ao séquito.

Com relação aos cearenses, os dados são mais esclarecedores. Podemos assegurar que os comprovincianos do “rei dos jagunços” estiveram em número expressivo na comunidade messiânica. Exerceram liderança e mereceram

(*) Este trabalho foi publicado na revista FAEEBA, nº especial (Canudos), 2ª. ed., jan / jun, 1995.

71 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923. p. 162-3.

72 BENÍCIO, Manuel. *O Rei dos Jagunços*. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comércio, 1899. p. 168.

considerações especiais de parte do famoso conterrâneo. Alguns deles são citados nos documentos. O delegado de polícia da vila de Itapicuru, Luiz Gonzaga Macedo, em 1886, denunciou ao chefe de Polícia da Bahia as violências praticadas pelo cearense Manuel Feitosa, mestre de obras do Conselheiro, que estava dirigindo a construção da Igreja do Bom Jesus, no arraial do mesmo nome, hoje cidade de Crisópolis. Segundo o expediente, muitos cearenses trabalhavam na edificação da capela, “aos quais Antonio Conselheiro presta a mais cega proteção, tolerando e dissimulando os atentados que cometem”⁷³.

Também no Belo Monte, alguns anos depois, a gente da “terra de Iracema” desempenharia relevante papel, destacando-se a posição da família Vilanova, tendo à frente Antonio Vilanova, o mais próspero comerciante do povoado, um dos homens fortes da grei canudense. O chefe Vilanova, nascido em Assunção, pessoa de confiança do Bom Jesus, era uma espécie de dirigente econômico e político de Canudos, muito considerado, ouvido e respeitado. Possuidor da melhor loja da localidade, com seus irmãos Pedro e Honório, Antonio Vilanova conseguiu retornar à terra do nascimento, levando a família⁷⁴.

Chegou ao interior da Bahia, acossado pela seca de 1877. Como ele, no ano terrível, muitos cearenses se deslocaram para as terras baianas, onde a estiada não fora tão inclemente. A imprensa coetânea está cheia de registros neste sentido. Levas de flagelados chegaram à Bahia, juntamente no período que o Conselheiro fazia pregações e realizava obras. Natural que muitos deles se aproximassem do peregrino, de quem podiam receber alguma ajuda. A calamidade reunia conterrâneos exilados.

73 MILTON, Aristides Augusto. *A Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 14.

74 MACEDO, Nertan. *Memorial de Vila Nova*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964. p. 32 e 155.

Por outro lado, o tão conhecido misticismo sertanejo seria outro motivo de aproximação. O jagunço Manuel Ciriaco, com quem conversamos em Canudos, falou-nos de um José Beatinho, outro cearense, bom tirador de rezas, amigo de Antonio Conselheiro, falecido antes da guerra. O escritor Xavier de Oliveira, no livro **Beatos e Cangaceiros** menciona moradores de Crato sobreviventes da Campanha de 1897, entre eles, Pedro Pilé, que combateram contra as forças republicanas⁷⁵. No Ceará, até padre Cícero Romão Batista, em plena ascensão de sua carreira mística, manifestava interesse pela sorte do taumaturgo de Vaza-Barris, tanto assim que lhe enviou, consoante declaração de Honório Vilanova, pouco antes do "fogo de Uauá", um emissário, de nome Herculano. Ele esteve algum tempo entre jagunços, regressando ao Crato, com a recomendação do Conselheiro de contar ao padre tudo que vira⁷⁶. Não será despropósito admitir a presença de outros afilhados do "padim" Cícero nas hostes conselheiristas.

Em relação aos sergipanos, temos a considerar o proselitismo intentado pelo Bom Jesus Conselheiro desde os primeiros momentos do seu aparecimento no centro das Províncias da Bahia e de Sergipe, em 1874. No ano citado, uma gazeta sergipana, editada na cidade de Estância, noticiava a presença do peregrino, que se dizia chamar Antonio dos Mares, no território de Sergipe, onde estava impressionando as populações da região, que já o julgavam *Santo*⁷⁷. Em 1879, Sílvio Romero contou que Antonio Conselheiro andara em Sergipe, onde fizera adeptos⁷⁸.

75 OLIVEIRA, Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*. Rio de Janeiro, 1920. p. 127-39.

76 MACEDO, Nertan. *Op. cit.*, p. 135-6.

77 *O Rabudo*, Estância, Sergipe, 22/11/1874.

78 ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, (1879-1880). Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1888.

No decorrer dos anos, realizara também algumas obras, levantando muros de cemitérios, construindo e levantando capelas, em Vila Cristina (atual Crisínópolis), Campos, Riachão do Dantas, segundo ensina a tradição oral. Não foi bem sucedido em Simão Dias e Lagarto, onde os respectivos vigários José Joaquim Ludovice e João Batista de Carvalho Daltro (padre Data) proibiram suas prédicas, tendo o último reunido alguns paroquianos para qualquer eventualidade⁷⁹. Foi recebido, porém, em Riachão do Dantas. Baseado no testemunho de um antepassado, o coronel Arivaldo Fontes reconstituiu a passagem do Santo Conselheiro pela vila sergipana. O vigário não lhe criou obstáculos. Nem o presidente da Câmara Municipal. O Conselheiro fez suas prédicas na praça da Matriz. Da Vila, seguiu para o povoado Samba, hoje Bonfim, onde construiu a capelinha e o cemitério da localidade⁸⁰. Os moradores do povoado ficaram agradecidos ao benfeitor. Um dos homens de posse de Samba, Antonio Marciano dos Santos, conhecido por Marciano de Sergipe, reuniu a família e partiu para Canudos, onde morreu heroicamente.

Do Riachão do Dantas, sem dúvida alguma, saiu o mais numeroso grupo de sergipanos para acompanhar a sorte do Bom Jesus Conselheiro. Arivaldo Fontes, recordando tempos de meninice, noticiou ainda sobre um tipo popular de sua terra, conhecido por *Santo Jagunço*, que escapara do morticínio de 1897. Nas relações de mulheres e meninos, procedentes de Canudos, recolhidos às enfermarias de Alagoinhas, feridos de guerra ou doentes de varíola, havia sergipanos oriundos de Itaporanga, Itabaianinha, Campos (Tobias Barreto), Geru, Vila Cristina, parte do Estado que teria sentido mais de perto a influência do Conselheiro. Número, todavia, pouco significativo em relação aos internados de naturalidade baiana.

79 MACEDO, Nertan. *Antonio Conselheiro*. Rio de Janeiro: Record, 1969. p. 154-5.

80 FONTES, Arivaldo. "Antonio Conselheiro no Riachão do Dantas", *Momento*, Revista Cultural da Gazeta de Sergipe, v. 2, nº 3-4, p. 7-8, ago. / set. 1977.

Os baianos constituíram, de fato, a avassaladora maioria dos fanáticos do Bom Jesus. Baianos nascidos numa zona situada nas bacias dos Vaza-Barris e Itapicuru, aos quais se ajuntaram outros procedentes da zona sanfranciscana e da região das Lavras Diamantinas, então envolvida, esta última, em lutas violentas de nítida conotação *coronelist*a, que o poder público estadual de certa forma instigava.

Das Lavras teriam vindo mais clavinoteiros do que crentes propriamente ditos. Gente afeita ao trabuco, e não ao terço. Gente chegada na hora do combate com a firme disposição de “cortar soldado”, de dar sumiço à “fraqueza do Governo”. Gente que não ouvira a palavra do Santo Conselheiro, porque ele nunca chegara até as bandas da mineração.

O peregrino palmilhara, durante quase um quartel de século, o chão ressequido do nordeste baiano, um pedaço de chão incrustado no polígono da seca, um pobre trecho de acentuada conotação agropastoril, onde restos de uma pequena economia açucareira se foram estiolando com o término do regime servil. O sertão do Conselheiro era habitado por populações que quase nada possuíam para exportar, vivendo da carne de bode, do couro de bode, da rapadura, da farinha de mandioca, de boizinhos, quase de barro, que pastavam em terrenos também pobres. Zona tão miserável que viveu muitos anos das benemerências do pobre Antonio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, abridor de tanques d'água, únicas obras de caráter público que aquele adusto sertão podia ambicionar.

Nas suas constantes caminhadas, que sempre o traziam de volta ao município de Itapicuru, onde estabeleceu seu quartel general, de 74 a 93, Antonio Vicente Mendes Maciel, a pé ou montado no seu cavalo castanho, o “cavalinho do Conselheiro”, percorreu as terras de Inhambupe, Tucano, Soure, Ribeira do Pau Grande, Bom Conselho, Jeremoabo, Pombal, Conde, Monte Santo, Massacará, Chorroxó, donde haveriam de sair na esperança da salvação e ao encontro da

morte, milhares dos seus desenganados seguidores, muitos deles compadres, afilhados do santo, porque os laços do compadrio foram um dos fortes esteios para o bom funcionamento daquela sociedade messiânica dos sertões da Bahia. Eram baianas as figuras de indiscutível participação nos acontecimentos do Belo Monte, como João Abade, Joaquim Macambira, José Félix, Norberto das Baixas, Antonio da Mota, Manuel Quadrado, Paulo José da Rosa, Leão Ramos, Manuel Faustino, Timotinho Sineiro, Pedrão, Antonio Fogueiro, beatos, clavinoteiros, negociantes, artífices, que se deixaram envolver pelas pregações do *messias* e o acompanharam.

Agora que já esboçamos a distribuição geográfica do universo conselheirista, vamos tentar determinar suas origens étnicas. O Conselheiro conseguiu reunir, em torno de sua figura carismática, brancos, negros, mulatos, caboclos. Euclides da Cunha, que viu reunidos, nos derradeiros momentos da guerra, centenas de velhos, crianças e mulheres, assim descreveu a gente jagunça:

“Via-se, então, pela primeira vez, em globo, a população de Canudos: e à parte as variantes impressas pelo sofrer diversamente suportado, sobressaía um traço de uniformidade rara nas linhas fisionômicas mais características. Raro um branco ou um negro puro. Um ar de família em todos delatando, iludível, a fusão perfeita das três raças. Predominava o pardo, lídimo, misto de cafre, português e tapuia - faces bronzeadas, cabelos corredios e duros ou anelados, troncos deselegantes; e aqui, e ali, um perfil corretíssimo recordando o elemento superior da mestiçagem⁸¹”.

Pelo visto, havia gente de todas as origens. Até tipos alourados, como Bernabé José de Carvalho, que fez lembrar ao autor de **Os Sertões** a presença de descendentes holandeses, no meio daquela jagunçada mestiça. Um homem de olhos azuis e cabelos alourados, que se proclamava de linhagem superior. Não

81 CUNHA, Euclides da. *Op .cit.*, p. 608.

era um matuto largado. Brancos e homens de recursos, porque o Belo Monte não foi, como se assoalhava na tumultuada era da guerra fratricida, um valhacouto de foragidos da lei. Negociantes e pessoas de recursos vendiam seus *possuídos* e iam se instalar no povoado do Vaza-Barris, sofrendo as agruras da luta ingente. Rosendo Maximiano dos Santos, de Tucano, Deocleciano José de Macedo, de Natuba (Soure), Manuel Jacinto da Silva, de Mundo Novo, Antonio Marciano dos Santos, de Riachão do Dantas, dentre muitos outros, eram brancos e abastados, crentes fervorosos, que se desfizeram dos próprios bens para ficarem juntos do Bom Jesus, para morrerem ao seu lado, onde também estavam os negros ex-escravos e caboclos de Massacará, Rodelas, Mirandela, antigos aldeamentos de índios. Negros e caboclos que, sem dúvida alguma, agregando-se à grei conselheirista, não o faziam apenas dominados pelo fervor religioso, mas também por necessidade de amparo material, de solidariedade humana.

Os negros do Belo Monte eram, segundo depoimentos da época, ex-escravos, egressos das senzalas, inadaptados ao novo regime de vida que, estabelecendo a alforria do homem, não criara condições para a “alforria da terra”, que tantos esperavam. Negros apelidados “treze de maio”, jogados para um canto, desvalorizados perante certos grupos, como está bem claro no cancionero popular de antanho.

*Nasceu periquito
Virou papagaio
Não quero negócio
Com “treze de maio”.*

*K é letra decadente
Meu pai assim me dizia
É como o “treze de maio”
Mesmo depois da alforria.*

Há duas cartas no rico arquivo do Barão de Jeremoabo, falando da presença dos “13 de maio” nas hostes conselheiristas. Uma de Antero Galo, de Tucano, bem informado a respeito da população do Belo Monte, afirma, com evidente exagero, que tudo “*ali é gente treze de maio*” e outra do coronel José Américo Camelo de Souza Velho, proprietário em Massacará, terrível inimigo do Conselheiro, dizendo haver um grande número de ex-escravos arranchados em Canudos, onde sabemos existia uma rua denominada dos “*negros*” e uma outra apelidada dos “*caboclos*”.

Dos últimos defensores do Bom Jesus, que morreram combatendo, um era negro, afirmou Macedo Soares. Pajeú era homem de cor. A velha Francisca Guilhermina apontou, entre os participantes do massacre da família de Antonio da Mota, o cabecilha “*Vicentão, negro muito malvado*”.

Contou o Barão de Jeremoabo, num artigo publicado no ***Jornal de Notícias*** (4 de março de 1897), que após a abolição grande parte da mão de obra das fazendas deixou as propriedades onde trabalhava e foi para a companhia do Santo Conselheiro, causando, diz o articulista, grande prejuízo aos seus antigos senhores.

No livro de batizados da freguesia do Cumbe, registrando batismos realizados em outubro de 1896, poucos dias antes do início do sangrento conflito, é quase tudo gente “*parda*”, talvez filhos de ex-escravos.

Quanto à presença de “*caboclos*”, descendentes de índios, há igualmente documentação convincente. O Dr. Edgar Albertazzi, médico da expedição Febrônio de Brito, declara, em suas memórias inéditas, ter visto muitos feridos de flecha. Um saudoso pesquisador, Valentim Calderon, obteve depoimentos significativos de caboclos de Mirandela a respeito dos seus antepassados lutando ao lado da jagunçada. Segundo a tradição, que ouvimos no sertão, veio gente da aldeia de Rodelas, bem assim de Massacará. Em tais aldeamentos

havia muita reclamação contra o tratamento que era atribuído aos descendentes de índios e por isto, provavelmente, a posição tomada ao lado do Bom Jesus Conselheiro.

Pelo que nos foi possível constatar, alicerçado sobretudo na voz popular, o séquito do Bom Conselheiro reunia todas as “nações” do sertão. E pela presença de ex-escravos se pode até aventar a hipótese de ser Canudos o “último quilombo”.

CANUDOS - ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DE UM ARRAIAL MESSIÂNICO^(*)

Por volta de 1870, nos sertões da então Província da Bahia, existiam duas pequenas localidades denominadas Canudos - o lugar Canudos, também mencionado como o “deserto dos Canudos”, em terras da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu⁸² e a “fazenda de Canudos”, referida nos limites entre as freguesias do Santíssimo Coração de Jesus de Monte Santo e Santíssima Trindade de Massacará⁸³.

O primeiro lugar continuou sendo, até os dias presentes, um pequeno povoado, sem história, com uma população de 90 habitantes, segundo os dados oficiais de 1957⁸⁴. O outro, porém, obscura fazenda em suas origens, ganhou projeção nacional entre 1893 e 1897, quando foi destruído pela guerra e pelo fogo após uma sangrenta luta de alguns meses, tomando-se ponto de história do Brasil.

A fama da localidade começou a surgir quando, em junho de 1893, ali chegou e se estabeleceu, acompanhado de milhares de seguidores, o “*messias brasileiro mais conhecido e estudado*”⁸⁵, Antonio Vicente Mendes Maciel, Antonio Conselheiro de alcunha, também cognominado Bom Jesus Conselheiro e Santo Conselheiro.

(*) Publicado nos *Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, (Belo Horizonte, 2 a 8 de Setembro de 1973), São Paulo, 1974, p.461/81; republicado in *Revista da Academia de Letras da Bahia*, nº 34, Salvador, Janeiro de 1987, p. 47/63.

82 FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil (Bahia, Sergipe, Espírito Santo)*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1906. v. I, p. 235/8.

83 *Idem*, p.238.

84 *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958. 4, XXI, p. 50.

85 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1965. p. 203.

Segundo a tradição recolhida no meio de velhos moradores da área, as terras da fazenda pertenceram à gente da Casa da Torre, que as obtivera de sesmaria. Em 1856, possuíam quinhões de terras no lugar denominado Canudos, segundo o registro efetuado perante o vigário da freguesia de São João Batista de Jeremoabo, padre Joaquim Inácio de Vasconcelos, os senhores Lázaro Pereira Leal, Sebastião José Quadrado e Vitorino José de Santana. Canudos, então, limitava-se ao nascente com a fazenda Cocorobó, ao norte com a Canabrava, para o poente com a Barra e para o sul com o Rosário⁸⁶. Ao tempo dos históricos acontecimentos que celebrizaram o arraial, as fazendas próximas, Cocorobó e Velha, eram propriedades da família do Dr. Fiel de Carvalho, que também parece haver possuído um quinhão em Canudos⁸⁷.

Localizado à margem do Vaza-Barris, numa região onde correm alguns afluentes do citado rio – os riachos Mamuquem, Umburanas, do Mota, da Providência e o rio Sargento – o pequeno povoado desfrutava de posição privilegiada. É que por ali passavam as estradas do Cambaio, do Calumbi ou do Rosário, de Massacará, de Jeremoabo, caminhos abertos à penetração do rio São Francisco. De Canudos, na direção do oeste, partiam as estradas de Uauá e da Canabrava, através das quais se completavam as caminhadas dos sertões banhados pelo “rio da unidade nacional”.

Ponto de encontro de várias estradas, Canudos tornou-se pouso obrigatório de viajantes que aí pernoitavam e tratavam de suas montarias, dando ensejo à atividade de ferreiros, consertadores de ferraduras de animais. O criatório de bode, muito difundido nas redondezas, era o principal esteio da pequena economia, por causa de couro vendido para Cumbe (Euclides da Cunha atual) e Monte Santo. Plantava-se cana nas margens do rio e seus afluentes, para a

86 *Livro de registro dos exemplares das terras da Freguesia da Vila de Jeremoabo*, conforme determina o Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Livro 52, fls. 34, reg. 80 e fls 36, regs. 84 e 85. Encontrado no Arquivo Público da Bahia.

87 BENÍCIO, Manuel. O Rei dos Jagunços. Crônica histórica e costumes sertanejos sobre acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comércio, 1899. p. 166.

rapadura destinada ao consumo local. Nas grandes fazendas, criava-se também o gado vacum.

Surgido em pleno sertão, distanciado dos núcleos maiores de povoamento, a fazenda de criar cedo passou a ser um centro de reunião de gente “suspeita e ociosa”, conforme informou a Euclides da Cunha o padre Vicente Ferreira dos Passos, antigo vigário da freguesia de Jeremoabo que, em 1876 andara em desobriga na zona. Registrando notas manuscritas em seu poder, escreveu o autor de **Os Sertões**.

“Já em 1876, segundo o testemunho de um sacerdote, que ali fora, como tantos outros e nomeadamente o vigário do Cumbe, em visita espiritual a gentes de todo despeadas da terra, lá se aglomerava, agregada à fazenda, população suspeita e ociosa, armada até os dentes” e “cuja ocupação, quase exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão” cujos tubos eram naturalmente fornecidos pelas solanáceas (canudos de pito) vicejantes, em grande cópia, à beirada do rio”⁸⁸.

Vimos confirmadas as informações do padre Vicente Ferreira dos Passos num documento assinado pelo delegado de polícia de Monte Santo no qual constava que certo criminoso possivelmente estava homiziado em Canudos, onde não era fácil chegar a ação dos representantes da lei.

Do exposto, podemos concluir que a fazenda Canudos, depois arraial de Canudos, chamado povoado do Belo Monte pelo Conselheiro, após sua chegada ao lugarejo, era um local dos sertões baianos, como inúmeros outros, aliás, que apresentava condições favoráveis ao desenvolvimento de um ponto de reação ao poder constituído.

88 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Laemmaert, 1902. p. 187.

O arraial, em 1890, três anos antes de sua ocupação pelo Santo Conselheiro, teria “*cerca de cinqüenta capuabas arruinadas*”, admitiu Euclides da Cunha⁸⁹. Cerca, portanto, de 250 habitantes, conjeturamos, admitindo uma média de cinco pessoas para cada casebre. As casinholas ficariam, na sua maioria, numa espécie de praça ali existente, onde havia um barracão, conforme nos declarou Manuel Ciriaco⁹⁰, homem dos tempos do Conselheiro. Os casebres de Euclides da Cunha não devem ser entendidos no rigor da expressão. Havia alguma coisa além das “capuabas arruinadas”. Uma pequena capela e umas duas ou três casas de melhores condições. A casa de Antonio da Mota uma delas, sem dúvida alguma. Negociante de couro, chefe de numerosa família, Antonio da Mota possuía uma casa regular, segundo ouvimos de diversos sobreviventes da guerra. Ficava situada na praça, perto da capelinha levantada em anos mais recuados. Antonio Conselheiro, quando esteve no arraial pela primeira vez, prometeu a Antonio da Mota, de quem era compadre, que edificaria uma igreja maior, promessa cumprida em 1893. O velho Macambira, antigo morador do povoado, negociante e pequeno criador, também devia possuir uma moradia melhor do que as palhoças referidas por Euclides da Cunha.

O centro do arraial, evidentemente, estava situado na praça que alguns denominam das “igrejas” e outros chamam das “casas vermelhas” ou ainda “do comércio”. A primeira denominação vem do fato de ali estarem, uma diante da outra, a igreja de Santo Antonio, cuja edificação parece haver sido concluída em 1893 e a do Bom Jesus, de maiores proporções, ainda em construção na época da guerra. A outra designação é originada de um “correr” de casas de telhas, no lado oposto às igrejas, pertencentes ao comerciante Antonio Vilanova, a João Abade, o “chefe do Povo”. Eram as mais confortáveis de toda a localidade, levantadas depois da chegada do Bom Jesus Conselheiro. “Do comércio”, por causa da loja de Vilanova.

89 Ibidem.

90 Ouvimos, mais de uma vez, a declaração de Manuel Ciriaco a respeito do barracão onde ficara Antonio Conselheiro, em sua primeira passagem por Canudos.

Partindo da praça, um número elevado de casebres, levantados apressadamente à proporção que iam aparecendo os fanáticos, tomava o nome de “ruas”: Campo das Abóboras, da Caridade. A única perfeitamente alinhada era a do Monte Alegre, que ia terminar na estrada de Uauá. As demais eram “*pura ênfase dos seus moradores*”, observou Sílvio Rabelo⁹¹. Olhando a “Tróia de taipa” do alto da trincheira “Sete de Setembro”, Euclides da Cunha nos legou a descrição que se segue.

“Do alto da trincheira ‘Sete de Setembro’, erguida num contraforte avançado do morro da Favela, quem observa tem a impressão inesperada de achar-se ante uma cidade extensa, dividida em cinco bairros distintos e grandes, revestindo inteiramente o dorso das colinas.

É um quadro surpreendente, o deste acervo incoerente de casas – todas com a mesma feição e a mesma cor, compactas e unidas no centro de cada um dos bairros distantes, esparsas e militarmente dispostas em xadrez nos intervalos entre eles.

*Não há propriamente ruas, que tal nome não se pode dar às vielas tortuosas, cruzando-se, num labirinto inextrincável – e as duas únicas praças que existem, excetuada a das igrejas, são o avesso das que conhecemos: – dão para elas os fundos de todas as casas, são um quintal em comum”.*⁹²

Frei João Evangelista do Monte Marciano, que visitou o Belo Monte no ano de 1895, em pleno desenvolvimento do arraial messiânico, encontrou “*casinholas toscas, construídas de barro e cobertas de palha, de porta sem janela e não*

91 RABELO, Sílvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Coleção Estudos Brasileiros da Casa do Estudante do Brasil, 1948. p. 169. O verdadeiro nome da rua parece que era Campo Alegre e não Monte Alegre.

92 CUNHA, Euclides da. *Canudos. Diário de uma expedição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 86.

arrumadas. O interior é imundo e os moradores que, quase nus, saíam fora a olhar-nos atestavam no aspecto esquelético e quase cadavérico as privações de toda espécie que curtiam".⁹³

O frade viu, ainda, em cerca de duas horas, a passagem de oito enterros, o que lhe disseram depois ser fato comum na localidade⁹⁴. Como indagara, numa das suas práticas, quem era o responsável por aquela mortandade, ouviu uma voz lamuriosa, partida do seio dos assistentes: "*é o Bom Jesus que os manda para o Céu*"⁹⁵.

Superior ao número dos mortos, eram os grupos de adeptos que surgiam todos os dias, procedentes de diversos pontos da Bahia e de Sergipe. Vinham, sobretudo, daqueles lugares por onde peregrinara, durante mais de 20 anos, o Santo Conselheiro. Gente do Tucano do Itapicuru, de Entre Rios, de Inhambupe, do Conde, de Pombal, de Monte Santo, de Alagoinhas, de Massacará, de Jeremoabo, de Curaçá, de Campos, de Itabaianinha, de Vila Cristina, do Geru. Pessoas de recursos, que vendiam sua terra e seu gado. Homens e mulheres paupérrimos. Índios do aldeamento de Mirandela e Rodelas, certamente localizados na rua dos Caboclos; pretos libertados pela lei áurea, conhecidos por "13 de maio", que deviam predominar na "rua dos negros". Doentes mentais, aleijados, incapacitados que viviam das esmolas do Bom Jesus e esperavam seus milagres. Todos atraídos pelo poder de Antonio Conselheiro, pelos seus conselhos, pelo lenitivo que ele lhes podia proporcionar.

"Quem quiser remédio santo

Lenitivo para tudo

93 MARCIANO, João Evangelista do Monte. Relatório ... ao arcebispado da Bahia sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos. Bahia: Tip. do Correio das Noticias, 1895. p. 4.

94 Ibidem.

95 *Idem*, p. 6.

*Procure o Conselheiro
Que ele esta lá nos Canudos*⁹⁶.

Da “Meca” do “conselheirismo”, os fiéis convocaram novos adeptos, chamando os parentes e amigos para a “nova barca de Noé” que outra não era senão o Belo Monte⁹⁷. Euclides da Cunha anotou, numa das páginas de sua **Caderneta de campo**, frase de um jagunço, definidora do proselitismo praticado em Canudos: *“tocaram a me mandar cartas”*⁹⁸.

Favila Nunes obteve e divulgou missivas de jagunços, bem significativas dos apelos, endereçadas aos parentes, aos compadres, aos amigos. José Mendis (sic) dos Reis mandou perguntar a Benedito Pereira de Souza:

*“Agora aparece por cá uma noticia que o concelero diz que quem não for daqui até agosto que não hentra mais hentão eu lhe mando pedir a Vem, que ci for serto eu saber diretamente disto”*⁹⁹.

Do Belo Monte, José Felix, apelidado o Taramela, que gozava da confiança do Santo Conselheiro, respondeu a Romão Soares dos Santos: *“Recebi sua estimada carta, e sobre ela respondo-lhe que Vm tendo vontade e gosto de vir faça por vir o mais breve que lhe seja possivel, com sua familia pois a marca do Senhor já esta dada para os Christãos que quizerem gozar de sua Santa Companhia”*¹⁰⁰.

96 CALASANS, José. *No Tempo de Antonio Conselheiro*. Salvador: Liv. Progresso Editora, s.d. p. 62.

97 DANTAS, Barreto. *Última Expedição a Canudos*. Porto Alegre: Francisco Irmão Ed., 1898. p. 16.

98 CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. Manuscrito guardado no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 023, lata 383.

99 NUNES, J. P. Favila. *Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Tip. Morais, 1898. v. I, fasc.3, p. 31.

100 Ibidem.

Muitos outros exemplos poderiam ser indicados. Os trechos referidos, porém, são suficientes para dar uma ideia dos chamamentos partidos do arraial “sagrado” do Belo Monte, onde os republicanos, os protestantes e os maçons eram renegados. Estes não podiam pisar o chão abençoado, porque Antonio Conselheiro não os queria. Daí, as advertências contidas em algumas cartas; *“Lá na Freguezia já tem muita gente com o carimbo do anticristo e o meu Compadre Conselheiro não quer que esta gente entri acu”*¹⁰¹. Ou então: *Não traga gente que Vma ver que é fora do gosto do Sr. Conselheiro*¹⁰².

A história do crescimento populacional de Canudos comporta algumas etapas, que julgamos hajam sido as seguintes:

1. os primitivos moradores do arraial;
2. os seguidores de Antonio Conselheiro com ele chegados;
3. as levas de sertanejos, procedentes de vários municípios, que se transportaram para o Belo Monte entre 1893 e 1896;
4. homens e mulheres que, iniciada a guerra, quiseram ir para o lado do Conselheiro no intuito de defendê-lo e com ele sofrer as terríveis agruras daqueles momentos difíceis.

A população autóctone seria pequena, como já constatamos noutra ponto desta comunicação. Às vésperas do início da campanha, o capitão Jesuíno Lima, negociante expulso do arraial pelos jagunços, falou numas “seis ou oito famílias” da terra, minoria inexpressiva.¹⁰³ Relacionando menores abrigados pelo Comitê Patriótico da Bahia, no fim da luta fratricida, o jornalista Lélis Piedade menciona

101 *Idem*, p. 34.

102 *Idem*, p. 31.

103 "Antonio Conselheiro" *Diário de Notícias*, Bahia. 16 set, 1896.

pouquíssimos nomes de crianças nascidas no povoado¹⁰⁴. A grande massa humana provinha de pontos próximos ou distanciados dos sertões nordestinos.

Em maio de 1893, pouco antes do combate de Masseté, no município baiano de Tucano, onde os conselheiristas enfrentaram e venceram uma tropa da polícia baiana, o Dr. Salomão de Souza Dantas, promotor público em Itapicuru, encontrou o Bom Jesus na fazenda Olhos d'Água. A propósito do inesperado encontro, disse o Dr. Salomão: “*O mulhero constituía, então, a parte mais numerosa do pessoal fanático, podendo ser calculado em dois terços do bando que acompanhava o Conselheiro. Em Olhos d'Água, este disporia, aproximadamente, de cem a duzentos homens de combate, com os quais fez a proeza de Masseté, ganhando, daí em diante, prestígio e poderio incalculáveis em todo o sertão da Bahia e Estados limítrofes*”¹⁰⁵.

O bom êxito das hostes de Antonio Vicente animou os partidários, que ocorreram de vários pontos, dispostos a todos os sacrifícios. Em pouco tempo, a imprensa noticiava que cerca de duas mil pessoas haviam tomado a direção de Canudos acompanhando o messias¹⁰⁶. Os seiscentos acompanhantes aumentaram para dois mil, dos quais somente quinhentos seriam válidos, adiantava, em setembro, o correspondente do **Diário de Notícias**, gazeta de Salvador, noticiando a presença do Conselheiro em Canudos, que ele determinara passasse a ser Belo Monte, como desde então os jagunços obedientemente o fizeram¹⁰⁷. Aboletados de qualquer forma, os recém-chegados trataram de construir suas palhoças, preparar suas plantações e roças, ficando o grupo da “Guarda católica” encarregado das medidas de defesa do arraial

104 PIEDADE, Lélis. *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia*. Bahia: Lito - Tip. e Enc. Reis & Cia., 1901. p. 182.

105 DANTAS, Salomão de Souza. *Aspectos e Contrastes: Ligeiro estudo sobre o Estado da Bahia*. Rio de Janeiro: Tip. Revista dos Tribunais, 1922. p. 146.

106 "Monte Santo". *Diário de Notícias*, Bahia, 1 jul. 1893. p. 1, c. 7.

107 BENÍCIO, Manuel. *Op. cit.*, p. 166.

ameaçado pela tropa de linha colocada à disposição do governador Rodrigues Lima, para vingar o malogro do riacho Masseté. A força federal que se deslocou até o município de Serrinha terminou sendo recolhida aos seus quartéis, em Salvador, sem que se soubesse exatamente a razão do recuo.

Afastado o perigo da intervenção armada, o Belo Monte começou a viver uma existência própria sem nenhuma obediência ao poder público estadual, unicamente mantendo suas relações com a Igreja através do vigário do Cumbe, que aparecia para celebrar missas, fazer batizados e casamentos, até que afinal entrou em divergência com a jagunçada que lhe não respeitava a autoridade espiritual.

A população de Canudos continuou aumentando com a chegada de homens e mulheres de várias procedências. Em 1895, quando lá esteve a missão dos capuchinhos da Piedade, frei João Evangelista calculou que mais de seis mil pessoas haviam assistido sua pregação, admitindo, porém, que "*a maior parte era gente de fora*"¹⁰⁸.

Talvez, na mesma época, tivesse Antonio Conselheiro feito o comentário recolhido por Honório Vilanova, que o transmitiu a Nertan Macedo: "*Quando Jesus Cristo andou pela terra foi acompanhado de cinco mil pessoas. No meio delas havia mais gente detestada do que boa. Ao lado do Bom Jesus já tem o mesmo número de pessoas*"¹⁰⁹.

A fase da guerra iniciada em novembro de 1896 deu um impulso novo ao movimento migratório. A notícia de que o Santo Conselheiro estava ameaçado mobilizou milhares de sertanejos. Os jornais falam seguidamente nos numerosos grupos encontrados nas estradas de Canudos, armados como

108 MARCIANO, João Evangelista do Monte. *Op. cit.*, p. 6.

109 MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1964. p. 70.

podiam, anunciando que iam “cortar soldados”, liquidar com a “fraqueza do governo”, como era chamada a força estadual. Tudo indica que, em poucos meses, os habitantes do Belo Monte tomaram-se muitos milhares. “Uma povoação de mais de vinte mil almas”, escreveu César Zama, terminado o conflito¹¹⁰. A estimativa do tenente Macedo Soares é mais elevada. Participante da derradeira expedição, observando a “Tróia de Taipa”, o jovem oficial de infantaria declarou: “seis mil e quinhentas habitações viam-se e trinta mil seres nelas se agitavam promiscuamente”¹¹¹.

Havia exagero no cálculo das casas, conseqüentemente no cômputo dos moradores. Ao final da refrega, as casas foram “cuidadosamente contadas” por comissão oficial nomeada para tal fim. Eram cinco mil e duzentas¹¹². Aceitando-se uma média de cinco pessoas por morada, o que julgamos razoável para famílias sertanejas, teríamos vinte e seis mil habitantes. Tal população, vale observar, era superior a qualquer outra do Estado, exceção da Cidade de Salvador. O cálculo é evidentemente irreal.

A segurança do povoado ficava entregue à “Guarda católica” também denominada “Santa Companhia”, “Companhia do Bom Jesus”, com a incumbência de defender o arraial e o líder dos sertões. Permanentemente, revezando-se de quatro em quatro horas, os homens da Companhia mantinham guarda ao “Santuário”, residência de Antonio Conselheiro, localizado ao lado de uma das igrejas. Os membros da organização eram mantidos pelo Bom Jesus e possuíam fardamento próprio. Frei João Evangelista nos legou uma informação interessante a respeito do grupo garantidor do Bom Jesus Conselheiro: “Os

110 WOLSEY. Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a Campanha de Canudos. Salvador: Tip. do Diário da Bahia, 1899. p. 29.

111 SOARES, Henrique Duque Estrada Macedo. *A Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Tip. Altina, 1902. p. 35.

112 BARRETO, Dantas. *Destruição de Canudos*. Pernambuco: Jornal do Recife Ed., 1912. p. 295.

homens então sempre armados dia e noite montam guarda a Antonio Conselheiro; parecem idolatrá-lo e cada vez que ele transpõe o limiar da casa em que mora é logo recebido com ruidosas aclamações e vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus e ao Divino Espírito Santo”¹¹³.

O “povo da Companhia”, no modo de dizer dos primitivos moradores do arraial, constituía uma espécie de elite da comunidade. Sustentada pelo Conselheiro, sempre pronta para entrar em ação, vestindo-se de modo característico, a gente da “Guarda católica” desfrutava de indiscutível prestígio. Havia, entre os seus integrantes, um pequeno grupo mais importante. Chamavam-no os “12 apóstolos”. O juiz preparador de Bom Conselho (Bahia), Pedro Batista do Espírito Santo, que descreveu a entrada solene do Conselheiro em sua cidade, fixou para a imprensa de Salvador os “12 apóstolos”: “ ... *densa nuvem de poeira, a primeira ala composta de 12 homens vestidos de camisola azul, no centro da qual destacava-se um vulto magro de cor macilenta, barba longa e grisalha, cabelos compridos e esparsos em desalinho pelos ombros, vestido de uma túnica branca e segurando um bastão, que lhe servia de arrimo aos vacilantes passos. Os 12 homens de camisola azul, atada à cinta por um grosso e comprido cordão arrematado por duas bolas, tendo sobre a cabeça um gorro da mesma cor, são os de sua maior confiança e por isto tem a denominação de Apóstolos e como tais são tidos e havidos*”¹¹⁴.

Macedo Soares fez um levantamento nominal de alguns membros da “Guarda católica”, que não nos parecem ser exatamente os tais “apóstolos”. João Abade, Pajeú, Joaquim Macambira são os nomes citados¹¹⁵. São também mencionados: Antonio Vilanova, Antonio Beatinho, Joaquim Macambira, José Félix, o Taramela. Não apuramos, realmente, quais teriam sido os “apóstolos”, nem também o

113 MARCIANO, João Evangelista do Monte. *Op. cit.*, p. 5.

114 ESPIRITO SANTO, Pedro Batista do. “A Vila do Bom Conselho assaltada por Antonio Conselheiro”. *Diário da Bahia*, Salvador, 12 dez, 1895. p. 2, c.5/6.

115 SOARES, Henrique Duque Estrada Macedo. *Op. cit.*, p. 38.

papel exato que desempenhavam no arraial missionário. Com segurança, sabemos apenas da posição de João Abade, o “comandante da rua”, o “chefe do povo”. Era o homem forte da comunidade, tendo somente de prestar obediência ao Santo Conselheiro. Cabia-lhe a chefia da “Guarda”, a direção da guerra. Organizava os piquetes, escolhendo jagunços de sua confiança para as incumbências de ordem militar, punia os criminosos aplicando-lhes “bolos” com palmatória, prendendo-os na “poeira”, como se denominava a cadeia local. Ao seu lado, contudo, havia outra figura importante, seu vizinho de casa, pelo que sabemos seu amigo pessoal. Era o cearense Antonio Vilanova, negociante de balcão, proprietário da loja mais acreditada de Canudos, onde trabalhava seu irmão Honório. Abade e Vilanova, em face de tudo quanto lemos e, sobretudo, ouvimos, formavam a dupla de poder decisório na sociedade do Belo Monte, sobretudo a partir do começo da guerra. O Conselheiro, porém, jamais abdicou do direito de dizer a palavra final.

Os outros “apóstolos” teriam influência menor. Talvez não passassem de fiéis cumpridores de ordens, de elementos encarregados de missões de pequena significação. O caso de Joaquim Macambira ilustra a nossa hipótese. Antigo morador do lugarejo, vivendo da vaqueirice e do comércio, Macambira, chefe de prole numerosa, mantinha contatos com proprietários e autoridades dos lugares próximos, entre os quais desfrutava de bom conceito.

A “Santa companhia”, pensa Maria Isaura Pereira de Queiroz, formada por homens e mulheres, seria antes uma confraria do que uma guarda¹¹⁶. A observação da socióloga paulista levou-nos a indagações entre sobreviventes do episódio Canudos. Embora não chegássemos à resposta conclusiva, estamos inclinados a acreditar que havia diferença entre a “Companhia do Bom Jesus” e a “Guarda católica”, podendo a primeira, bem mais ampla, congregando homens e mulheres, ser apontada como uma confraria, enquanto a

116 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Op. cit.*, p. 214.

segunda, constituída de representantes do sexo masculino, armados, prestando serviços específicos, pagos pelo Conselheiro, era uma guarda. Na “Companhia” estavam os beatos, na “Guarda”, os clavinoteiros, os jagunços propriamente ditos. José Beatinho, Antonio Beatinho, José Félix, o velhinho Paulo José da Rosa, primeiro beato a acompanhar Antonio Conselheiro, constituíam o grupo dos rezadores, cantores de ladainhas, “tiradores” de terço. Muitos tinham “coração mole” e não se envolviam nas refregas, trabalhando em íntima ligação com as beatas, que não eram poucas. Teriam vindo das sacristias das igrejas, enquanto os famanazes do clavinote haviam sido recrutados em setores bem diferentes. No cangaço desenfreado dos sertões, nos quartéis de policia, entre perseguidos, egressos das prisões, envolvidos nas malhas da justiça. A história de Canudos, Canaã dos sertões baianos, onde as terras dos barrancos se converteriam em cuscuz e as águas do Vaza-Barris em leite, reflete muito bem a presença e a ação dos seus beatos e clavinoteiros, em meio à massa enorme de sertanejos fanatizados, que ouviram os conselhos do peregrino cearense e o seguiam cegamente.

Os recursos do Conselheiro, empregados nas obras das igrejas, na manutenção da “Guarda”, na assistência aos doentes e necessitados, provinham das “doações” e das “esmolas”. Distingamos. As “doações” eram feitas por pessoas do lugarejo e das redondezas, muitas vezes ricas, que vinham espontaneamente trazer suas ajudas. As esmolas eram obtidas pelos beatos do Conselheiro que saíam, devidamente autorizados, para pedirem, levando, não raro, cartas neste sentido. Antonio Conselheiro era um missivista humilde, que escrevera muitas epístolas solicitando dinheiro, bois, coisas outras de que “tinha precisão”. Conhecemos algumas cartas suas e temos conhecimento da existência de outras. Pedrão contou-nos suas viagens para angariar recursos. Numa delas, naturalmente rendosa, o compadre Antonio Conselheiro deu-lhe 20\$000, importância de valor, numa época em que um “boiote” custava 40\$000. José Venâncio, ora referido como beato, ora como clavinoteiro, também andou

recolhendo dinheiro. Joaquim Macambira igualmente o fez, segundo colhemos na tradição oral, que aponta o vaqueiro como homem de posses e conceito.

Frei João Evangelista disse que os adeptos do Conselheiro deviam dispor dos seus bens, entregando o produto ao “Messias de Quixeramobim”, não reservando para si mais de um vintém em cada cem mil réis¹¹⁷. O informe carece de fundamento. Tal não sucedia, de forma alguma. Os moradores de Canudos conservavam seus bens, dando simplesmente aquilo que queriam ou podiam. Em verdade, ficavam pobres porque vendiam, por qualquer preço, o que lhes pertencia onde moravam e levavam o apurado para seus gastos pessoais no arraial do Vaza-Barris, onde dificilmente encontrariam como aplicar o dinheiro que possuíam. Muitos, aliás, homens remediados. Lélis Piedade observou, baseado em informações de oficiais, que a maioria dos papéis encontrados em Canudos eram escrituras de compra e venda de casa e terras, revelando a situação da economia de famílias jagunças¹¹⁸. Nos levantamentos a respeito dos menores encontrados após o conflito, há referências bem elucidativas da posição de negociantes e lavradores que haviam sido atraídos pela pregação messiânica. Em mais de uma oportunidade, lemos que os pais dos menores eram “abastados negociantes ou agricultores”. Enganam-se redondamente aqueles que afirmam ter ido para Canudos apenas a *ralé dos sertões*. Antonio Marciano dos Santos, apelidado Marciano de Sergipe, que combateu até os derradeiros instantes morrendo heroicamente, era parente do coronel Siqueira Menezes¹¹⁹. Perante o general Artur Oscar, Bernabé José de Carvalho, “um chefe de segunda linha”, declarou que “*não era um matuto largado. Era casado com uma sobrinha do capitão Pedro Celeste, do Bom Conselho ...*”¹²⁰.

117 MARCIANO, João Evangelista do Monte. *Op. cit.* p.5.

118 PIEDADE, Lélis. *Op. cit.*, p. XI.

119 *Ibidem*, p. XXV.

120 CUNHA, Euclides da . *Os Sertões* , p. 624, nota 6.

Outros exemplos poderiam ser invocados no sentido de demonstrar a participação de gente de recursos, de pessoas pertencentes a “famílias de bem” nos sertões nordestinos, entre o povo de Antonio Conselheiro.

Aos recém-chegados, facilitava-se o terreno para a construção dos seus casebres. O chão, pelo que apuramos, era dado de graça. Manuel Ciriaco asseverou-nos que as terras de Canudos, numa área de uma légua em quadra, pertenciam à capela de Santo Antonio desde tempos remotos. Não esclareceu, porém, a origem deste encapelado. Garantiu-nos, todavia, que o Conselheiro permitia aos novos habitantes a edificação de suas moradias, desde que não houvesse dúvidas quanto às suas convicções monarquistas e católicas. Não havia guarida para os “abomináveis” republicanos, maçons e protestantes, enxotados do arraial quando suspeitadas suas tendências. Tais constrangimentos sofriam, por igual, os viajantes que por ali passavam e eram pessoas ligadas à máquina político-administrativa do Estado. Bastava ser eleitor do governo, haver exercido um cargo qualquer, juiz de paz, delegado de polícia, membro de mesa eleitoral, para ser o cidadão imediatamente expulso do povoado e de seus arredores. A imprensa registrou muitos desses casos.

Como já dissemos, o direito de propriedade estava assegurado. Os donos das casas podiam vendê-las. Parece-nos mesmo que alguns as construíram para tal fim. O sargento Jacinto Ferreira da Silva mandou dizer a Rumão Suaris (sic) dos Santos: *“i venha para comprar as 3 casas minhas que estou a sua Espera para sermos vizinhos”*¹²¹.

Antes do Belo Monte, quando Antonio Conselheiro fez seu primeiro povoado, o de Bom Jesus, no município de Itapicuru, uma senhora da confiança do Santo, a velha Benta, edificou algumas casinhas, que foram negociadas na ocasião em

121 NUNES, J. P. Favila. *Op. cit.*, p. 34.

que o peregrino e seu séquito abandonaram a localidade, segundo informações do ancião Marcos Dantas de Menezes, residente na cidade de Crisópolis.

Pelo que averiguamos, o Conselheiro construiu em Canudos duas igrejas e um cemitério. Seriam estes os traços de sua ação construtiva. A primeira igreja, sob a invocação de Santo Antonio, teria sido concluída em 1893, com muita solenidade. Presença do padre Sabino, vigário do Cumbe, grande número de batizados e casamentos, música e foguetório. Às festas do Conselheiro, conforme nos relatou Marcos Dantas de Menezes, que o conheceu no arraial do Bom Jesus, hoje cidade de Crisópolis, não faltavam música e foguete. No período de Crisópolis, contratava-se filarmônica em Sergipe, para abrilhantar as festividades. O foguetório era frequente nas manifestações da gente do Belo Monte, mencionando as crônicas da época um certo Antonio Fogueteiro, que morava à margem direita do Vaza-Barris. Por ocasião da entrega da chave da igreja de Santo Antonio, peça guardada no museu do Instituto Geográfico Histórico da Bahia, o Conselheiro deitou pregação, tendo chegado até nós o texto do discurso, incluído no livro manuscrito do famoso chefe carismático, publicado pelo professor Ataliba Nogueira. Um segundo templo, de maiores proporções do que o primeiro, erguido na mesma praça das Igrejas, ainda não estava terminado quando do início da guerra.

Experimentado construtor e restaurador de capelas e muros de cemitérios, que espalhou pelos sertões de Sergipe e da Bahia, Antonio Vicente Mendes Maciel dirigia pessoalmente as obras em Canudos. Madrugador contumaz, logo cedo deixava o “santuário” onde vivia, para ver, fiscalizar e orientar os trabalhos de construção. Dando o bom exemplo de madrugar na tarefa edificadora, o Conselheiro como que obrigava os de sua grei ao mesmo comportamento. Os operários entravam em ação às primeiras horas do dia. Mestre de obras e entalhador de altares, Manuel Faustino, que acompanhava o Conselheiro desde

o arraial de Bom Jesus, era seu principal auxiliar. O povo admirava as rosas douradas por ele esculpidas no altar da igreja, recordou Honório Vilanova¹²².

Além das obras das igrejas, o Conselheiro pregava aos seus fiéis, o que fazia com freqüência. Eram os “dias de conselho”. Conhecedor da **Bíblia**, leitor da **Missão Abreviada**, livro de larga divulgação no interior do Brasil, o Conselheiro falava sobre os mandamentos, condenava os pecados, aconselhava para o bem, citando, não raro, frases latinas. Depois da proclamação da República, porém, as questões políticas foram entrando no desenvolvimento de suas falações. Em Canudos, como já tivemos ensejo de dizer, Antonio Vicente estava inteiramente voltado para o combate ao regime implantado a 15 de novembro de 1889, numa hostilidade franca e decidida ao governo constituído. As declarações neste sentido são sobejamente conhecidas. O Barão de Jeremoabo¹²³ e frei João Evangelista¹²⁴ dele ouviram afirmações contundentes a respeito da República. Os escritos do Santo não deixavam a mais leve sombra de dúvida quanto à sua orientação e aos rumos que traçava para seus fanatizados acompanhantes. O próprio nome da forma de governo era significativo: *re-pública*, dizia ele, separando as sílabas. Não reconhecia o governo, impedia o pagamento dos impostos. Verberava contra o casamento civil, a separação da Igreja do Estado, a secularização dos cemitérios. Dificultava, senão mesmo proibia, que o dinheiro emitido depois de 1889 tivesse curso entre os jagunços. Nem o fisco nem a polícia podiam chegar ao Belo Monte. A ausência dos representantes do erário estadual era bem aceita pelos negociantes do povoado, enquanto seus colegas das vizinhanças viam no fato um grave prejuízo aos seus próprios interesses, protestando contra a concorrência dos comerciantes estabelecidos no centro messiânico do Belo Monte, onde a volta de dom

122 MACEDO, Nertan. *Op. cit.*, 69.

123 JEREMOABO, Barão de, “Antonio Conselheiro”. *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 abr, 1897. p. 2, c. 6.

124 MARCIANO, João Evangelista do Monte. *Op. cit.*, p. 4.

Sebastião era confusamente anunciada, sem que possamos afirmar o envolvimento pessoal do Bom Jesus na difusão de tal crença.

Canudos ou Belo Monte teria sido, em curto prazo, o maior movimento messiânico da História do Brasil. O fenômeno padre Cícero, reunindo uma grande população em Juazeiro, criando na alma do povo maiores raízes, desenvolveu-se durante mais dilatado espaço de tempo. No arraial do Vaza-Barris, porém, os fatos se sucederam apressadamente e a migração de caráter messiânico para ali encaminhada criou problemas muito sérios de segurança, de higiene, de nucleamento humano, de abastecimento. Acreditando nos milagres do Bom Jesus, mais anunciados pelos seus partidários do que por ele próprio, muito preocupado em assegurar que não era Deus, mas sim um peregrino, um miserável pecador, milhares de brasileiros, pobres e remediados, homens e mulheres, velhos e meninos, brancos, índios, negros, mestiços deixaram suas terras, abandonaram seus bens, afastaram-se dos seus parentes, dos seus compadres e afilhados e foram viver, matar e morrer num longínquo chão sertanejo, numa fazenda de criar em decadência, rapidamente transformada num verdadeiro centro humano, num autêntico formigueiro de gente. Os casebres desalinhados, surgidos da noite para o dia, diariamente numa média de doze, em certa fase, formavam um intrincado de ruelas, uma mistura de quintais e portas de frente, onde se foram localizar milhares de seres humanos na esperança de melhores dias, que chegariam, certamente, com a volta do *Príncipe*, anunciada nas profecias de frei Vital, confirmada pela palavra oracular do Conselheiro.

ANTONIO CONSELHEIRO, CONSTRUTOR DE IGREJAS E CEMITÉRIOS^(*)

Honório Vilanova, uma das figuras de Canudos, revelou a Nertan Macedo que ouvira, por volta de 1873, no lugar denominado Urucu, Ceará, Antonio Conselheiro dizer que “tinha uma promessa a cumprir: erguer vinte e cinco igrejas. Que não as construiria, contudo, em terras do Ceará”¹²⁵.

Três anos depois, quando começava a dar cumprimento à promessa, disse, em Salvador, respondendo laconicamente a um interrogatório policial: “apenas se ocupava em apanhar pedras pelas estradas para edificar igrejas”¹²⁶. Em seguida, ainda preso, depôs em Fortaleza, perante autoridade da polícia cearense, explicando o que fazia nos sertões: “Disse, que sendo casado e não podendo viver em harmonia com a mulher, resolvera seguir uma vida de martírio e o seu único fim era aconselhar o povo, tendo já erguido algumas igrejas e construído alguns cemitérios”¹²⁷.

Muito tempo decorrido, quando se tornara conhecido pela sua incessante atividade de edificador de capelas, o Bom Jesus Conselheiro, falando aos seus milhares seguidores em Canudos (Belo Monte), no ato do recebimento da chave da igreja de Santo Antonio, por ele construída, proclamou a utilidade da edificação dos templos; “Vejam fiéis se não é de grande utilidade e agradável aos divinos olhos do nosso Bom Deus a construção dos Templos: À vista destas verdades quem deixará de concorrer para a construção dos Templos? Quem ainda se nutrirá da tibieza e indiferentismo para um fim tão útil e importante que se bem considerasse a criatura os merecimentos que em vida mesmo alcança

(*) Publicado na *Revista Brasileira de Cultura*, Brasília, n. 16, abr./jun., 1973.

125 MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964. p. 38.

126 RODRIGUES, Nina. *As Coletividades Anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. p. 57.

127 *Jornal de Notícias*, Salvador, 30 ago. 1897. Transcrito de *O Cearense*, Fortaleza, 23 ju1. 1876.

de Deus, certamente não deixaria de concorrer com suas esmolas e com seus braços para a construção de tão belas obras”¹²⁸.

Tendo feito, no início da sua vida de peregrino, uma promessa de levantar igrejas nos sertões nordestinos, plenamente convencido de que a tarefa era útil e agradável aos divinos olhos do Bom Deus, Antonio Vicente Mendes Maciel procurou realizar uma das finalidades de sua existência. Não se limitou, como declarara biblicamente, a “apanhar pedras pelas estradas”. Empregou todos os meios ao seu alcance, a fim de atingir ao objetivo colimado, influenciando pessoas para obter os recursos materiais, movimentando gente para os trabalhos das construções. Fez-se, assim, inquestionavelmente, o maior edificador de igrejas dos sertões da Bahia, naquela zona compreendida entre os rios São Francisco, Vaza-Barris e Itapicuru, por onde peregrinou durante quase um quartel de século, de 1874 a 1897. Euclides da Cunha anotou, com propriedade: “Em toda esta área não há, talvez, uma cidade ou povoado onde não tenha aparecido. Alagoinhas, Inhambupe, Bom Conselho, Jeremoabo, Cumbe, Mucambo, Massacará, Pombal, Monte Santo, Tucano e outros viram-no chegar acompanhado da farândula de fiéis. Em quase todas deixava um traço da sua passagem: aqui, um cemitério arruinado de muros reconstituídos; além, uma igreja renovada; adiante, uma capela que se erguia, elegante sempre”¹²⁹.

Teria Antonio Conselheiro atingido o número de igrejas que pretendia construir? Pelas pesquisas por nós realizadas, a resposta seria negativa se nos apegássemos apenas às igrejas. Consideremos, porém, que o Bom Jesus

128 MACIEL, Antonio Vicente Mendes. *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do Mistério da Anunciação*. Manuscrito encontrado no Santuário, Canudos, após a queda do Arraial, pelo acadêmico de medicina João de Souza Pondé e pelo mesmo oferecido a Afrânio Peixoto, que o transferiu a Euclides da Cunha, após a publicação de *Os Sertões*. Com a morte de Euclides, terminou sendo levado para a Livraria São José, Rio de Janeiro, aí adquirido pelo poeta Aristeu Seixas, da Academia Paulista de Letras. Pertence, hoje, aos herdeiros de Aristeu Seixas.

129 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 14ª ed. corrigida. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 19-38. p. 168.

Conselheiro, no depoimento de Fortaleza, mencionou igrejas e cemitérios, mui justamente englobados numa relação de obras. Assim sendo, reunindo capelas construídas ou restauradas, cemitérios levantados ou reparados, em Sergipe e principalmente na Bahia, Antonio Vicente Mendes Maciel esteve próximo da meta colimada, descontadas umas poucas realizações que a memória dos homens houvesse esquecido.

Pela primeira vez, ao que supomos, vão ser devidamente relacionadas as obras que Antonio Conselheiro levou a efeito, nos sertões nordestinos. Se considerarmos a época das suas realizações, as dificuldades sem conta para as tarefas empreendidas, justo é consignar os méritos de sua ação obreira, sem competidor na segunda metade do século XIX, senão mesmo em todo o envolver da zona em apreço. Nenhuma outra pessoa, tendo em vista os problemas da fase estudada, prestou maiores serviços aos sertanejos. O malogro da sua obra com a tragédia em que o sertão se viu envolvido nos anos de 1896 a 1897, no maior drama de incompreensão da história brasileira, com erros acumulados de todas as partes e origens, não pôde, de forma alguma, obscurecer a atividade do Bom Jesus, que pregava para o bem, ajudava os desafortunados, abria tanques para recolher água nas terras das secas, erguia capelas, levantava cemitérios, realizando uma missão que o poder público e a autoridade eclesiástica não tinham, muitas vezes, condições ou vontade de empreender.

5. IGREJA DA RAINHA DOS ANJOS

Pertencia à freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima e parece haver sido a primeira obra do Conselheiro, realizada em 1874 e 1876. A capela era antiga e foi então restaurada. Em sua edição de 27 de junho de 1876, noticiando a prisão de Antonio Vicente, escreve o ***Diário da Bahia***: “Também há reedificado templos como aconteceu com a capela da Rainha dos Anjos no

Itapicuru e construção de cemitérios”¹³⁰. Sílvio Romero, nos seus *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*, aparecidos na *Revista Brasileira*, em 1879, possivelmente baseado em informações colhidas em Sergipe, refere-se à igreja que julgava fundada pelo místico de Quixeramobim: “Um indivíduo criminoso do Ceará, saiu a fazer penitência a seu modo e inaugurou prédicas públicas... No seu percurso, veio ter aos sertões da Bahia e fundou uma igreja em Rainha dos Anjos. Chamavase Antonio e o povo o denominava - o Conselheiro. Passou por Sergipe, onde fez adeptos”¹³¹.

Situada em posição aprazível a pequena localidade continua no município de Itapicuru. A capela foi inteiramente reformada.

6. CEMITÉRIO DO APORÁ

Em 1875, Antonio Conselheiro procurou o vigário da freguesia de Aporá, padre João José Barbosa, oferecendo-se para concluir o cemitério local, iniciado pelos padres lazaristas. Queria, porém, autorização eclesiástica para rezar o terço e pregar aos fiéis. Consultado o vigário capitular, o pedido foi recusado. O peregrino poderia, apenas, rezar o terço, nunca fazer pregação, que era atribuição do sacerdote. Inconformado com a decisão, Antonio Vicente não continuou os trabalhos por ele começados¹³².

Os dois serviços acima referidos, a reedificação da capela da Rainha dos Anjos e a inacabada tarefa do cemitério de Aporá, são os únicos de que obtivemos notícias como efetuados antes da prisão do beato, ocorrida em 1876. Preso e enviado para Quixeramobim, sua vila natal, onde foi posto em liberdade no

130 "Antonio Conselheiro". *Diário da Bahia*, Salvador, 27 de junho, 1876.

131 ROMERO, Sílvio. *Contos populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Liv. Clássica de Alves & Cia., 1879. p. VI.

132 CALASANS, José. *Notícias de Antonio Conselheiro*. Salvador: Centro de Estudos Bahianos, 1969. p. 9 (Publ. nº 56).

mesmo ano, porque nenhum crime cometera, Antonio Vicente teria retomado ao nordeste baiano logo e logo, havendo informação, embora vaga, do seu reaparecimento no terrível 1877, quando a seca assolava as terras sertanejas. A partir de 1877, aumentou extraordinariamente a popularidade do Santo Conselheiro, cuja palavra era ouvida com o maior respeito e as determinações rigorosamente observadas. Fazer igrejas e cemitérios era a ordem do chefe messiânico. Informados da ação construtiva do Conselheiro, choviam os pedidos dos pontos mais distanciados, não sendo alheios aos mesmos os próprios vigários das freguesias, que faziam concessões ao Bom Jesus Conselheiro, permitindo mesmo suas pregações. Um dos padres que mais se aproximaram do peregrino foi o vigário de Itapicuru, Antonio Agripino da Silva Borges.

7. CEMITÉRIO DO ITAPICURU

Segundo a tradição, de retomo à Bahia, Antonio Conselheiro ajudou o vigário Agripino Borges na construção do muro do cemitério de Itapicuru. Membro ativo do Partido Liberal, o pároco combatia os conservadores, chefiados pelo Dr. Cícero Dantas Martins, depois Barão de Jeremoabo, de grande influência política local. Jeremoabo, segundo declaração própria, não via simpaticamente o Conselheiro, enquanto seu adversário político tudo fazia para manter as boas relações com o construtor de igrejas, de quem se tomou amigo.

8. IGREJA DE MOCAMBO

De acordo com as informações de Antonio Marques da Silva¹³³, terminada a obra do cemitério de Itapicuru, rumou Antonio Vicente para a fazenda Mocambo, de propriedade do médico Dr. Pedro Ribeiro, onde construiu uma capela sob a invocação de São João Batista, terminada em 1882. Um contemporâneo do Conselheiro, Durval Vieira de Aguiar, coronel da Polícia Baiana, em duas

133 Informação prestada ao autor pelo Sr. Antonio Marques da Silva, agente estatístico do município de Itapicuru, em correspondência datada de 19 de março de 1965.

oportunidades fez referências à Igreja de Mocambo, citando-a como construção de Antonio Conselheiro. Na primeira, recordando sua passagem pela povoação do Cumbe, escreveu: “Nesta ocasião, havia o Conselheiro concluído a edificação de uma elegante igreja no Mocambo e estava construindo uma excelente igreja no Cumbe, onde a par do movimento do povo, mantinha ele admirável paz”¹³⁴. Anos passados, em carta endereçada ao **Jornal de Notícias**, repetiu: “Em 1882 o vi concluir a edificação de uma capela no Mocambo e começar outra no Cumbe”¹³⁵.

A igreja do Mocambo, localidade posteriormente denominada de Nova Olinda e, no presente, chamada Olindina, foi demolida em 1961, devido à sua localização e para atender ao novo traçado urbanístico, permanecendo porém, o cruzeiro erguido por ocasião da construção do templo primitivo¹³⁶.

9. IGREJA DO CUMBE

O antigo Cumbe tem hoje a denominação de Euclides da Cunha, cidade e município do Nordeste baiano. Como vimos, nas duas declarações de Durval Vieira de Aguiar, ele vira o Conselheiro começar a igreja do Cumbe. Entretanto um velho sobrevivente de Canudos, Manoel Ciriaco, afirmou-nos que a capela fora erguida por um outro Conselheiro, de nome Francisco, homem muito alegre e folgazão. José Aras, autor de um folheto a respeito do município, também indica o Conselheiro Francisco como o construtor da capela e do cemitério de Cumbe, quando assegura: “Nessa época (1880), andava por ali um penitente, o ‘Conselheiro Francisco’ que se ocupou da construção do cemitério e da capela,

134 AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. Salvador: Tip. do Diário da Bahia, 1888. p. 76.

135 *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 de junho de 1893.

136 Informações de Antonio Marques da Silva.

não faltando quem transportasse pedras dos morros vizinhos e ‘linhas’ de troncosas aroeiras, encontradas no Pedregulho e no Saco do Zumbi”¹³⁷.

10. IGREJA DO CHORROCHÓ

Na década de 1880, quando foi levantada a igreja em estudo, Chorrochó era uma localidade de poucas centenas de habitantes, encravada no município de Capim Grosso, na região do São Francisco. Para Euclides da Cunha, o Conselheiro andava nos sertões de Curaçá, desde 1877, portanto, logo após seu retorno do Ceará. É o que consta em **Os Sertões**: “Vagueia, então, durante algum tempo, pelos sertões de Curaçá, estacionando (1877) de preferência em Chorrochó, lugarejo de poucas centenas de habitantes, cuja feira movimentada congrega a maioria dos povoadores daquele trecho do São Francisco. Uma capela elegante indica-lhe, ainda hoje a estadia”¹³⁸. A informação a respeito da data não coincide com o texto da **Enciclopédia dos Municípios**, volume XX, no verbete correspondente a Chorrochó: “Em 1884 ali chegou o fanático Antonio Vicente Mendes Maciel, que iniciou a construção de uma igreja, contando com o auxílio material de grande número de seus seguidores. Essa igreja recebeu, mais tarde, a invocação do Senhor do Bonfim”¹³⁹. A conclusão da obra teria sido em 1885, conforme dizem na atual cidade de Chorrochó, pelo que se depreende de uma reportagem publicada na imprensa baiana, que assim reza: “Num dia do ano de 1885, o peregrino, como era conhecido, entregava à população cabocla daquele distrito, remanescente dos Cariris, a Igreja que se tomaria a quinta que levantou no coração agreste da região”¹⁴⁰. É possível que, no ano evocado, tenha sido dada por terminada a edificação da igreja, mas sabemos que, em fins

137 ARAS, José. *História de Euclides da Cunha*. Feira de Santana: Tip. Folha de Norte, 1960. p. 15.

138 CUNHA, Euclides da. *Op. cit.*, p. 168.

139 *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958, v. XX., p. 159.

140 “A igreja secular é marco do Conselheiro em Chorrochó”. In *Diário de Notícias*, Salvador, 5 de janeiro, 1968.

de 1886, ainda arrecadava o Conselheiro recursos para o templo de Chorrochó, porque pelo menos assim o julgava Luís Gonzaga de Melo, delegado de Itapicuru, em ofício enviado ao Dr. Domingos Rodrigues Guimarães, denunciando as atividades de Antonio Conselheiro no arraial do Bom Jesus, onde os crentes arranjavam, de qualquer modo, dinheiro para a edificação da capela do lugar e para a de Chorrochó. Comunicava Luís Gonzaga de Melo: “Na construção dessa capela, cuja féria semanal é de quase cem mil réis, décuplo de que devia ser pago, estão empregados cearenses, aos quais Antonio Conselheiro presta a mais cega proteção, tolerando e dissimulando os atentados que cometem, e esse dinheiro sai dos crédulo e ignorantes, que, além de não trabalharem, vendem o pouco que possuem e até furtam para não haver a menor falta, sem falar nas quantias arrecadadas que tem sido remetidas para outras obras no Chorrochó, termo de Capim Grosso”¹⁴¹.

A Igreja de Chorrochó, a mais imponente das capelas até então levantadas, recorda, ainda nos dias correntes, a passagem do Conselheiro na região sanfranciscana. Bem defronte ao templo, na praça principal, alça-se um cruzeiro, sob base de cal e pedra, cercado de madeira, constituindo uma espécie de coreto, onde o Conselheiro fazia suas prédicas, conforme declaram habitantes da cidade¹⁴².

11. IGREJA DO BOM JESUS

Trinta quilômetros distantes da sede da Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, num agradável tabuleiro, ficava a fazenda Dendê de Cima, onde possuíam terras em 1857, Dionísia Florinda de Santana e Bernardina Francisca da Conceição. Mais além, perto do riacho Pecuária, no lugar denominado Dendê de Baixo, eram proprietários José de Souza Barbosa e

141 MILTON, Aristides A. “A Campanha de Canudos”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: v. 63, n. 2, p. 112-116, 1901.

142 *Diário de Notícias*, Salvador, 5 de janeiro, 1968.

Maria Ferreira de Souza, conforme consta do competente livro de registro de terras do município de Itapicuru, destinado à observância da lei geral de 1854. A zona recebera a denominação de Dendê, em virtude da grande quantidade da planta (*Elaeis guineensis* Jacq.) do mesmo nome ali existente, explicam os velhos do local. Na fazenda de Dionísia Florinda de Santana, uma santa cruz fora fincada em memória de um crime ali praticado. Uma mulher mandara matar o marido, reza a tradição.

Perto da santa cruz, em ano desconhecido, Antonio Conselheiro deliberou estabelecer sua moradia, mandando que seus seguidores derrubassem a mata e levantassem casas. Numa delas, recolheu-se o próprio peregrino. “Uma casa imunda sem um móvel ao menos onde me pudesse sentar”, escreveu ao **Jornal de Notícias** um viajante que por lá andou, Maximiano José Ribeiro¹⁴³. “Construiu também, na praça extensa, um barracão para abrigar romeiros e cavou um tanque onde os habitantes iam buscar água. Batizou o arraial com o nome de Bom Jesus e tratou de edificar a capela sob sua invocação, defronte da qual ergueu um imponente cruzeiro. A capela, com ligeiras modificações, e o santo cruzeiro ainda permanecem como nos primeiros tempos, com grande respeito dos moradores da cidade, hoje chamada Crisópolis, depois de haver sido arraial do Bom Jesus e Vila Rica. Quando um pároco inovador quis transformar o templo, não contou com o apoio dos seus paroquianos e desistiu da ideia”.

Trata-se de uma das igrejas mais conhecidas do Conselheiro, “lindo e elegante templo do Bom Jesus”, que a imaginação sertaneja considera a mais bela dos sertões da Bahia, com o interior revestido de lâminas de ouro, ornamentada à semelhança da igreja de São Francisco na Bahia¹⁴⁴, o que não é exato.

143 “Antonio Conselheiro”. *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 de junho de 1893.

144 “O que resta de Canudos arrasada”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro, 1966. p. 15.

No frontal do templo, figura a data de 1892, possivelmente o ano em que o vigário de Itapicuru, padre Agripino Borges, benzeu a igreja, com grandes festas, música e foguetório, conforme declara um antigo morador do local, Marcos Dantas de Menezes, nascido por volta de 1880.

Em 1886, já o Conselheiro estava trabalhando nas obras da capela, gastando cerca de 100\$000 por semana, denunciou o delegado de Itapicuru, considerando ser a importância o décuplo do que devia ser pago.

12. IGREJA DE BERITINGA

Não encontramos quaisquer documentos referentes à participação do Conselheiro na construção da Igreja de Beritinga, antigamente Manga. Sabemos, todavia, por informação do professor Júlio Santana Braga, da Universidade Federal da Bahia, ser voz corrente, na referida cidade, haver Antonio Vicente levantado a igreja que ali se encontra. Cipriano José de Sousa, em Itapicuru, enumerando templos erguidos pelo Irmão Antonio, incluiu o de Beritinga, município baiano da região do Nordeste, desmembrado de Serrinha.

13. CEMITÉRIO DE ENTRE RIOS

O ilustre advogado baiano, Dr. Ulbaldino Gonzaga, natural de Entre Rios, viu e recorda a chegada, em 1887 ou 1888, de Antonio Conselheiro em sua cidade natal, com grande número de acompanhantes conduzindo pedras para o muro do cemitério local. Arribou no mesmo dia, acrescenta o distinto informante, ainda lúcido, apesar da idade provectora.

A construção datava da época do vigário Luís da Costa Batista que contara com a ajuda do povo, segundo documenta correspondência arquivada no Arcebispado da Bahia¹⁴⁵.

14. CAMINHO DA SANTA CRUZ

Jota Sara, pseudônimo de José Ares, morador em Bendengó e conhecedor das histórias e estórias sertanejas atinentes à vida e às obras do Bom Jesus Conselheiro, reconstruiu, num folheto rimado, muitos episódios do tempo de Canudos. Tratando do “caminho da Santa Cruz” e estrada pontilhada de capelinhas que frei Apolonio de Todí fez surgir em Monte Santo, versejou, falando ao Bom Jesus:

*Construiu em Monte Santo
O Caminho da Santa Cruz
O povo dizia na reza;
Do céu baixou uma luz
Quem não fizer o bem
Dom Sebastião já vem
Mandado do Bom Jesus¹⁴⁶.*

A tradição recolhida por Jota Sara pode ser comprovada através da notícia enviada, em 1893, pelo correspondente do ***Diário de Notícias*** em Monte Santo, a propósito de Antonio Conselheiro: “Fui testemunha ocular, de que, quando aqui estive o ano passado, envidou meios de fazer-se alguns reparos nas capelas e na estrada do Monte, daqui, a fim de não continuar a decadência em que se

145 *Correspondência do Arcebispo Dom Jerônimo Tomé*, 1894, v. I, Arquivo da Arquidiocese de São Salvador, Bahia.

146 SARA, Jota. *História da Guerra de Canudos*. 4ª edição. Euclides da Cunha, 1963. p. 7.

achava a instituição da irmandade dos Santos Passos do Senhor do Calvário, pedindo e aplicando o resultado das esmolas que recebia para este fim”¹⁴⁷.

História e tradição juntas atestam a valiosa ação de Antonio Vicente na reconstrução dos “passos” de Monte Santo.

11. CEMITÉRIO DA RIBEIRA DO PAU GRANDE

Maximiano José Ribeiro, já citado nesta comunicação, empregado da firma Barbosa & Eduardo, de Salvador, andava pelo interior do Estado da Bahia, conhecendo, portanto, os trabalhos efetuados pelo Conselheiro, de quem fazia lisonjeiro conceito. Visitou-o, certa feita, no arraial do Bom Jesus, tendo sido recebido afetosamente. Em 1893, dirigiu-se ao *Jornal de Notícias*, relacionando obras de Antonio Vicente Mendes Maciel: “Em sua peregrinação, só tem feito benefícios, levantando templos e cemitérios, dos quais conheço um lindo e elegante templo no Bom Jesus, outro no Mocambo, outro na Rainha dos Anjos e o cemitério da vila da Ribeira do Pau Grande”¹⁴⁸. A antiga vila é, na atualidade, a cidade de Ribeira do Amparo.

12. CEMITÉRIO DE TIMBÓ

É tido como absolutamente certo, entre as pessoas do local e das vizinhanças, haver sido levantado, pelo Santo Conselheiro, o cemitério de Timbó, no município de Esplanada. O octogenário Marcos Dantas de Menezes, algumas vezes invocado em nosso trabalho, disse-nos em duas oportunidades: “o Conselheiro fez o cemitério de Timbó”.

13. IGREJA DO SOBRADO EM APORÁ

147 *Diário de Notícias*, Salvador, 7 de junho, 1893.

148 "Antonio Conselheiro". *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 de junho, 1893.

Deparamos no livrinho de Jota Sara, obra de autor anteriormente comentado:

*Fez a igreja do Sobrado
Na vila de Aporá
Fez em Timbó e Esplanada
E reconstruiu outras lá*¹⁴⁹.

O repórter Luís Paraguasu ouviu do aedo sertanejo acima referido: Aceitaram-no os padres (a Antonio Conselheiro) e o convidaram para construir a igreja de Aporá, com dois andares. Viveu ele 31 anos no interior da Bahia, construindo 30 igrejas, algumas reconstruídas¹⁵⁰.

Não foram, evidentemente, 31 anos, pois remonta a 1874 a chegada do Conselheiro aos sertões baianos, onde veio a morrer em 1897. Não teriam sido também 30 as suas igrejas. Pelo menos as que conseguimos apurar.

14. IGREJA DE ESPLANADA

Uma mera referência na poética de Jota Sara, no item anterior. Nada mais sabemos a tal respeito. Lembramos, contudo, que Antonio Conselheiro conquistou muitos adeptos em Esplanada, onde apareceu com frequência. Talvez houvesse feito reparos em alguma ermida da Freguesia.

15. CEMITÉRIO DE VILA CRISTINA (SERGIPE)

Vila Cristina, Cristinápolis nos dias presentes, integrou, durante muito tempo, a freguesia de Itabaiana, onde Jota Sara localiza uma igreja do Conselheiro:

149 SARA, Jota. *Op. cit.*, p. 5.

150 O *Globo*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro, 1966.

Fez Igreja em Sergipe
Campos e Itabaianinha¹⁵¹.

Em Cristinópolis, apresentamos nosso testemunho pessoal, disseram-nos alguns moradores, que o Conselheiro fizera obras no cemitério. A **Folha de Sergipe**, Aracaju, edição de 2 de abril de 1897, registra a construção do cemitério pelo Conselheiro.

16. IGREJA DE CAMPOS

Quando, ainda na década de 50, iniciamos nossas pesquisas sobre Canudos e Antonio Conselheiro, conversamos longamente com Antonio Alves de Oliveira, apelidado Cafubeira pelos seus companheiros de repartição. Era funcionário dos Correios e Telégrafos e nascera em Campos, atual Tobias Barreto, em Sergipe. Conheceu em sua cidade um senhor de nome Sô Bem, que tinha alguns filhos doentes mentais e era amigo e compadre do Conselheiro, a quem hospedava em suas passagens por ali. Recordava o nosso informante que o Santo viajava num carro puxado pelos seus adeptos. Assegurou-nos que o futuro chefe de Canudos executara alguns reparos na Igreja de Campos. O verso de Sara confere com a indicação que nos foi dada por pessoa digna de crédito.

17. IGREJA DE NATUBA

O caso de Natuba, depois Soure, presentemente Nova Soure, é singular. O povoado, antiga missão jesuítica, possuía sua igreja, a merecer consertos. Certa feita, na ausência do vigário, com quem não vivia em harmonia, o Conselheiro apareceu e mandou carregar pedras para fazer os necessários reparos. Com a chegada do padre, modificou-se a situação. O sacerdote entregou aos

151 SARA, Jota. *Op. cit.*, p. 7.

proprietários as pedras acumuladas, que, assim, calçaram os passeios de suas casas. Irritou-se o velho construtor de igrejas e partiu amaldiçoando a cidade ingrata. Euclides da Cunha, a quem devemos o conhecimento do fato, prosseguiu:

"Tempos depois, a pedido do mesmo vigário, certa influência local o chamou. O templo desabava, em ruínas: o mato invadira todo o cemitério e a freguesia era pobre. Só podia renová-la quem tão bem dispunha de matutos crédulos. O apóstolo deferiu ao convite. Mas fê-lo através de imposições discricionárias, lembrando, com altanaria destoante da pacatez antiga, a afronta recebida"¹⁵².

Em Simão Dias, Sergipe, o ancião José Marçal, que se lembrava do Conselheiro chegando à vila, contou a Joaquim Góes, que por sua vez repetiu a Nertan Macedo: "O Peregrino continuou viagem para Itapicuruzinho, daí para a vila de Natuba, onde construiu (ou teria apenas ajudado a construir) o cemitério e a primeira Igreja daquela terra"¹⁵³.

Evidentemente, tendo em vista a origem remota da localidade no século XIX, Antonio Conselheiro apenas poderia colaborar na restauração de uma antiga Casa de Deus.

18. IGREJA DE SANTO ANTONIO (CANUDOS)

A história desta igreja é assaz conhecida. Numa das suas peregrinações, passando pelo arraial de Canudos, Antonio Conselheiro prometeu ao negociante de couro Antonio da Mata, de quem foi hóspede, que voltaria para levantar uma capela, de vez que a existente era muito pequena. Cumpriu a promessa, levantando a Igreja de Santo Antonio, já estava quase pronta, quando ele veio a se fixar à margem do Vaza-Barris, em 1893. A benção do templo, que admitimos

152 CUNHA, Euclides da. *Op. cit.*, p. 179.

153 MACEDO, Nertan. *Antonio Conselheiro*. Rio de Janeiro: Record, 1969. p.157.

tenha sido dada pelo vigário do Cumbe, padre Vicente Sabino dos Santos, foi um grande acontecimento, com muitos batizados e casamentos, que Pedrão e Manuel Ciriaco, contemporâneos dos fatos, rememoraram em nossa presença. Antonio Conselheiro pronunciou um discurso escrito por ocasião do recebimento da chave da Igreja de Santo Antonio, dando graças a Deus, enfatizando a necessidade das construções de igrejas, atacando os judeus, os protestantes e os maçons. A chave da Igreja está hoje guardada no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, trazida do Belo Monte, após sua destruição, pelo acadêmico de medicina Alvim Martins Horcades. Como de praxe, defronte da Igreja, o cruzeiro. Contém a inscrição: “Edificada em 1893. A.M.M.C.”. No final da lápide, as iniciais: M.M.G. As primeiras letras significavam Antonio Mendes Maciel Conselheiro. As outras, anotou Pedro Calmon: Mestre Manuel Gonçalo, fundidor¹⁵⁴.

Como o buriti de Afonso Arinos, o velho cruzeiro, “testemunha sobrevivente do drama”, não foi destruído. Ficou no arraial. Agora, quando as águas do açude de Cocorobó inundaram o Belo Monte, foi transferido para a nova Cidade de Canudos.

19. IGREJA DO BOM JESUS

O arraial cresceu e cresceu muito, desde a chegada do Santo Conselheiro. Milhares de pessoas, procedentes de distanciados pontos dos sertões, deslocaram-se para o lugar sagrado. Foi necessário, por isto, talvez, erguer outro templo, bem maior, defronte da capela de Santo Antonio. Na praça das Igrejas. Mais do que um local para rezas, a nova construção seria uma fortaleza destinada a conter as forças do governo. Assim, pelo menos, julgava a imprensa do tempo da Guerra de Canudos.

154 CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959. v. 5, p. 199.

Foram as obras da igreja nova, que não chegou a ser concluída, o motivo da sangrenta luta fratricida, principiada em 1896. Por intermédio de Macambira, um dos seus homens de confiança, o Conselheiro encomendou madeira na cidade de Juazeiro, a pagar com os recursos da comunidade. Espalhou-se, porém, na cidade, que os jagunços iriam buscar de qualquer forma a encomenda, cuja entrega fora retardada. Seria a hora do assalto ao importante centro urbano do rio São Francisco. O pânico dominou algumas autoridades locais, a começar pelo juiz de direito, Dr. Arlindo Leoni. Foi pedida a presença de tropa para garantir Juazeiro. Indo além, um destacamento de linha, comandado pelo tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, tomou o rumo de Canudos, desde que os conselheiristas não apareciam no povoado de Uauá, travou-se o primeiro choque. Começava a guerra. Canudos foi atacado e o Conselheiro não concluiu a igreja dos seus derradeiros sonhos, que foi destruída pelos vencedores.

20. CEMITÉRIO DE CANUDOS

Está também incluído nas obras do Peregrino o cemitério do povoado de Canudos, situado no fundo da Igreja Velha ou de Santo Antonio. Foi o que soube e escreveu Manuel Benício: “Já tinha ele construído por detrás da Igreja Velha, um cemitério”¹⁵⁵. Ouvimos ratificada a informação por sobreviventes da Guerra.

21. CEMITÉRIO DE RIACHO SECO

Na localidade de Riacho Seco, à margem direita do rio São Francisco, no município de Curaçá, Bahia, edificou o cemitério local¹⁵⁶.

155 BENÍCIO, Manuel. *O Rei dos Jagunços*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1899. p. 166.

156 MATTOS, João. "Descrição Histórica - Geográfica do Município de Curaçá" In: *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*, Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918. V. II, p. 431.

Aí estão 21 construções, entre igrejas e cemitérios. Vagamente, aqui e ali, algumas referências onde são apontadas edificações ou restaurações em Inhambupe, Barracão, Tucano. Nada absolutamente de concreto. Confusas informações, não raro.

SUBSÍDIOS À HISTÓRIA DAS CAPELAS DE MONTE SANTO^(*)

AS ORIGENS

Vamos começar pelo princípio. Remontemos ao derradeiro quartel do século XVIII, época em que o capuchinho italiano Apolônio de Todi foi missionar no centro da Bahia e de Sergipe. Em 1779, aportou na cidade do Salvador, que não era, aliás, o destino de sua missão. A tarefa missionária, da qual fora investido, deveria ser desempenhada na ilha de São Tomé. Percalços do mar trouxeram-no até a ex-capital do Brasil, onde chegou com problemas de saúde. Não prosseguiu, por isso mesmo, a projetada viagem. Ficou na Bahia. Para ser mais do que um dos muitos missionários capuchos procedentes da Itália. Permaneceu em nossa terra para conquistar um título, que poucos alcançam, de apóstolo. Apóstolo dos sertões, envolvido pela lenda, com cheiro de santidade. Dir-se-ia que é um “Anchieta sertanejo”, criador de famoso centro místico do interior baiano, o de Monte Santo.

Era moço quando apareceu, com 31 anos de idade. Morreu velho, em 1820, aos 72 janeiros de vida missionariamente vividos. Entrou para a história e para a lenda no ano de 1785. Após haver percorrido algumas dezenas de localidades pregando santas missões e realizando obras de utilidade, dirigiu-se, atendendo a “grande rogos”, à serra de Piquaraçá, que alcançou em outubro de 1785. Saiu da missão de Massacará. Ele próprio contou, num documento de valor histórico, a confusa impressão que o lugar lhe causara. “Chegando ao pé desta serra, dei com uma casinha de palha, onde o reverendo vigário vinha de 4 em 5 anos, e nesta desobrigava 7 ou 8 dias a gente que vinha e era chamada Casa de Oração, o que vendo fiquei confuso”. Pareceu-lhe, porém, que o local era

(*) Trabalho lido na Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Conselho Estadual do Estado da Bahia, 1983. Editado pela EMTUR - Empreendimentos Turísticos, Salvador, 1983.

predestinado, porque semelhante ao Calvário de Jerusalém. Como bom missionário, tratou de armar latada para nela pregar aos fiéis. Mas não parou aí. Inspirado pelo ambiente, imaginou logo ornar o lugar de passos de N^a.S^a. das Dores e passos de N. Senhor. A área aproveitada media quase uma légua. Contou com o trabalho e a dedicação dos sertanejos, que cortaram e levaram para o monte paus de aroeira e cedro. Logo surgiram carpinas e pedreiros, solícitos no atendimento do plano de frei Apolônio. Ao término da Santa Missão, no dia de Todos os Santos, o frade organizou uma procissão para subir a serra e foi colocando cruzes de madeira no caminho, “no modo e na distância que ordenam os Sumos Pontífices”. No meio da jornada, um violento furacão apagou as lanternas dos penitentes, obrigando-os também a se abaixarem, principalmente as mulheres que, separadas dos homens, vinham atrás do préstito religioso. O frade ordenou nada temessem, mas que invocassem Nosso Senhor do Amparo, cuja imagem conduziam. Feito o sinal da cruz a ventania cessou. Um milagre. Muitos e muitos e muitos anos rodados, em 1945, um repórter dos Diários Associados, repetindo a caminhada do apóstolo, também sofreu os efeitos do “furacão de ventos”. E escreveu a propósito do fato: “Subimos num esforço físico enorme, pensando nas palavras de frei Apolônio de que aquilo foi feito ‘fácil e brevemente’. E fato curioso, no mesmo lugar em que durante a famosa procissão, levantou-se o ‘furacão de vento’ e a ventania quase nos arrebatava. Coincidência ou, talvez, um local onde ventos permanentes tenham aquela força enorme”¹⁵⁷. Diferente do capuchinho, o jornalista Odorico Tavares não acreditava em milagres...

Sempre rezando, os fiéis terminaram a colocação das cruzes e retornaram ao ponto em que se erguera a latada, quando Apolônio de Todi fez sermão de conclusão da penitência. Exortou aquele povo, espiritualmente tão abandonado, a, nos próximos anos, visitar as santas cruzes, no dia santo. Por fim, tomou uma decisão de momento, determinando que daí por diante ninguém chamasse mais

157 TAVARES, Odorico. *Bahia, Imagens da Terra e do Povo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, p. 289.

serra de Piquaraçá, aquele local piedoso. Principiara a era de Monte Santo, pontilhada de milagres. Apareceram, na extensão das cruzes, arco-íris de cinco cores: azul, amarelo, branco, roxo e vermelho. As gentes das redondezas passaram a frequentar as santas cruzes e os doentes ficavam bons dos seus males quando beijavam a cruz do Calvário. Espalhou-se a notícia dos milagres. De longe também vinham cegos, aleijados, conduzidos em redes. E todos ficaram bons. Apolônio sentiu que se tornava necessária sua presença em Monte Santo, para ampliação da obra que, cristãmente, iniciara. Tudo se tomou “fácil e breve”, no dizer do frade, porque o povo lhe prestou o auxílio necessário. Os passos foram fechados como capelinhas e se ergueu a igreja bem no alto daquele monte. Também apareceram painéis para os passos. O povoamento do pé da serra cresceu. Em 1790, estava criada a freguesia e irmandade dos Santos Passos, da qual foi primeiro vigário encomendado o padre Antonio Pires de Carvalho. Elevaram-na a vila em 21 de março de 1821.

PRESENÇA DE ANTONIO CONSELHEIRO

Cerca de um século após a missão de frei Apolônio de Todi, os sertões ganharam um outro missionário famoso, embora leigo, não inserido nos quadros oficiais da igreja católica. Chamava-se Antonio Vicente Mendes Maciel, geralmente conhecido por Antonio Conselheiro, também alcunhado de Antonio dos Mares, Santo Antonio Aparecido, Santo Conselheiro, Bom Jesus, sem dúvida o messias brasileiro que conseguiu o maior número de apelidos. Durante quase 25 anos, de 1874 a 1897, o peregrino cearense percorreu uma extensa faixa dos territórios da Bahia e de Sergipe, limitada ao norte pelo rio Vaza-Barris e ao sul pelo Itapicuru. Nesta área, que denominamos o sertão do Conselheiro, ficava incrustado o território de Monte Santo e foi exatamente em terras do município que o Conselheiro estabeleceu, em junho de 1893, sua povoação histórica, por ele batizada com o nome de Belo Monte, em substituição ao de Canudos, até então dado à fazenda de gado ali existente. A mudança ordenada por Antonio Conselheiro parece indicar influência de frei Apolônio. Piquaraçá

passou a ser Monte Santo; Canudos se transformou em Belo Monte. Seguramente não estamos diante de mera coincidência.

Lógico que um líder místico como o Bom Jesus Conselheiro peregrinasse numa região de forte tonalidade mística como era Monte Santo. E assim de fato sucedeu. O Conselheiro esteve nas terras de Monte Santo e em mais de uma oportunidade, como bom cristão, subiu a antiga serra de Piquaraçá. Há fontes históricas a tal respeito. Confusões surgiram atribuindo ao Conselheiro a construção das capelinhas, quando, em verdade, simplesmente, restaurou algumas em 1892, antes de se fixar no povoado messiânico do Vaza-Barris. O coronel Durval Vieira de Aguiar, no seu livro ***Descrições práticas da Província da Bahia***, publicado em 1888, informa haver encontrado em terras de Monte Santo um célebre Conselheiro, que outro não era senão Antonio Vicente Mendes Maciel. O Conselheiro estava no Cumbe, seis léguas distantes da sede da Vila, na qual estava integrado. Antonio Vicente, no ensejo, construía a igreja local. Não iria, evidentemente, deixar de estender suas caminhadas às capelinhas sagradas¹⁵⁸.

Se estamos, no momento acima citado, fazendo, apenas, uma suposição, que se nos afigura aceitável, possuímos elementos comprobatórios da presença do Conselheiro em Monte Santo no ano de 1892, quando já dera início à sua campanha antirrepublicana. Em outubro do mencionado ano, o correspondente local do ***Diário de Notícias***, mandava dizer: “Acha-se aqui de passagem o conhecido Antonio Conselheiro, o qual como verdadeiro penitente tem feito com o auxilio do povo, obras de grande utilidade nos lugares onde faz passagem. Ouvi uma das suas prédicas as quais são por ele enxertadas com referência política, manifestando-se contra o casamento civil e outros atos do governo republicano. Isto, porém, nada influi no ânimo público, que só aproveita delas o que é útil”.

158 AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1888. p. 74 / 77.

Em agosto de 1893, o correspondente do **Diário** foi mais positivo no seu noticiário, informando: “Fui testemunha ocular de que quando aqui estive o ano passado envidou meios de fazer-se alguns reparos nas capelas e na estrada do Monte daqui a fim de não continuar a decadência em que se achava a instituição da irmandade dos Santos Passos do Senhor do Calvário, pedindo e aplicando o resultado das esmolas que recebia para este fim”. (**Diário de Notícias**, 07 de junho de 1893).

Antonio Carola, morador em Monte Santo, que em 1955 dizia ter completado 80 anos, informou ao jornalista Rubens Rodrigues dos Santos, do **Estado de São Paulo**, apontando para uma casa antiga, situada na praça ampla de Monte Santo: “Ali naquele canto ele falava pro povo. Era um velho seco, barbudo, rezador que fazia gosto” (**Estado de São Paulo**, 9 de junho de 1955). Odorico Tavares, anteriormente, ouvira notícias referentes à presença do Conselheiro na cidade mística e dos trabalhos que realizara nas capelas.

O guia Peixinho, que acompanhou nosso saudoso companheiro na visitação, informou: “O Monte Santo ouviu sua palavra, ele subiu também a via sacra, com uma legião de penitentes, assistindo o “milagre” de N^a.S^a. da Soledade derramar lágrimas de sangue ao ver o Bom Jesus cansado e ofegante. As muralhas capeadas, da subida até a primeira grande capela são obra sua. Chegou e viu os estragos, convocou sua gente, suas multidões de fanáticos e levantou as paredes laterais que protegem a subida”. Outro homem de imprensa, Paulo Dantas, bem informado a respeito do Conselheiro, registrou: “Conta a tradição oral da região que depois Antonio Conselheiro aqui também apareceu e com seus penitentes deu uma ajuda na conservação das capelas” e “rebocou meia dúzia de capelas”¹⁵⁹.

159 TAVARES, Odorico. *Op. cit.*

Um velho de Monte Santo, que conversou com o folclorista João da Silva Campos, lembrava-se da última visita do Conselheiro, que pregara santa missão durante nove dias. Como Apolônio de Todi, subiu até o santuário que, no alto da serra, põe remate à sequência das vinte e cinco capelinhas disseminadas à beira da longa estrada. Alcançando o templo, fez uma cruz no limiar, com a ponta do bastão. Ocorreu, então, um fenômeno estranho e surpreendente, do qual vamos tomar conhecimento lendo o texto de Silva Campos: “De repente – note-se que naquelas paragens reinava à sazão terrível estiagem – começou a exsudar água das paredes e a gotejar do teto, que pasmava. Transpondo a porta, então, Conselheiro adiantou-se, rendendo os joelhos ante o altar, em prece. Concluída a oração, retirou-se de costas até a porta, segundo costumava proceder sempre que deixava um templo e na soleira voltou a traçar o sinal da cruz, com a extremidade de seu inseparável cajado. No mesmo instante cessou a água de ressumar das paredes e de estilar do telhado. Então o povo augurou que semelhante prodígio anunciava muito sangue derramado por causa do Beato”¹⁶⁰.

Euclides da Cunha, ainda no calor da guerra, recolhera outra versão, transmitida por “pessoas que não se haviam deixado fanatizar”. O Conselheiro, à frente de uma procissão, subira a serra.

“Ao chegar à Santa Cruz”, ouçamos o autor de **Os Sertões**, “no alto, Antonio Conselheiro, ofegante, senta-se no primeiro degrau da tosca escada de pedra, e queda-se estático, contemplando os céus, o olhar imerso nas estrelas...”

“A primeira onda de fiéis enche logo o âmbito restrito da capela, enquanto outros permanecem fora ajoelhados sobre a rocha aspérrima”.

160 CAMPOS, João da Silva. “Tradições Baianas”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador: n. 56, p. 434, 1930.

“O contemplativo, então, levantou-se. Mal sofrera o cansaço. Entre alas respeitosas, penetra, por sua vez, na capela, pendida para o chão a cabeça, humílimo e abatido, arfando”.

“Ao abeirar-se do altar-mor, porém, ergue o rosto pálido emoldurado pelos cabelos em desalinho. E a multidão estremece toda, assombrada... Duas lágrimas sangrentas rolam vagorosamente, no rosto imaculado da Virgem Santíssima”¹⁶¹.

Julgamos que a procissão recordada foi em 1892. Após o episódio, o Bom Jesus não retornou à sede do município embora estivesse vivendo em seu território. Novo acontecimento, todavia, dentro de cinco anos, colocaria Monte Santo e sua via-sacra no primeiro plano do noticiário nacional. A guerra de Canudos focalizou Monte Santo, por onde transitaram milhares de soldados procedentes dos mais distantes rincões do Brasil, para onde se dirigiram jornalistas, médicos, homens de negócios, muitos dos quais jamais haviam ouvido sequer o nome Monte Santo antes da sangrenta e fraticida campanha do Conselheiro.

EUCLIDES DA CUNHA EM MONTE SANTO

O jornalista Euclides da Cunha –correspondente de guerra do “***Estado de São Paulo***” – chegou à Vila de Monte Santo, como integrante do estado maior do marechal Carlos Machado Bittencourt, em 6 de setembro de 1897. Na manhã do dia seguinte, festejando o Sete de Setembro e o fato excepcional da presença de um ministro de Estado na pequena Vila interiorana, houve desfile militar, com bandas marciais. Foi o primeiro contato do futuro autor de ***Os Sertões*** com a terra e a gente de Monte Santo. Ficou decepcionado e logo transmitiu à sua gazeta a impressão recebida. “Uma alvorada triste”, escreveu a 7 de setembro. “No entanto vibravam nos ares as notas metálicas de seis bandas musicais e a manhã rompeu entre os desdobramentos do oriente, expandindo-se num

161 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 7ª. edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923. p. 177.

firmamento sem nuvens. Olhando em tomo o que se observa é o mais perfeito contraste com a feição elevada desta vila ruidosamente saudada. As impressões aqui formam-se através de um jogo persistente de antíteses. Situada num dos lugares mais belos e interessantes do nosso país, Monte Santo é simplesmente repugnante. A grande praça central ilude à primeira vista. Quem ousa atravessar, porém as vielas estreitíssimas e tortuosas que nela afluem é assoberbado por um espanto extraordinário. Não são ruas, não são becos, são como imensos encanamentos de esgotos, sem abóbadas, destruídas¹⁶². O desencanto não ficou, apenas, em face das ruas. Também foram atingidos os transeuntes, principalmente as mulheres, que, aliás, sempre sofreram restrições de parte do escritor, como já tivemos ensejo de mostrar num pequeno estudo sobre “As mulheres de **Os Sertões**”. Eis como falou Euclides em continuação ao trecho acima transcrito: “Custa a admitir a possibilidade de vida em tal meio – estreito, exíguo, miserável – em que se comprimem agora dois mil soldados, excluído o pessoal de outras repartições e uma multidão rebarbativa de megeras esqueléticas e feias na maioria - fúrias que encaçam o exército. E todo este acervo incoerente começa cedo a agitar-se fervilhando na única praça, largamente batida pelo sol. Confundem-se todas as posições, acotovelam-se seres de todos os graus antropológicos¹⁶³. Evidentemente, o repórter ainda não abriu os olhos para ver a realidade sertaneja e ficava imaginando as passagens por onde devia passar na sua caminhada pelo sertão agreste. Poucos dias antes, quando esteve no lugarejo denominado Tanquinho, escreveu, parecendo irritado: “Vou riscar da minha carta o pequeno círculo com que condecerei este lugar maldito e substituí-lo por um ponto imperceptível. Que todos os viajantes fujam destas duas casas velhas e acaçapadas em cuja frente os mandacarus esguios alevantam-se silentes e rígidos, como imensos candelabros implantados no solo, segundo a bela comparação de Humboldt¹⁶⁴”.

162 CUNHA, Euclides da. *Canudos. Diário de uma expedição*. Introd. de Gilberto Freire. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 76 / 7.

163 *Idem*, p. 77.

164 *Idem*. p.72.

Olympio de Souza Andrade, um dos mais lúcidos estudiosos da obra euclidiana, procurando justificar o pronunciamento do ensaísta a respeito da Vila, adiantando que em **Os Sertões** a “cidade não foi apresentada com a mesma severidade”, comentou: “A razão de tão extremado julgamento parece que pode ser explicada, desta vez, pelo aborrecimento que o invadia no contato de um centro superpovoado e tumultuário e pelo vagar com que se aproximava de Canudos, a cujo respeito queixava-se não havia “uma só notícia”¹⁶⁵. Pensamos que a velha angústia de Euclides da Cunha, despontada aqui e acolá em gestos e palavras, teria explodido naquela oportunidade, quando ele se aproximava do campo de luta, bastante cansado, temendo pela própria vida, tanto assim que confiou à guarda do marechal Machado Bittencourt um anel pedindo-lhe que o enviasse à sua família num caso de morte¹⁶⁶.

No dia seguinte à preparação da reportagem, isto é, a oito de setembro, Euclides da Cunha foi visitar as capelas e igrejas do “sacro monte”. Um companheiro de peregrinação, o pouco conhecido jornalista Alfredo Silva, representante de **A Notícia**, deixou-nos interessante relato da caminhada, de alguma significação para o conhecimento do modo de ser do seu confrade fluminense. Vejamos a seguir a informação, datada de oito de setembro: “Fui hoje até a igreja da Santa Cruz, depois de subir a pedregosa e íngreme ladeira. Nesse delicioso passeio fui acompanhado pelo distinto correspondente do **Estado de São Paulo**, Dr. Euclides da Cunha e pelos Srs. Major Lauriano Trinas, Capitão Eduardo Gurgel, Aníbal de Oliveira e o cabo Batista, que no 7º batalhão acompanhou a bandeira. Dos nossos vestuários incontestavelmente destacava-se o distinto colega que chegado ainda anteontem, se apresentou de vistosas botas de verniz, calça branca, camisa de fina seda, chapéu de fina

165 ANDRADE, Olympio Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. 3ª edição. São Paulo: Edart, 1966. p. 121.

166 *Idem*, p. 122.

palha. Bons tempos o esperam neste canto da Bahia, em que um banho constitui o mais complicado dos problemas. Passamos pelas 23 (*sic*) pequenas capelas, onde uma cruz tem sobre si quadro representando os sofrimentos de Jesus”¹⁶⁷. A indumentária de Euclides que o repórter de **A Notícia** descreveu prova à saciedade que o consagrado escritor ainda não estava preparado para ver e entender o sertão conflagrado. Seu saber sertanejo, que a obra imortal e imortalizadora revelou, seria de “experiência feito”, nos dias dramáticos da guerra do Conselheiro.

Euclides da Cunha também contou, no mesmo dia, para seus leitores do **Estado de São Paulo**, a visita que fizera. O estado de espírito, sem dúvida alguma, é bem outro. Fala com entusiasmo. Como que a “via sacra” o reconciliara com a vila malsinada na correspondência anterior. O caminho que percorrera “é um milagre de engenharia rude e audaciosa”. “Uma coisa assombrosa”. “É dificilmente concebível o esforço despendido para o levantamento dessa maravilha dos sertões?”¹⁶⁸. A obra do frei Apolônio de Todi empolgou o engenheiro visitante, que, portador de uma máquina de fotografia portátil, bateu algumas chapas, segundo o depoimento de Alfredo Silva.

Euclides transferiu para o “livro vingador” a impressão que o santuário sertanejo lhe causara, ajuntando suas considerações ao nome histórico do capuchinho setecentista. Acreditamos que, no ensejo da visita, o jornalista não tivesse conhecimento do autor daquela ousada obra de engenharia, daí o silêncio em tomo de Apolônio de Todi, que vai aparecer, com o merecido realce, nas páginas de **Os Sertões**.

Vale a pena transcrever um grande trecho do livro grande, no qual Euclides da Cunha nos apresenta, com aquela sua extraordinária capacidade descritiva, o

167 GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora. A guerra de Canudos nos jornais: 4ª expedição*. São Paulo: Ática, 1974. p. 423.

168 CUNHA, Euclides da. *Op. cit.*, p. 80-81.

“prodígio de engenharia rude e audaciosa”, que frei Apolônio levantou nos sertões da Bahia:

“E fez-se o templo prodigioso, monumento erguido pela natureza e pela fé, mais alto que as mais altas catedrais da terra.

A população sertaneja completou a empresa do missionário.

Hoje, quem sobe a extensa via sacra de três quilômetros de comprimento, em que se erigem, a espaços, vinte e cinco capelas de alvenarias, encerrando painéis dos passos, avalia a constância e a tenacidade do esforço despendido.

Amparada por muros capeados; calçada, em certos trechos; tendo, noutros, como leito, a rocha viva talhada em degraus ou rampeada, aquela estrada branca, de quartzito, onde ressoam, há cem anos, as litânias das procissões da quaresma e têm passado legiões de penitentes, é um prodígio de engenharia rude e audaciosa. Começa investindo com a montanha, segundo a normal de máximo declive, em rampa de cerca de vinte graus. Na quarta ou quinta capelinha inflete à esquerda e progride menos íngreme. Adeante, a partir da capela maior – ermida interessantíssima ereta num ressalto da pedra a cavaleiro do abismo – volta à direita, diminuindo de declive até a linha de cumiadas. Segue por esta segundo uma selada breve. Depois se alteia, de improviso, retilínea, em ladeira forte, arremetendo com o vértice pontiagudo do monte, até ao Calvário, no alto!

À medida que ascende, ofegante, estacionando nos passos, o observador depara perspectivas que seguem num crescendo de grandezas soberanas: primeiro, os planos das chapadas e tabuleiros, esbatidos em baixo em planícies vastas; depois, as serranias remotas, agrupadas, longe, em todos os quadrantes; e, atingido o alto, o olhar a cavaleiros das serras – o espaço

indefinido, a emoção estranha de altura imensa, realçada pelo aspecto da pequena vila, em baixo, mal percebida na confusão caótica dos telhados”.

O repórter do *Estado de São Paulo* permaneceu na vila até o dia 13 de setembro, quando partiu para Canudos, acompanhando a segunda brigada de divisão Auxiliar constituída pelos 1º e 2º batalhões de polícia do Pará e 1º do Amazonas, sob o comando do coronel Sotero de Menezes. Nas reportagens encaminhadas ao seu jornal, datadas de 9, 10 e 11 do citado mês, não voltou a falar do “monte sacro”. Nenhuma nota também consta no seu diário. Dedicou, todavia, seu tempo, recolhendo informações sobre a luta no Belo Monte e fazendo pesquisas a respeito da geologia local. “Nas longas investigações diariamente feitas pelos arredores, tenho estudado, com dificuldades embora, essa região ingrata que é idêntica, com ligeiras variantes, à que circunda o arraial conselheirista. É uma das partes mais modernas talvez no novo continente e surgiu das águas provavelmente depois da lenta ascensão da cordilheira dos Andes, como um fenômeno complementar. A falta de matos, de vegetação opulenta além das causas que resultam da natureza geognóstica do solo e dos agentes meteorológicos, tem como motivo preponderante essa idade recente. O líquen ainda está decompondo a rocha, a natureza inteira ainda se prepara para a organização superior da vida. Tudo indica (e fora longo enumerar as razões em que me baseio) o fundo, descoberto por uma lenta sublevação, de um mar geologicamente moderno, terciário talvez, em cuja amplidão a ponta culminante de Monte Santo despontava como um cachopo de quartzito”¹⁶⁹.

Na antevéspera da partida para o campo de luta Euclides da Cunha estivera no sítio Salgado, pertencente ao Sr. Francisco Martins de Andrade, nos arredores de Monte Santo, onde chegou a tomar uns tragos de aguardente e levantar um brinde ao dono da casa, segundo informou Alfredo Silva para *A Notícia*. O confrade carioca relatou que comeram um excelente leitão, com cuscuz e ovos

169 CUNHA, Euclides da. *Canudos. Diário de uma expedição*, p. 83.

fritos, chamando a atenção para os conhecimentos de Euclides, que a propósito de uma pedra, uma flor, um fruto, ou um pássaro tecia explicações científicas. Por causa dele, o grupo levou quatro horas para fazer uma viagem de légua e meia, a todo momento interrompida pelas paradas e instruções do ilustre companheiro. As observações daquela caminhada iriam ficar incorporadas às memoráveis páginas de **Os Sertões**.

Desconhecemos o que teria sucedido na passagem de retomo do escritor pela lendária vila de Monte Santo. Seu diário não foi escrito durante a viagem de volta Canudos-Salvador. Nem podemos imaginar que o positivista Euclides Rodrigues da Cunha houvesse subido a estrada para agradecer a Deus a vitória da República na fratricida campanha do Belo Monte.

ANTONIO CONSELHEIRO E A ESCRAVIDÃO^(*)

Gilberto Freyre, em *Ordem e Progresso*, a propósito da posição dos ex-escravos em face do regime político instaurado a 15 de novembro de 1889, observa: “Alguns destes ex-escravos se tornaram nostálgicos da Monarquia; saudosos da Princesa Isabel, e é possível que fossem ex-escravos assim desajustados os negros que se juntaram aos devotos brasileiros e caboclos de Antonio Conselheiro – gente arcaicamente pastoril em suas normas de vida e por conseguinte desconfiada de quanto fosse progresso industrial animado pela República – em sua luta contra o Exército republicano, de algum modo, a favor da restauração da Monarquia. Aspecto sociológico daquela luta de soldados da República que parece ter escapado ao engenheiro sociólogo Euclides da Cunha”¹⁷⁰.

Merece ser meditada a oportuna observação do autor de *Casa Grande e Senzala* no que diz respeito à ausência do ex-escravo no quadro da sociedade sertaneja apresentado por Euclides da Cunha. O grande escritor, realmente, nem sequer consignou a presença do ex-escravo, do negro apelidado “treze de maio”, nas hostes do Bom Jesus Conselheiro. E, ainda mais, de maior gravidade – não viu o escravo e o ex-escravo na paisagem sertaneja. As palavras escravo e escravidão não têm vez nas páginas de *Os Sertões*, conforme podemos constatar no livro que Pedro A. Pinto dedicou ao vocabulário da grande obra de 1902¹⁷¹. O problema servil, no ensaio sobre a luta de Canudos, foi inteiramente ignorado por Euclides da Cunha. Teria Antonio Conselheiro, cuja vida o escritor fluminense estudou, procedido do mesmo modo? O histórico episódio do Belo Monte, arraial efemeramente florescente na derradeira década do século XIX, que atraiu milhares de humildes brasileiros, procedentes de vários pontos do

^(*)Editado pelo autor. S.A.Artes Gráficas, Salvador, s/d.

¹⁷⁰ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, t. II, p. 487.

¹⁷¹ PINTO, Pedro A. *Os Sertões de Euclides da Cunha. Vocabulário e Notas Léxico-lógicas*. Livraria Francisco Alves, 1930.

Brasil, poderia ter ocorrido sem a participação do ex-escravo, do homem que alcançara sua liberdade pouco antes da grande migração nordestina? Poderia Antonio Conselheiro, indiscutivelmente um autêntico líder dos sertões, ter congregado, em torno de sua singular figura de peregrino, tantos seguidores se não fosse portador de uma mensagem a respeito da escravidão e da monarquia, os dois maiores problemas nacionais do seu tempo? Voltado para o passado ou olhando o futuro, o famoso chefe carismático, na sua indiscutível condição de condutor de homens, haveria de ter manifestado pontos de vista sobre aqueles temas e de muitos outros de interesse geral, que expunha nos momentos dos “conselhos”, quando falava aos seus ouvintes nordestinos. Assim, de feito, aconteceu. O Conselheiro não era, apenas, um pregador de feição religiosa. Também versava, nas suas longas prédicas, assuntos de ordem social e política. O jornalista Manuel Benício, correspondente do **Jornal do Comércio**, do Rio de Janeiro, junto às forças em operações contra os jagunços, autor de um bom livro relativo à vida dos conselheiristas e de seu guia, percebeu e registrou a posição adotada pelo Bom Jesus em face do problema da escravidão: “Ignorante e enraizado nos velhos hábitos da administração de então, desconfiado como são todos os sertanejos”, escreveu Manuel Benício, “de índole conservadora por natureza, achava que toda reforma na administração e toda inovação na economia política eram um meio de se roubar ao povo. Fora contra a introdução do sistema métrico decimal no comércio e a única reforma que encontrou sua aquiescência, mais tarde, em 1888, foi a abolição dos escravos. Talvez porque grande porção de quilombos e macumbeiros acaudalasses sua errante cruzada”¹⁷². Num outro trecho d' **O Rei dos Jagunços**, Manuel Benício volta a dar notícia das opiniões do místico cearense a respeito do cativo. Vale a pena a transcrição textual: “À feira em questão chegara uma pobre curuca a vender esteira que deitava no chão. O arrematante do imposto exigia cem reis pela porção de terreno que a esteira e a pobre velha ocuparam. Esta, que apreciava o valor da esteira, em oitenta réis, reclamou, queixou-se em voz alta ao povo,

¹⁷² BENÍCIO, Manuel. *O Rei dos Jagunços*, Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1899. p. 95.

chorando, lastimandose: Juntou-se gente e todos davam razão à velhota, pois como se há de pagar um tostão de imposto, quando o gênero que se vende vale quatro vinténs, dizem”. “O Conselheiro, na prédica que fez esta noite referiu-se ao caso da velha alegando: eis aí o que é a República, o cativo, trabalhar somente para o governo. É a escravidão anunciada pelos mapas, que começa. Não viram a tia Benta (nome da velha)? é religiosa e branca, portanto a escravidão não respeita ninguém”¹⁷³.

As informações de Manuel Benício, no caso revelando mais espírito de observação do que Euclides da Cunha, levam-nos a conhecer a posição de Antonio Vicente Mendes Maciel diante da escravidão, o grande problema social de sua época. Há coerência na atitude tomada pelo Bom Jesus Conselheiro. Durante sua longa vida de peregrino, que se prolonga por quase um quarto de século, procurou minorar os sofrimentos alheios, assistindo aos mal-aventurados. Ele próprio o disse, certa vez, conversando, em Fortaleza, com o jornalista João Brígido, seu companheiro de infância, na vila cearense de Quixeramobim, que desejava saber do seu destino: “Seguirei para onde me chamam os mal-aventurados”¹⁷⁴.

Ora, evidentemente, no panorama social do Brasil, quando Antonio Vicente iniciou suas andanças pelos sertões, por volta de 1874, o escravo surgia destacadamente. Era o sofredor, o mal-aventurado. Um ser humano que precisava de assistência. Levou-lhe o Conselheiro, nos seus conselhos, a palavra de Deus. Transmitiu aos escravos os ensinamentos dos Evangelhos. Não estamos formulando uma hipótese. Baseamos nossa assertiva num depoimento contemporâneo, perdido nas folhas de uma gazeta baiana de 1897, no auge da luta fratricida. Um italiano, que trabalhava na construção da estrada de ferro Salvador-Timbó, narrou, nestes termos, seu encontro com o peregrino:

¹⁷³ *Idem*, p. 162.

¹⁷⁴ *Idem*, p. 59.

“Veja como este povo”, disse-lhe o Conselheiro apontando a gente que aguardava a pregação, “na sua quase totalidade escrava vive pobre e miserável. Veja como ele vem de quatro e mais léguas para ouvir a palavra de Deus. Sem alimentar-se, sem saber como se alimentará amanhã, ele nunca deixa de atrair pressuroso às praticas religiosas, que eu, indigno servo de Deus e por ele amaldiçoado, iniciei neste local para redenção dos meus enormes pecados”¹⁷⁵. No lugarejo mencionado, que outro não era senão Saco, entre Timbó e vila do Conde, na então província da Bahia, durante o dia quase não havia viva alma¹⁷⁶. Mais de 2000 pessoas, porém, surgiam de noite, ansiosas para ouvir os conselhos do Bom Jesus. “Ao anoitecer”, prosseguiu o empreiteiro, “começavam a chegar e às 8 horas a praça estava cheia, tendo mais de duas mil pessoas, todas escravas, e após o sermão, que em seguida um explicava ao outro, visto como somente os mais vizinhos podiam ouvi-lo, todos cantavam as seguintes estrofes: ‘Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo’, ao que as mulheres e meninos respondiam: ‘Para sempre seja louvado o santo nome de Maria’, e isto até a meia noite algumas vezes. De manhã não havia pessoa alguma no arraial”. A informação transcrita documenta, com segurança, as relações do Conselheiro com os escravos da zona citada, que atentamente escutavam a pregação do “santo” de Quixeramobim. Convém esclarecer, desde logo, que na região de Itapicuru, onde Antonio Conselheiro passou grande parte de sua vida de pregador, havia, na época aqui estudada, apreciável número de pequenos engenhos, o que explica a presença de grande quantidade de escravos. Os cativos necessitavam da palavra de conforto e da ajuda material do bondoso peregrino que, conforme escreveu o informante acima citado, distribuía apreciáveis quantias com as famílias pobres, naturalmente obtidas nas casas dos mais ricos, daqueles senhores de engenhos e negociantes mais generosos.

¹⁷⁵ *Diário de Notícias*, Bahia, 31 de Setembro de 1897.

¹⁷⁶ Saco, também denominado Saco dos Cavalos, chama-se atualmente Altamira.

Outros elementos poderão ser apresentados no mesmo sentido, isto é, comprobatórios do papel desempenhado pelo Conselheiro junto à população escrava do Nordeste baiano, que ele mais de perto conheceu e assistiu. Num interessante artigo publicado no *Jornal de Notícias*, da Bahia, edição de 5 de março de 1897, o Dr. Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, proprietário no município de Itapicuru, e prestigioso chefe político, contou que a abolição da escravatura aumentara o número de acompanhantes do Bom Jesus Conselheiro.

“O povo em massa”, declarou Jeremoabo, “abandonava suas casas e afazeres para acompanhá-lo. Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda, pela falta de braços livres para o trabalho. A população vivia como que em delírio ou êxtase e tudo quanto não fosse útil ao inculcado enviado de Deus, facilmente não se prestava. Os cemitérios e capelinhas eram construídos com materiais carregados na cabeça ou puxados por pessoas do povo na distância. Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona embora sem a precisa regularidade”¹⁷⁷. O testemunho do Barão, sem dúvida alguma valioso, precisa, contudo, ser revisto em parte. Talvez o ilustre chefe conservador houvesse confundido a causa com o efeito. Não teria sido Antonio Vicente quem afastou das propriedades agrícolas os negros libertados pela lei de 1888. O Santo Conselheiro outra coisa não teria feito senão recebê-los e, possivelmente, ampará-los, quando ele próprios, sequiosos de desfrutar a liberdade alcançada, fugiram dos antigos locais do seu cativeiro. Preferiam gozar o mundo novo que lhes fora concedido. Ambicionavam, como diziam em Sergipe, os ex-escravos, viver onde houvesse “casa com janela e porta de fundo”, morada bem diferente da velha senzala. Negros libertos que esperaram, inutilmente, como se anunciara na zona canvieira de Santo Amaro da Purificação, que chegasse a “alforria da terra” para completar a alforria dos

¹⁷⁷ *Jornal de Notícias*, Bahia, 5 de março de 1897.

homens. O drama do ex-escravo, do “treze de maio”, desajustado, incapaz muitas vezes de viver sua nova vida, parece haver chegado ao Conselheiro. Os negros teriam ido procurá-lo como uma salvação. Ele lhes daria trabalho, alimentação, conselho. Amparo, numa palavra. Não foram poucos os ex-escravos recebidos na comunidade conselheirista. Antero de Cerqueira Galo, morador em Tucano, localidade baiana donde saíram inúmeros seguidores do Conselheiro, numa carta enviada ao Barão de Jeremoabo, dando notícias dos habitantes de Canudos, destacou o contingente dos ex-escravos, que em sua opinião formavam a maioria: “Lá os vultos que estão desenvolvendo (sic) a revolta”, escreveu o missivista, “é o mesmo Conselheiro com seus sequazes dentre estes soldados e desertores, de diversos Estados e o povo 13 de maio que é a maior parte”¹⁷⁸. A nota de Cerqueira Galo, que conhecia de perto a população de Canudos, pelo menos aquela gente que saíra ou passara por Tucano, rumo ao Belo Monte, constitui subsídio novo naturalmente sujeito à cautelosa investigação, ao estudo da massa humana que acompanhava Antonio Conselheiro e com ele sucumbiu nas margens do Vaza-Barris.

Às informações aqui reunidas, até agora ainda não usadas pelos modernos estudiosos do movimento de Canudos, vamos acrescentar o próprio pensamento de Antonio Conselheiro, conservado no livro de sua autoria, ainda inédito, encontrado em 1897 pelo então acadêmico de Medicina João de Souza Pondé, nos escombros da cidadela mística e hoje pertencente ao espólio do poeta Aristeu Seixas, em São Paulo.

No manuscrito do Conselheiro, intitulado “**Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do Mistério da Anunciação**”, figuram algumas palavras bem significativas a respeito da posição do autor em face da escravidão. Tratando da República, cuja implantação condenava abertamente, Antonio Conselheiro escreveu ou ditou as considerações que se seguem:

¹⁷⁸ A carta, datada de 15 de março de 1897, está em poder do Dr. Dantas Júnior, neto do destinatário. Havia, em Canudos, uma rua denominada dos “Negros”.

“É preciso porem que não deixe no silencio a origem do odio que tendes a Familia Real por que sua Alteza e Senhora Dona Izabel libertou a escravidão, que não fez mais do que cumprir a ordem do Céu; porque estava chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ver reduzido o ente humano; a força moral (que tanto a orna) com que ella procedeu na satisfação da Divina Vontade, constituiu sua confiança que tem a Deus para libertar esse povo, não era motivo suficiente para zoar o brado da indignação que arrancou o odio da maior parte daqueles a quem esse povo estava sujeito. Mas os homens não penetraram a inspiração divina que moveu o coração da divina e virtuosa Princesa para dar semelhante passo; não obstante ella dispor do seu poder, todavia era de supor que ella meditaria antes de o por em execução acerca da perseguição que havia de soffrer da liberdade, um dos Ministros lhe disse Sua Alteza assigne o decreto da liberdade, olhe a republica como ameassa, o que ella não liga a minima importancia, assignando o decreto com aquella disposição que tanto o caracteriza. A sua disposição porem, é uma prova que attesta do modo mais significativo, que era a vontade de Deus que libertava esse povo”.

Em certo trecho, fala dos escravos com grande compaixão, lamentando seus sofrimentos: “Quantos que morrião debaixo dos açoites por algumas faltas que cometião, alguns quase nus oprimidos de fome e de pesado trabalho. E que direi eu daquelles que não levaram com paciencia tanta crueldade que no furor ou excurso de sua infeliz estrela se matavão. Chegou enfim o dia em que Deus tinha de por termo a tanta crueldade, movido de compaixão a favor de seu povo, ordena para que si liberte de tão penosa escravidão”¹⁷⁹.

Evidentemente, em vista do que está escrito, nenhuma dúvida pode restar a respeito da posição do Bom Jesus de Canudos em face da escravidão.

¹⁷⁹ Trechos copiados por Teófilo de Andrade e publicados em “O Cruzeiro” de 2.8.1949.

Podemos, com toda razão, considerá-lo um abolicionista, que mui provavelmente, nos seus conselhos, teria pregado a favor da libertação dos escravos, donde, talvez, haver sido considerado, pelo governo da Bahia, em 1887, um homem perigoso, que andava “pregando doutrinas subversivas entre as populações que percorre”¹⁸⁰.

¹⁸⁰ BENÍCIO, Manuel. *Op. cit.*, p. 52.

A GUERRA DE CANUDOS NA POESIA POPULAR (DOCUMENTÁRIO FOLCLÓRICO)^(*)

Canudos é um momento difícil da vida brasileira. A campanha contra Antonio Conselheiro, que Euclides da Cunha fixou em livro magnífico, movimentou e preocupou o Brasil, fazendo convergir para os sertões baianos as atenções do nosso governo e do nosso povo.

No ano de 1897, quando a crise sertaneja atingiu seu ponto mais alto, o brasileiro não pensou noutra coisa senão naquela surpreendente e heróica resistência dos jagunços aos ataques das tropas aguerridas do exército nacional. Houve, então, a necessidade da mobilização dos recursos nacionais para a completa destruição do fanatismo conselheirista. Por seu turno, numa atitude suicida, o homem do Belo Monte empregou todas as forças ao seu alcance para conter os soldados vindos do litoral, defensores da ordem republicana, que a exaltação dos espíritos considerava seriamente ameaçada.

Numa mobilização geral, como no caso em apreço, também são convocados os poetas. A lira é arma de combate em muitas oportunidades. Versejando e cantando, o vate e o cantor contribuem para a vitória do seu grupo, exaltam seus heróis, ferem fundo os adversários, amenizam a desdita da grei. É sempre bom versejar e cantar.

Quem canta seu mal espanta

Cantar ajuda a viver.

Ajudando a viver, conseqüentemente ajuda a lutar. Sabiam desta verdade os brasileiros de ambos os lados que se bateram nas caatingas do sertão. Cessada a luta terrível, continuaram os trovadores rememorando os fatos, recordando as figuras principais. O ciclo poético de Canudos avançou pelo tempo. O vulto

^(*)Trabalho publicado pelo Centro de Estudos Baianos, n. 14, Salvador, Bahia, 1952.

histórico do Conselheiro passou para o domínio do folclore. Canta-se, hoje, em Cruz das Almas:

Antonio Conselheiro
Vai guiando um avião
Chorei, chorei.

Há, portanto, um grande número de composições da poética anônima que constitui o *cancioneiro histórico de Canudos*. Baseado em peças já registradas por alguns pesquisadores nacionais e, sobretudo, no material recolhido na tradição oral, consegui reunir um documentário apreciável, que noutra ensejo tentarei interpretar. Por enquanto, apenas o documentário.

1

Do céu veio uma luz
Que Jesus Cristo mandou
Sant 'Antonio Aparecido
Dos castigos nos livrou

(Sergipe - Sílvia Romero)

2

Quem ouvir e não aprender
Quem souber e não ensinar
No dia de juízo
Sua alma penará.

(Sergipe - Sílvia Romero)

3

O sol já se levanta
Cheio de seu resplendô
Antonio substitue Jesus
Que do castigo nos livrou

(Bahia)

4

O Anti-Cristo chegou

*Para o Brasil governá
Mas aí está o Conselheiro
Para dele nos livrá*

(Bahia - Euclides da Cunha)

5

*Quem quiser remédio santo
Lenitivo para tudo
Procure o Conselheiro
Que êle está lá nos Canudos*

(Sergipe)

6

*Antonio Conselheiro
Por ser conselheirista
Briga com o govérno
Não tem medo da poliça*

(Bahia)

7

*Santo Antonio Conselheiro
Era um velho indiabrado
Fez trincheira na Igreja
Sem ser visto nem notado*

8

*Antonio Conselheiro
É home de opinião
Matou Moreira Cesar
E venceu seu batalhão*

(Bahia)

9

*Antoninho Conselheiro
É home de opinião*

*No barulho de Horácio
Pegava bala na mão*

10

*No dia do fogo primeiro
Mataram Antonio Conselheiro*

(Bahia)

11

*Quem será este selvagem
Este vulgo santarrão
Que encoberto de coragem
Fere luta no sertão*

(Rio - João do Rio)

12

*Quem tiver sua mulata
Prenda ela no cordão
Que Antonio Conselheiro
Tem unhas de gavião*

(Sergipe)

13

*Santo Antonio Conselheiro
Escreveu ao Presidente
Que urubu tá de bico doce
De comê carne de gente*

(Bahia)

14

*Era Antonio Conselheiro
De Canudos no sertão
Resistindo à força armada
Carabina e canhão*

(Bahia-Carlos Chiacchio)

15

*Conselheiro já foi trunfo
Já fez o morto vivê
Porém hoje tá plantado
Nunca mais é de nascê*

(Ceará)

16

*Já foi rei, já foi rei na Bahia
Porem hoje tá plantado
No currá da monarquia*

(Ceará)

17

*Nosso Antonio Conselheiro
No reconco da Bahia
Brigou treis anos
O Sinhô-Ô-lá-lá
A favô da monarquia*

(Bahia)

18

*Antonio Conselheiro
Vai guiando um avião
Chorei, chorei*

(Bahia)

19

*Coronel Moreira Cesar
Viva nosso Brigadeiro!
Viva o quinto de Policia!
Viva o Exercito brasileiro!*

(Bahia)

20

Moreira Cesar

*Quem foi que te matou?
Foi a bala de Canudos
Que o Conselheiro mandou*

(Bahia)

21

*Capitão Moreira Cesar
Chama-se “corta-pescoço”
Veiu agora nesta guerra
Deixar no sertão o osso*

(Bahia - A. Peixoto)

22

*Capitão Moreira Cesar
Chama-se bota-lombriga
Pois o chumbo é bom purgante
Prá limpeza da barriga*

(Bahia - A. Peixoto)

23

*Capitão Moreira Cesar
Anda de baixo p 'ra riba
Pois o medo é boa purga
P 'ra limpeza da barriga*

(Bahia - A. Peixoto)

24

*Coronel Moreira Cesar
Folha de cana caiana
Tomou chumbo dos jagunços
Foi morrer nas Umburanas*

(Bahia)

25

*Coronel Moreira Cesar
No de cana caiana*

*Tomou chumbo nas Queimada
Foi morrer nas Umbaranas*

(Bahia - A Peixoto)

26

*Capitão Moreira Cesar
Folha de cana caiana
Tomou chumbo nas Porteiras
Foi morrer nas Umburanas*

(Bahia - A Peixoto)

27

*Coronel Moreira Cesar
Olhos de cana caiana
Foi ferido nos Canudos
Foi morrer nas Umburanas*

(Sergipe)

28

*Capitão Moreira Cesar
Foi a guerra e não venceu
Está com oito que vence
Nas nove aribú comeu*

(Bahia - Pedro Calmon)

29

*Capitão Moreira Cesar
Quatorze guerras venceu
A terceira não inteirou
No Belo Monte morreu*

(Sergipe)

30

*Quando eu fui para Canudos
Moreira Cesar mais eu
Quando eu cheguei em Canudos*

Moreira Cesar morreu.

31

*O povo do Conselheiro
Por atirá como reza
Quando eu cheguei em Canudos
Mataram Moreira Cesar*

(Bahia)

32

*Capitão Moreira Cesar
Moradô do rio do Su
Foi brigá no Belo Monte
Foi dá carne aos urubús*

(Bahia)

33

*Moreira Cesar morreu
Ao colocar um canhão
Um jagunço deu-lhe um tiro
No fundo do coração*

(Bahia)

34

*Capitão Moreira Cesar
No seu cavalo alasão
Virava-se Jesuino
Venceremos batalhão*

35

*Venceremos batalhão
Certamente é de vencê
Que pra mandá a noticia
Lá pro Rio de Janeiro*

(Bahia)

36

*O valente Moreira Cesar
Confiou na valentia
Dirigiu-se ao nosso Belo Monte
Para acabar com o Conselheiro
Quando ele morreu sem brigá*

(Bahia)

37

*Este Capitão Salomão
Comandante de artilharia
Tambem perdeu a vida
Com Moreira Cesar e Tamarindo
Quando com bravura nos repelia*

(Bahia)

38

*O Coronel Tupi Caldas
De fato nada temia
Mas perdeu da mesma maneira
Porque os atos do nosso Bom Jesus
Só o nosso Deus desfazia*

(Bahia)

39

*De Sergipe iam as tropas
A jornada era a pé
Passaram em Varzea da Ema
Tejipan e Macambira
Soldados cheios de fé
E outros cheios de ira
Eles eram comandados
Pelo bravo Savagé*

(Sergipe)

40

*Mandou fazer-me convite
General Artur Oscar
Para eu ir para Canudos
O Conselheiro acabar
Vou-me embora, vou me embora
Quando acabar de dansar*

(Ceará - Gustavo Barroso)

41

*Artur Oscar
Se você morrer
Vem me buscar?*

42

*Maria Helena
Se eu morrer
Você tem pena?*

(Pernambuco)

43

*O Alferes Vanderlei
É bicho de opinião
Quando foi para Canudos
Foi em frente ao batalhão*

(Sergipe)

44

*Alferes Francisco Teles
Por ser bicho de arrelia
Quando foi para Canudos
Baixou logo enfermaria*

(Sergipe)

45

*Tenente Olavo Gonçalves
Diz que um balasio levou
Chegou sem arranhão
Muita bravura contou*

(Sergipe)

46

*Tenente João Simões
A inspeção foi negada
Usou alho... e sal nas botas
Teve febre e perna inchada*

(Sergipe)

47

*Pobre tenente Zuzarte
Tão valente e denodado
Com fome comeu raizes
E morreu envenenado*

(Sergipe)

48

*Os urubus de Canudos
Escreveu ao Presidente
Que já tão de bico fino
De comê carne de gente*

(Sergipe)

49

*Quem fôr para Canudos
Leve contas p'ra rezá
Que Canudos é o inferno
Onde as almas vão pená*

(Sergipe)

50

*Uma velha, muito velha
Das perninhas de socó
Assistiu o batalhão nono
Passar em Cocorobó*

(Sergipe)

51

*O navio que nos pegou
Era um pouco bandoleiro
Nos pegou na Bahia
Nos levou p'ro Conselheiro*

(Sergipe)

52

*O navio entrou na barra
O mundo ficou azul
Adeus Barra dos Coqueiros
Capital do Aracaju*

(Sergipe)

53

*As mulheres de Canudos
Guerream com agua quente
Os meninos com pedradas
Fazem voltar muita gente.*

(Sergipe)

54

*Os jagunços assaltam viveres
Barricas de bacalhau
Os soldados mortos à fome
Comiam raízes de pau.*

(Sergipe)

55

Oh! meu camarada

*Quem te trouxe por aqui?
Vim da guerra de Canudos
Mas eu não morri*

(Bahia)

56

*No dia de fogo cerrado
Mataram todo soldado*

(Bahia)

57

*Eu de um bem que conto bem
Mas de dois conto tudo
Viva o povo que morreu
Nesta guerra de Canudos*

58

*D. Sebastião já chegou
E traz muito regimento
Acabando o civil
E fazendo o casamento*

(Bahia - Euclides da Cunha)

59

*Visita nos vem fazer
Nosso Rei D. Sebastião
Coitado daquele pobre
Que tiver na lei do cão*

(Bahia - Euclides da Cunha)

60

*Garantidos pela lei
Aqueles malvados estão
Nós temos a lei de Deus
Eles tem a lei do cão*

(Bahia - Euclides da Cunha)

61

Bem desgraçados são eles

Para fazerem eleição

Abatendo a lei de Deus

Suspendendo a lei do cão

(Bahia- Euclides da Cunha)

62

Casamento vão fazendo

Só para o povo iludi

Vão casar o povo todo

No casamento civil

(Bahia - Euclides da Cunha)

63

Saiu D. Pedro II

Para o Reino de Lisboa

Acabou-se a monarquia

o Brasil ficou atôa

(Bahia - Euclides da Cunha)

64

Este povo está perdido

Está sem arrumação

O culpado disso tudo

É o chefe da nação.

(Bahia)

BIBLIOGRAFIA

ROMERO, Sílvio. *Cantos Populares do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Alves & Cia., 1893.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

JOÃO DO RIO. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1908.

CHIACCHIO, Carlos. *Euclides da Cunha: Aspectos singulares*. Salvador: Edições ALA, 1940.

CALMON, Pedro. *História do Brasil na Poesia do Povo*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, s.d.

PEIXOTO, Afrânio. *Missangas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1931.

BARROSO, Gustavo. *Ao som da viola*. Rio de Janeiro, 1921.

GOYAZ, João. "Seguidilhas de Goiaz". *Revista da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 62, 1928.

MEMORIAL DE CANUDOS^(*)

Antonio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), cearense, natural da vila de Quixeramobim, surgiu no centro da Bahia e de Sergipe em 1874. Na região permaneceu durante quase um quarto de século. Construiu ou reconstruiu capelas, levantou muros de cemitérios, abriu pequenos tanques d'água, ministrou conselhos aos sertanejos. Apelidaram-no, por isso, Antonio Conselheiro, Santo Conselheiro, Bom Jesus Conselheiro. Também chamaram-no Santo Antonio dos Mares, Santo Antonio Aparecido. A voz do Conselheiro era suave quando conversava com os seguidores, que chegavam a milhares, porém se tornava forte, agressiva se pregava sobre certos temas – a República, o casamento civil, a separação da Igreja do Estado, os maçons, os protestantes, os abomináveis republicanos.

Não fora um menino pobre e sem instrução. Seu pai, Vicente Mendes Maciel, negociante no Ceará Grande, possuiu loja de comércio e levantou algumas casas na vila natal. Procurou dar ao filho alguma instrução. Dizem que queria fazê-lo um sacerdote da Igreja Católica. Fê-lo aprender a ler, escrever e contar. Também foi aluno de latim na aula do mais conceituado mestre da vila, tendo sido discípulo do famoso polemista João Brígido dos Santos. Seus traumas da meninice nasceram no próprio lar. Ficou órfão de mãe por volta dos cinco anos de idade. Seu genitor contraiu segundas núpcias e o menino Antonio Vicente foi maltratado pela madrasta, que morreu sofrendo das faculdades mentais. Em Canudos, quando já era o grande líder sertanejo, o Conselheiro, que falava pouco da sua vida, queixou-se dos maus tratos da madrasta. Não os esquecera. Tomou conta da família e dos negócios, após o falecimento de Vicente Mendes Maciel. Falhou como comerciante e saiu de Quixeramobim. Exerceu, então, várias atividades. Professor primário, rábula, caixeiro, amansador de cavalos, andeje sempre. Padecera, na infância, por causa do

(*) Publicado como “Introdução” in GAUDENZI, Tripoli Francisco Brito. *Memorial de Canudos*. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia; Bahiatursa, 1993.

gênio da segunda mulher do seu pai; amargurara, na mocidade, em virtude do temperamento e do modo de proceder da própria esposa, a quem terminou abandonando. O insucesso doméstico agravou sua situação pessoal. Quando veio a ser, nos anos setenta, o mais conhecido dos conselheiros sertanejos, divulgou-se a estória, ainda hoje lembrada, que matara a companheira e assassinara a genitora, num momento dramático. Um mundo de documentos desmente a “lenda arrepiadora”, usada contra ele outrora e hoje ainda divulgada nos sertões e alhures.

Terminou tomando-se um beato e partiu sozinho do Ceará, vestido num camisolão azul, barba e cabelos crescidos, sem asseio. Um misterioso caminhante cujos conselhos atraíam e seduziam o povo. Em pouco tempo dispunha de um séquito. Os acompanhantes não duvidavam de sua santidade e muitos acreditavam que ele era a reencarnação do Cristo. Parece haver recusado aquela consagração. “Deus é outra pessoa”, dizia, segundo o depoimento de Pedrão, um jagunço da Guarda Católica, que vigiava o pastor. Declarava-se um pecador a purgar seus pecados e a todos chamava de irmãos. Seus adeptos, porém, ensinavam que era dever tratá-lo por meu pai. Meu pai Conselheiro, a quem se devia beijar a mão e a própria vestimenta de brim americano que usava.

Os dias de conselhos, previamente anunciados, eram iguais às santas missões pregadas pelos frades capuchinhos e lazaristas, que tanto emocionaram as populações interioranas. O Conselheiro repetia os padres, persignando-se, citando frases latinas. O povo ficava encantado com sua palavra. O pregador sabia tudo. Inácio Raposo, jornalista do Rio de Janeiro, que percorreu os sertões depois da guerra de Canudos, escutou conversas relativas ao saber do velho cearense. Genes Martins Fontes, juiz de direito na Bahia, ficou impressionado com a melhoria das suas falações. Tímido, acanhado nos fins da década de 70, parecia um dominador de multidão nos anos de 80. Com o correr do tempo, aprendeu a valorizar suas apresentações. O advogado Ubaldino Gonzaga

assistiu a sua entrada triunfal em Entre Rios, quando foi levantar os muros do cemitério local. Guardou a vida inteira a impressão deixada. Antonio Vicente comandava. Pedro Leopoldino, que escreveu para o ***Diário de Notícias***, em 1895, um relato da passagem do peregrino por Bom Conselho, fixou a imponência do guia, envergando uma batina branca; seguido dos seus 12 “apóstolos”, com postura de confraria religiosa. O desembargador Sálvio Martins, do Tribunal de Justiça da Bahia, avistou o Conselheiro, ameaçador, erguendo um cajado, em Jeremoabo, gritando para a massa dominada: “apareçam os republicanos”. Disse-nos o ilustre magistrado que o Conselheiro, quando estava tranquilo, parecia a imagem do Senhor dos Passos das procissões da Semana Santa. A semelhança animava o fervor popular em torno do adorado peregrino, concluiu o Dr. Sálvio Martins.

Caminhou muito tempo na sua missão de pregador. A pé ou montado no seu cavalinho, denominado Rio Real, às vezes num jumento. Parou algumas vezes para levantar capelas maiores. Foi assim em Chorrochó; foi assim no arraial do Bom Jesus, hoje Crisópolis. Lugarejos transformados em cidades atuais da Bahia. Fixou-se, por fim, em Canudos, no município de Monte Santo, povoado banhado pelo rio Vaza-Barris. O local passou a ser chamado Belo Monte. Cresceu em pouco tempo. Tornou-se a localidade de maior população da Bahia, depois da capital. Cerca de vinte e cinco mil habitantes, calcularam no tempo da guerra fratricida. Ali estava, registravam os jornais da época, o Império do Belo Monte, de efêmera existência. Começou em junho de 1893. Foi destruído em outubro de 1897, por milhares de soldados do Exército Nacional, comandados pelo general de brigada Artur Oscar de Andrade Guimarães. Os vencedores incendiaram a povoação, mataram homens e mulheres, velhos e crianças. Uma pavorosa chacina. Degolamentos marcaram uma das maiores tragédias da história nacional.

Nas suas constantes caminhadas, o Santo Conselheiro conquistou adeptos fervorosos e implacáveis inimigos. Ao seu lado ficaram brancos, negros,

caboclos, gente de recursos e povinho miserável. Contou com o apoio de homens e mulheres remediados, que venderam seus pequenos bens, deixaram suas terras e foram viver e morrer no chão sagrado do Belo Monte. Depois da abolição, os ex-escravos, os “negros treze de maio”, necessitados de amparo, foram na rota do Conselheiro. Também os caboclos dos antigos aldeamentos indígenas de Mirandela, Rodelas, Massacará. Havia uma rua dos negros e uma rua dos caboclos na “Tróia de barro”. Os proprietários rurais, prejudicados com o êxodo da mão de obra, clamavam contra a ação conselheirista. Os jornais de Salvador, frequentemente, apontavam os perigos do ajuntamento do Belo Monte, onde, ao lado da gente de pé no chão, formavam comerciantes como Antonio Vilanova, Antonio da Mota, Joaquim Macambira, muitas vezes apenas aproveitadores solertes e não crentes sinceros.

Velho edificador de capelas, o Santo Conselheiro ampliou sua ação construtora levantando dois templos. A igreja dedicada a Santo Antonio, conhecida por “igreja velha”; Bom Jesus era o patrono do outro templo, um monumento maior, de paredes sólidas, dando a impressão de uma casa-fortaleza, que se conservou de pé, embora destruída em diversos pontos. Foi por causa da igreja nova que principiou a guerra. O Conselheiro encomendara a comerciante de Juazeiro o tabuado da capela. Houve demora na entrega da encomenda. Espalhou-se que os jagunços iriam buscar o material, invadindo a cidade sanfranciscana. Houve pânico, do qual participou o juiz de direito, Dr. Arlindo Leone, que já se desentendera com o Bom Jesus, tempos atrás. O magistrado pediu força para garantir a cidade. Luís Viana atendeu à solicitação. A tropa comandada pelo tenente Pires Ferreira, em vez de aguardar em Juazeiro a anunciada aproximação dos jagunços, marchou contra Canudos. Deu-se mal. Atacado, defendeu-se, porém teve de recuar. Começava a guerra sangrenta, que durou quase um ano. Mais três expedições foram enviadas contra o reduto sertanejo e somente a derradeira, após insucessos parciais, ganhou a peleja. Quatro conselheiristas reagiram até o final dramático daquela luta entre irmãos. Com o gesto suicida daqueles heróicos sertanejos findou tudo. O vencedor, sem

compreensão e sem generosidade, trucidou os vencidos, degolando combatentes, velhos, mulheres, crianças.

Canudos entrou na história com uma página de inconcebível violência dos ganhadores. De diversos modos, o episódio do sertão baiano vem sendo contado e recontado, discutido e interpretado. É tema inesgotável, que seduz o historiador, o sociólogo, o folclorista, o cordelista, o poeta, o teatrólogo, o artista. Neste trabalho, a pugna de 97 é apresentada em série, por um pintor vigoroso, Trípoli Francisco Brito Gaudenzi. Nos quadros, como no livro imortal de Euclides da Cunha, deparamos a terra, o homem, a luta. Gaudenzi, que estudou o assunto sedutor, dá-nos uma visão magnífica do histórico acontecimento. A terra agreste, o homem destemido e a luta épica mereciam um grande pintor. E tiveram.

ODORICO TAVARES E A ORALIDADE CANUDENSE^(*)

Odorico Tavares (1912-1980), pernambucano sentimentalmente identificado com a Bahia, poeta e jornalista, durante muitos anos dirigente dos Jornais e Rádios Associados em nosso Estado, cidadão de Salvador, membro da Academia de Letras da Bahia, foi presença efetiva e afetiva na vida regional. Promoveu artistas e escritores, patrocinou iniciativas culturais, falou da terra e do povo com emoção poética. É um dos brasileirosbaianos de maior relevância.

Muitos e muitos anos dedicou à cidade histórica e mágica de Tomé de Souza. Sentia a sedução mística do mar na baía de Todos os Santos. Um dia, vendo que o mar não conhecia o sertão, nem o sertão sabia do mar, conforme oração famosa de Rui, Odorico Tavares, “deixando de arranhar a costa como caranguejo”, tomou o caminho das terras do centro. Foi Euclides da Cunha que lhe indicou o roteiro, no ano cinquentenário da guerra do Bom Jesus Conselheiro. Repórter de qualidade, já devidamente comprovado, o escritor de Timbaúba começou investigando a passagem pela Bahia do mais consagrado correspondente de guerra do século passado, o engenheiro Euclides Rodrigues da Cunha. Na sua lúcida perquirição, Odorico Tavares ouviu pessoas da família Cunha, entrevistando Arnaldo e Álvaro Pimenta da Cunha, primos do autor de **Os Sertões**, que conviveram com o inquieto correspondente de **O Estado de São Paulo**, na casa da rua da Mangueira, pertencente ao tio José (José Pimenta da Cunha), pai dos depoentes. Textos do livro consagrador e as páginas que o diretor dos Associados enviou para a revista **O Cruzeiro**, a mais destacada da época, foram incorporados à bibliografia euclidiana. “O repórter Euclides da Cunha” já representava uma achega valiosa e emocionante da passagem do ilustre escritor pela terra dos seus antepassados. Porém Odorico Tavares deliberou, acertadamente, dar novos passos na caminhada histórica a que se propunha.

(*) “Introdução” in TAVARES, Odorico. *Canudos. Cinquenta anos depois (1947)*. Bahia, Conselho Estadual de Cultura, Academia de Letras da Bahia, Fundação Cultural do Estado, 1993.

Jogou-se para o chão calcinado de Canudos. Não fez a jornada sozinho. Encontrou companheiro admirável, um jovem fotógrafo francês, recentemente chegado ao Brasil, a quem o chefe do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o extraordinário Rodrigo Melo Franco de Andrade, depositando a maior confiança, mandara ao Nordeste para fazer fotos do nosso acervo monumental. O moço, chamado Pierre Verger, tornar-seia um dos mais notáveis conhecedores da problemática afro-brasileira. Odorico ouviu sobreviventes da tragédia sertaneja e Verger fotografou os velhos, homens e mulheres, que haviam ouvido a palavra consoladora de Antonio Vicente Mendes Maciel. A “gravata vermelha” não liquidara todos os acompanhantes do grande peregrino. Ficaram alguns para contar a história. Cá no litoral, porém, pouco sabíamos a respeito dos sobreviventes do Belo Monte. Conhecíamos a tragédia de Canudos, sobretudo, nas páginas vibrantes do livro consagrado de 1902. Era a história relatada do lado de cá. Odorico começou a contar os fatos pela ótica do jagunço, do lado de lá. Nem sei se ele próprio sentiu o extraordinário valor da sua realização jornalística.

Existia, então, a segunda Canudos. As forças do general Artur Oscar de Andrade Guimarães haviam liquidado o povoado do Vaza-Barris. Proclamou-se, naquela fase de incompreensão, que o arraial maldito devia desaparecer para sempre. Restaram, apenas, as ruínas das igrejas de Santo Antonio e Bom Jesus e o cruzeiro fincado num pedaço de terra juncado de cadáveres. *Delenda Canudos* foi a palavra de ordem dos chefes militares vitoriosos. Cinquenta anos depois da sentença destruidora encontrava-se no mesmo local, reconstruído, um pequeno e pobre povoado. Para o lugar foram voltando singulares figuras humanas que escaparam do morticínio republicano. Chegaram aos poucos. Vencidos que se tornaram vencedores. Alguns deles, oitentões, tinham porte de memória. Sabiam recordar, embora nem sempre lhes fosse agradável pensar no que viram, no sofrimento dos últimos dias da “Tróia de barro”. Odorico Tavares soube conversar com eles. Impressionou-o, acima de todos, o velho Manuel Ciriaco. Era uma figura. Tinha talvez oitenta anos, “busto ereto como um rapaz de vinte”.

Ao pernambucano entrevistador, pareceu que o ancião lembrava Clemenceau. Está assim na reportagem de **O Cruzeiro**, embora não apareça nas páginas do livro agora reeditado. Já o jagunço José Travessia, avistado quando o jornalista associado procurava a cruz levantada no possível local da morte do coronel Pedro Nunes Tamarindo, lembrava dom Quixote. Travessia, que recusou a princípio ser fotografado por Verger, porque não fizera a barba e estava feio, disse o elogio de João Abade, o comandante da rua, o chefe do povo exaltando seu denodo, “com ele não havia moleza”. Também depuseram mulheres, lembrando trabalhos prestados nas tarefas cotidianas do Belo Monte. Maria Guilhermina, no julgamento de Odorico, tinha um olhar grave, mas Idalina Maria da Conceição, octogenária, era um espírito alegre. Todos, homens e mulheres, falaram do Santo Conselheiro com respeito, das virtudes, seu modo convincente e humilde de dar conselhos a todos impressionara.

O conhecimento da vida cotidiana dos conselheiristas ganha pontos nas páginas de Odorico Tavares. E marcam, sem sombra de dúvida, um novo momento na historiografia canudense, porque é um bem colhido documentário da história oral. Sua reedição em trabalho independente do livro **Bahia - Imagens da Terra e do Povo**, editado em 1951, surge num momento oportuno, quando se vai rememorar a chegada de Antonio Conselheiro ao povoado baiano de Canudos, que ele determinou mudar de denominação para Belo Monte, nos primeiros dias de junho de 1893. Faz um século.

Depois de Odorico Tavares muitos outros pesquisadores conversaram com sobreviventes, Nertan Macedo, Luciano Carneiro, Renato Ferraz, Paulo Dantas, Abelardo Montenegro, José Figueiredo Lobo, eu próprio, alguns outros. Dir-se-ia a fase da oralidade canudense, tão importante para a compreensão do episódio sertanejo, hoje estudado e discutido. Parece-me, porém, que todos nós não podemos nem devemos olvidar o pioneirismo de Odorico Tavares. Nenhum outro teve ensejo de ouvir tantos jagunços como ele, de divulgar nacionalmente as conversas ouvidas. A reedição de suas páginas, que o Conselho Estadual de

Cultura, a Academia de Letras da Bahia e a Fundação Cultural do Estado patrocinam, é uma tarefa a merecer elogios.

O CORONEL CÉSAR^(*)

Aproxima-se o centenário da morte do coronel de infantaria, Antonio Moreira César, abatido no ataque da III Expedição Militar contra Canudos, em março de 1897. O César, como era conhecido entre seus camaradas de farda, talvez não houvesse passado à História, se circunstâncias especiais não o transformassem num herói da recém-nata República Brasileira. A morte do discutido soldado e o desastre espetacular da força de linha que comandava ocorreram num delicado momento da vida nacional, quando republicanos exaltados, florianistas extremados, autênticos jacobinos, acreditavam que nos sertões da Bahia o místico Antonio Conselheiro era o mais poderoso chefe dos retrógrados restauradores, que ameaçavam a República de Deodoro, de Benjamim, de Floriano. A história da vida do destemido oficial estava, realmente, marcada por atos de violência e crueldade. Envolvera-se no assassinio de um jornalista de linguagem desabrida, Apulcro de Castro, em plena capital do Império, autorizara fuzilamentos de militares e civis no Estado de Santa Catarina, onde exercera, no governo do vice-presidente marechal Floriano Peixoto, o poder militar sem limitação. Participara de certos pronunciamentos militares em Sergipe, na Bahia, na Ilha do Governador. Alguns destes fatos ficariam rotineiramente anotados nos seus assentamentos militares. Os historiadores catarinenses comentariam com acrimônia suas ordens de fuzilamento, muito faladas na época. Alguns justificariam seus crimes como conseqüência do “mal sagrado” da epilepsia, que o atormentava. No cotidiano, era um homem de modos moderados até mesmo cortesões, desfrutando bom conceito como profissional da farda. Suas convicções republicanas, suficientemente comprovadas, garantiram-lhe lugar destacado naquele mundo dos chamados republicanos históricos e muitos temiam seus impulsos agressivos, que várias vezes explodiam contrastando com aquela cordialidade mais frequente. Porém seria Canudos sua grande presença histórica.

(*) Publicado como “Prefácio” in FONTES, Oleone Coelho. *O Treme-Terra: Moreira César, a República e Canudos*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1996.

Favorecido pelas vagas abertas com as punições republicanas, alcançou postos militares com rapidez, mas morreu sem chegar ao generalato. Insinuou-se, no fim da era florianista, que o poderoso alagoano nele não encontrara apoio para permanecer no poder. A atitude, se verdadeira, conta ponto a favor do indigitado *Corta-pescoço* da poesia popular sertaneja.

O desastre da III Expedição e o fim trágico do seu chefe deram um tom novo e preocupante. O governo e a opinião pública acreditavam que o coronel César faria um passeio militar, abateria a jagunçada e retomaria ao Rio de Janeiro como o outro César, depois de ter ido, visto e vencido. O insucesso abalou o País, a Capital Federal e a cidade de São Paulo, principalmente, provocando agitações de rua, com depredações e mortes.

Nunca um derrotado ganhou maiores proporções neste País. O cidadão ficou enfurecido, enquanto a gente do sertão do Conselheiro exultou. A tragédia da força republicana foi uma grande festa sertaneja. A guerra fratricida de 1896-1897 ganhou uma dupla de heróis: Conselheiro e Moreira César. Os pesquisadores da oralidade interiorana, hoje numerosos e lúcidos, somente ouvem falar, quando querem saber notícias do conflito do Belo Monte, em Antonio Conselheiro e Antonio Moreira César.

Euclides da Cunha, nas páginas imortais e imortalizadoras de ***Os Sertões***, deixou-nos um perfil antológico de Moreira César. Na galeria de retratos históricos que debuxou para a posteridade a figura do governador militar de Santa Catarina é das mais salientes. Como sempre acontece nos julgamentos euclidianos, há muitos *talvez sim, talvez não* na montagem da personalidade do César. Além de Euclides, os combatentes tenente coronel Dantas Barreto e o tenente Macedo Soares, em livros escritos ao calor da hora, deram ligeiras notícias do inditoso soldado. De vez em quando, no decorrer de quase século que nos separam do insucesso de 97, alguns artigos aparecem. Agora, porém, é que surgiu a primeira biografia do César. Escreveu-a, com o entusiasmo que

emprega nos seus trabalhos e nas suas atitudes, o jornalista baiano Oleone Coelho Fontes, anteriormente autor de uma biografia de Lampião e de um romance regional.

O livro de Oleone Fontes apresenta o mérito inicial e valioso de não ser uma obra improvisada. Procurou conhecer, durante alguns anos, a vida de Antonio Moreira César, principalmente na sua caminhada para a morte. Viu o material escrito no qual se respigam, aqui e ali, informes sobre Moreira César, seu tempo, sua derradeira tarefa de militar, que tomou também conexões políticas. Serviu-se fartamente do material guardado no Núcleo Sertão, da Universidade Federal da Bahia. Recolheu achegas nas coleções de jornais baianos da época do Conselheiro. Ouviu – e como ouviu – sertanejos que falaram do homem de pequena estatura e poderosa força física que veio morrer na casa grande da fazenda Canudos. Estes inúmeros depoimentos como que reconstituíram as pegadas do comandante da III Expedição e seus comandados, na marcha para a derrota terrível. Na coleta de perquirições, Oleone Fontes recolheu um mundo de versões sobre a morte do *Treme-Terra*. Quem matou Moreira César? As versões são inúmeras. Umas estão nos livros, outros brotam da oralidade pesquisada. Dir-se-ia que nunca tantos mataram um só. No imaginário popular, a bala que liquidou Moreira César veio de pontos diferentes, de armas diversas, contratadas por inimigos sem conta. Muita gente encomendou o fim do famoso paulistano, por causas bem diversas. Como figura sempre no linguajar sertanejo foi uma morte de encomenda.

Enamorado do sertão, Oleone Fontes, que estuda as origens do conselheirismo, focaliza aspectos políticos de âmbito nacional e estadual, faz questão de apresentar ao leitor o chão calcinado das andanças de Antonio Vicente e do marche-marche de Moreira César. Há história e geografia nos capítulos do *Treme-Terra*. A obra ganha assim contorno de caminho histórico, que poderá vir a ser também – e Deus permita que em pouco tempo – roteiro turístico. Mais cedo ou mais tarde, apesar dos rigores da estiagem, o brasileiro vai sentir o

desejo de conhecer o leito do Vaza-Barris, os lugares dos combates, a paisagem do sertão bem sertão. A obra de Oleone Fontes, no passo a passo da Terceira Expedição, tomar-se-á compêndio valioso para melhor *sertanejar* o Brasil.

UM BOM DEPOIMENTO^(*)

Alvim Martins Horcades era, na época da Campanha de Canudos, um dos líderes acadêmicos da Bahia. Natural de Porto Seguro, filho do casal Francisco Martins Horcades e dona Maria Ramos Horcades, nascido em 1860, Martins Horcades formou-se em Farmácia, na turma de 1902 e colou grau em Medicina no ano seguinte. Foi o orador das duas turmas, indicação evidente de sua liderança na velha Faculdade do Terreiro de Jesus. Seu nome aparece com frequência nos jornais da época, principalmente no ***Diário de Notícias***, do qual foi colaborador. Era de se esperar que, convocados os estudantes de Medicina e Farmácia para a prestação de serviços profissionais nos campos de luta, ao tempo da Expedição Artur Oscar de Andrade Guimarães, o jovem Martins Horcades atendesse ao apelo das autoridades baianas e se incorporasse ao grupo de saúde que foi servir nos arredores do Belo Monte. Além da sua dedicada colaboração profissional, mencionada em algumas oportunidades, Horcades enviou reportagens para o ***Diário de Notícias***, na qualidade de correspondente de guerra da gazeta salvadoreense. Depois da famigerada campanha sertaneja, Alvim Martins Horcades, no ***Jornal de Notícias***, de Salvador, escreveu, em 1898, uma série de artigos narrando episódios da guerra, naturalmente encarados, sobretudo, sob a ótica dos serviços de saúde. Os artigos, em 1899, apareceram em livro publicado pela Lito-Tipografia Tourinho, à praça do Ouro nº 5, com o título ***Descrição de uma viagem a Canudos***. Trata-se de uma valiosa colaboração à história da guerra do Conselheiro, principalmente pela coragem de suas afirmações a respeito dos inomináveis degolamentos praticados depois do conflito, no qual foram vítimas pobres sertanejos, como o caso de Antonio Beatinho, possivelmente sacristão do Bom Jesus Conselheiro, que se apresentou aos vencedores como um agente de paz, recebendo do general em chefe a garantia de suas vidas. No ardor da juventude, Horcades denuncia a matança com muita coragem, sabendo mesmo

(*) Publicado originalmente em *A Tarde Cultural*, Salvador, 16 nov. 1996.

que poderia sofrer as conseqüências da temerária afirmação, divulgada muito antes da publicação d'**Os Sertões**, que é de 1902.

A monografia de Alvim Horcades, cuja tese de doutoramento em Medicina versou sobre o tema - **O beijo**, é um bom repositório de informações, muitas vezes de caráter crítico, que o estudioso da pugna conselheirista não pode desconhecer. Não tendo o livro tido segunda edição, sendo hoje raridade bibliográfica, a proposta do professor Fernando da Rocha Peres de sua reedição pela Universidade, quando se comemora o 50º da UFBA e rememora o centenário de Canudos, indicação agora tornada realidade pelo professor Gustavo Aryocara de Oliveira Falcón, vai constituir, sem dúvida, uma das melhores iniciativas deste ano duplamente comemorativo. A guerra do Belo Monte, iniciada a 21 de novembro de 1896, com o choque de Uauá, poderá ser estudada nas páginas do acadêmico Martins Horcades, testemunha do sangrento prélio das margens do Vaza-Barris, onde assistiu, com desvelo, combatentes, inclusive um dos melhores soldados da Quarta Expedição Militar, o tenente coronel Antonio Tupi Ferreira Caldas, que morreu nos seus braços.

AS MULHERES DE “OS SERTÕES”^(*)

Afrânio Peixoto, em 1911, ao ingressar na Academia Brasileira de Letras, revelou que Euclides da Cunha declarara, certa feita, com jactância, que as mulheres não apareciam nos seus livros. Ouçamos as próprias palavras do romancista baiano referindo-se ao autor de **Os Sertões**: “Não escreveu de um regato, de um crepúsculo, canto de pássaro ou capricho de mulher. Jactou-se mesmo, uma vez, de não haver em todos os seus livros, uma só destas criaturas”¹⁸¹.

A revelação de Afrânio Peixoto, anunciada há quase meio século, ainda não mereceu, ao que nos conste, estudo, ou simples comentário objetivo, embora o comportamento de Euclides da Cunha diante de outro sexo já tenha sido encarado por alguns estudiosos de sua vida. Propomo-nos, agora, perquirir o tema, procurando situá-lo dentro no campo específico das nossas pesquisas - as páginas de **Os Sertões**.

Observamos, inicialmente, que nenhum nome, documento ou data foi invocado por Afrânio Peixoto em abono de sua assertiva. Tudo quanto ficou, em verdade, como ponto de partida para estudo e debate do assunto em apreço, foi uma simples referência encaixada num discurso de fino lavor literário. Teria mesmo Euclides da Cunha afirmado que o elemento feminino não figurava nos trabalhos de sua autoria? Por que o teria dito com jactância? Desagradaria, porventura, ao notável escritor, a presença das filhas de Eva no bojo dos seus livros? Ou teria Afrânio Peixoto, em vista de certas premissas, concluído que deveria ser aquele o pensamento do vigoroso publicista brasileiro? Não estamos em condições de responder às perguntas formuladas. Queremos, apenas, suscitando as

^(*)Publicado in CALASANS, José. *No tempo de Antonio Conselheiro*. Salvador: Livraria Progresso / Universidade da Bahia, 1959. p. 7/23.

¹⁸¹ PEIXOTO, Afrânio. *Poeira da Estrada*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc., 1947. p. 37.

questões, ressaltar, desde logo, a posição do próprio Euclides, talvez envolvido em situações que não criou. Não antecipemos, porém, as nossas conclusões. As reações de Euclides da Cunha em face do belo sexo, conforme assinalamos anteriormente, têm sido consideradas por alguns dos seus críticos e biógrafos. Uma vida sem amor, vazia de afeição feminina, proclamam todos eles. Francisco Venâncio Filho, constatando a ausência de cartas de amor na sua correspondência, admitiu que “ele decerto não as escreveu”¹⁸². Carlos Chiacchio, por seu turno, concluiu que Euclides não tivera um amor, faltando-lhe, portanto, “esse oásis de ternura para os voos repousantes das canseiras”¹⁸³. No mesmo sentido formou Gilberto Freyre opinando, em penetrante ensaio: “Como tantos brasileiros do tempo do Império – o próprio Imperador talvez – e dos seus dias de homem feito parece que o próprio Rio Branco – Euclides da Cunha foi um indivíduo que nunca se completou em adulto feliz ou personalidade madura e integral, a quem a colaboração doce ou inteligente, ou simplesmente a inspiração constante de uma mulher, tivesse acrescentado zonas de sensibilidade, de compreensão e de simpatia humana, que o homem sozinho não percorre senão angustiado; ou não percorre nunca”¹⁸⁴. Sílvio Rabelo, o maior dos seus biógrafos, também focalizou a posição de Euclides da Cunha em frente ao sexo feminino, escrevendo: “O amor de mulher, que não encontrou na mãe, morta quando pequenino, não encontrou em ninguém – nem naquela a quem se ligara por toda vida, nem em amante ou simples namorada. A presença do outro sexo nada acrescentava ao homem seco e triste que ele era, em conforto pessoal, em gosto do mundo, em pletora de vida. O outro sexo, ele o trazia narcisicamente em si mesmo. Não se conhece nenhum gesto, palavra ou apenas olhar que indicasse a ternura do homem saudável pela mulher ou pelas mulheres que fosse encontrando pelo caminho”¹⁸⁵. Em que pese a autoridade do

¹⁸² VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha a seus amigos*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938. p. 9.

¹⁸³ CHIACCHIO, Carlos. “O grande mal”. *Jornal de Ala*, Bahia, v. 2, n. 3, 1940.

¹⁸⁴ FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: Livr. José Olympio, 1938. p. 106.

mestre Sílvio Rabelo, parece-nos que não devemos continuar colocando em termos tão negativos as relações de Euclides com o belo sexo. É possível respigar, aqui e ali, alguma coisa no sentido de modificar o rigorismo do seu comportamento. Vamos encontrar, por exemplo, numa carta a Domício da Gama, o autor de **Contrastes e Confrontos** a falar, quixotesicamente, em defesa de mulheres. Comunicando ao amigo que tomara partido ao lado da Bolívia contra o Peru, disse: “É uma das minhas quixotadas. Constituí-me, para satisfazer à índole romântica, um cavaleiro andante da Bolívia contra o Peru. Por que? Talvez porque a Bolívia... é mulher”¹⁸⁶. Também encontramos-lo a dizer galanteios. Em casa do major Solon Ribeiro, quando lá apareceu pela primeira vez e avistou aquela que seria sua esposa, rabiscou, num pedaço de papel, estas palavras: “Entrei aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem”¹⁸⁷. Dir-se-á, contudo, que semelhantes manifestações são esporádicas na vida do publicista, sempre pouco propenso ao envolvente encanto das mulheres, de certo modo uns fantasmas para ele. Nos últimos anos de sua vida, segundo depoimentos de Coelho Neto e Firmo Dutra, corroborados por uma carta do próprio Euclides a Alberto Rangel, havia um fantasma feminino, “a dama de branco”, a persegui-lo, frequentemente, roubando-lhe muitas vezes o sono, quase sempre agitado, inquieto¹⁸⁸.

Uma existência como a de Euclides da Cunha, tão pobre de amor e tão vazia de mulheres, haveria de refletir, necessariamente e de modo especial, na sua atitude de escritor em face do mundo feminino. Não tendo sido autor de obra de ficção que lhe permitisse a liberdade de criar suas mulheres, delas fazendo o que bem quisesse, a Euclides da Cunha restou, apenas, o direito de interpretar a

¹⁸⁵ RABELO, Sílvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: C.E.E., 1948. p. 453.

¹⁸⁶ VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Op cit.*, p. 191.

¹⁸⁷ PONTES, Eloy. *A vida dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Livr. José Olympio, 1938. p. 106.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 319.

seu modo as personagens femininas que foram surgindo na área dos estudos históricos e sociais que lhe coube investigar. Ora, de um modo geral, os temas versados por Euclides da Cunha não davam ensejo ao surgimento de mulheres. Problemas políticos, assuntos geográficos, questões internacionais, aspectos econômicos, que constituem a grande maioria dos seus escritos, não são, está claro, setores propícios à presença de representação do chamado sexo frágil. Do exposto, poder-se-ia concluir que a declaração atribuída a Euclides da Cunha seria perfeitamente lógica e coerente. A ausência de mulheres na obra euclidiana estaria plenamente justificada. Estudioso objetivo, trabalhando com o material que lhe vinha às mãos, Euclides não seria obrigado a forçar a inclusão do belo sexo nos ensaios que publicou. A aceitação da tese, porém, não pode ser definitiva. Somos levados a pensar, em vista de certos fatos, que houvesse mesmo de sua parte a intenção de afastar as mulheres. A hipótese ganha terreno com o caso de Castro Alves. Duas vezes, primeiro na Academia Brasileira de Letras e depois no Centro Onze de Agosto, Euclides da Cunha falou do grande condoreiro, seu patrono na Casa de Machado de Assis, sem dar importância à vida amorosa do romântico defensor dos escravos. Sentimos que havia o desejo de fugir deliberadamente de enfrentar o assunto, que parece claro no trecho seguinte da conferência pronunciada em São Paulo, sublinhemos, perante a mocidade acadêmica: “De ordinário, quando se trata da vida exterior de Castro Alves, episódiam-se, longamente, os seus triunfos nos salões, ou nos teatros da época, onde lhe prefulgia a beleza varonil realçada pela glória nascente. Ou então a rivalidade boêmia com aquele extraordinário Tobias Barreto, que sendo mestiço se tomava mais brasileiro do que o poeta baiano, se a sua veemente alma tropical não resfriasse sob as duchas enregeladas de quatro ou cinco filosofias da Alemanha. E agitam-se a propósito algumas anedotas inexpressivas e graciosas, em que se entrouxam as saias de Eugênia Câmara e a túnica da mulher de Putifar. Não nos percamos por aí”¹⁸⁹.

¹⁸⁹ CUNHA, Euclides da. *Castro Alves e o seu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. p. 24.

E mudou de rumo. Talvez, realmente, não quisesse as mulheres nos seus livros. Não as deixaria nem mesmo na companhia de Castro Alves, cuja exuberante vida sentimental contrastava, flagrantemente, com o modo de ver e de sentir do seu ilustre crítico. A diferença existente entre os dois, sobretudo em face do mundo feminino, certamente influenciou para que Euclides da Cunha se mostrasse reticente no entendimento do vate, no famoso discurso de posse da Academia de Letras. Tese sugestiva, sem dúvida alguma, para discussão e debate, se não fosse outro o caminho que teremos de palmilhar. Marchemos, pois, para **Os Sertões**.

É na obra famosa que se tornam visíveis aos olhos dos pesquisadores as mulheres de Euclides da Cunha. Causa pena vê-las. Estão terrivelmente marcadas, duramente estigmatizadas. São feias, megeras, bruxas, viragos, zanagas. Uma autêntica caqueirada humana, que o autor parece ter tido o prazer de debuxar. Há, todavia, naquele imenso deserto de beleza, um “rosto formosíssimo”, aclarado por “uns olhos grandes e negros”, verdadeiro oásis de graça feminina. Documentemos as afirmações.

No drama de Canudos, ou mais exatamente, no drama de Antonio Conselheiro, Euclides da Cunha vislumbrou três mulheres. A primeira, Helena Maciel, tia do “Santo Conselheiro”, participante direta e ativa nas lutas renhidas que os Maciéis de Quixeramobim sustentaram contra os poderosos Araújo dos sertões cearenses. Helena, que um velho cronista da terra de Iracema chamou de Nêmesis da família, era um estranho tipo de mulher, terrível pelo seu espírito de vingança, pela infernal capacidade de urdir tocaias. A segunda, a mãe do Conselheiro, acusada pela tradição popular de ter levado o filho a matar a própria esposa, representava o tipo tão mal compreendido da sogra. Envolvida nas teias de uma lenda arrepiadora, Maria Joaquina de Jesus, falecida quando o futuro milagreiro era ainda uma criança, ficou, nas crônicas de Canudos, injustamente julgada. A terceira, prima e mulher do chefe carismático do Belo Monte, de vida irregular e leviana, afinal abandonada pelo marido em

conseqüência de sua notória infidelidade. A respeito das três mulheres não nos disse Euclides da Cunha nada de importante. Limitou-se a registrar o que ouvira ou lera, considerando, porém, na existência singular do peregrino cearense, que a “mulher foi a carga adicionada à tremenda tara hereditária, que desequilibraria uma vida iniciada sob os melhores auspícios”¹⁹⁰. Atribuiu, então, ao “Santo Conselheiro”, como resultante da desgraça conjugal, uma atitude de permanente repulsa diante da beleza feminina, identificando-o, neste passo, com os seguidores de Montanus. “A beleza”, escreveu Euclides, “era-lhes a face tentadora de Satã. O Conselheiro extremou-se mesmo no mostrar por ela invencível horror. Nunca mais olhou para uma mulher. Falava de costas mesmo às beatas velhas, feitas para amansarem sátiros”¹⁹¹.

Acreditamos que não será despropositado indagar, terminada a literatura do trecho acima, se na imputação feita ao Bom Jesus Conselheiro não estaria também o biógrafo se projetando no pensamento do biografado? Talvez houvesse uma semelhança de atitude diante da “face tentadora de Satã”...

Ao lado das três mulheres, isoladamente apresentadas, que Euclides não conheceu, vamos, agora, focar, numa visão de conjunto, o mundo feminino sertanejo, visto realmente pelo escritor. Necessitamos, porém, primeiramente, indagar onde, quando e em que condições viu Euclides as mulheres de Canudos.

Chegando à Cidade do Salvador, como correspondente do **Estado de São Paulo** e integrando o estado-maior do marechal Machado Bittencourt, ministro da guerra, a 7 de agosto de 1897, Euclides da Cunha permaneceu na capital baiana até o último dia do mês, quando partiu para o teatro de operações. Durante o tempo em que esteve na velha cidade, freqüentou os jornais, visitou

¹⁹⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946. p. 160.

¹⁹¹ *Idem*, p. 170.

hospitais e quartéis, colhendo notas, ouvindo militares e civis e até mesmo o jaguncinho trazido pelo coronel Carlos Teles - de todos procurando saber notícias da guerra e dos costumes sertanejos. Nada registrou, nas reportagens enviadas ao seu jornal, no decorrer dessa primeira fase, a respeito das mulheres de Canudos. Somente a 3 de setembro, na então vila de Queimadas, um dos centros de operação contra os conselheiristas, avistou o jovem jornalista um grupo de prisioneiras. Este primeiro contato com as jagunças estaria fadado a ter influência no processo de elaboração do grande livro. “Acabam de chegar, há meia hora”, escreveu o repórter da gazeta paulista, “nove prisioneiras; duas trazem no seio crianças de poucos meses, mirradas como fetos; acompanham-nas quatro pequenos de três a cinco anos”. E logo adiante: “Das mulheres, oito são monstros envoltos em trapos repugnantes, fisionomias duras de viragos de olhos zanagos ou traiçoeiros. Uma, porém, destaca-se. A miséria e as fadigas cavaram-lhe o rosto mas não destruíram a mocidade; a formosura ressurgiu, imortal, a despeito das linhas vivas dos ossos apontando duramente no rosto emagrecido e pálido. Olhos grandes e negros em que se reflete uma tristeza soberana e profunda”. “Satisfez a curiosidade dos circunstantes contando uma história simples; uma tragédia em meia dúzia de palavras; um drama quase banal agora, com o epílogo obrigado de uma bala certa de Manulicher ou estilhaço de granada”¹⁹². Na mesma localidade e no mesmo dia, um outro homem de imprensa, Lélis Piedade, viu igualmente as pobres mulheres e deu notícia do encontro aos leitores do **Jornal de Notícias**, de Salvador, diário dirigido por Aloísio de Carvalho, o velho. “O fato mais interessante de minha visita de três horas”, contou ele, “tanto quanto me permitiu o tempo, foi o de uma conversação com um grupo de jagunças que vieram presas para aqui. Nove mulheres, algumas mal encaradas, feias, verdadeiras fúrias. Três ou quatro simpáticas, entre as quais uma Isabel de tal, clara, rosada, e amamentando uma criancinha de cerca de três meses, a que deu à luz por ocasião do célebre

¹⁹² CUNHA, Euclides da. Canudos. *Diário de uma expedição*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939. p. 69.

combate de Cocorobó”¹⁹³. No dia seguinte voltou Lélis Piedade a procurar as míseras mulheres, escrevendo: “Fui ter de novo com as 9 prisioneiras. A Isabel (uma que se julgava princesa) é um tipo completo do brasileiro legítimo. – Olhar seguro, penetrante e bonito, rosto fino e cor de cobre, cabelos negros e abundantes, dentadura alva e correta, cheia de espírito enfim. As provações e a imundície, porém dão-lhe um aspecto singular. Há uma outra Isabel, uma verdadeira desgraçada e digna de dó, muito simpática. Amamenta uma criancinha muito terna”¹⁹⁴.

É expressiva, sem dúvida alguma, a circunstância de os dois homens encararem, diferentemente, as jagunças de Canudos, destacando Euclides, do grupo, apenas uma, enquanto Lélis Piedade falou, simpaticamente, de três ou quatro. Julgamos, porém, tomando por base os traços descritos pelos jornalistas citados, que devemos identificar em Isabel, “de olhar seguro, penetrante e bonita”, a moça formosa, de “olhos grandes e negros”, exaltada por um homem pouco expansivo nas manifestações sobre o belo sexo, como era Euclides da Cunha. A beldade de Queimadas não iria ficar arquivada nas colunas do jornal paulista. Tendo, de feito, impressionado Euclides da Cunha, ela ganharia a honra de figurar, embora anonimamente, nas páginas imortais de **Os Sertões**. Naquele por assim dizer museu de fealdade, repleto de bruxas rebarbativas e megeras esqueléticas, o “rosto formosíssimo” de Isabel, duas vezes focalizado, ganha para nós um sentido especial. Encontramo-la, pela primeira vez, de modo indeterminado, na reconstituição admirável da cerimônia diária das orações, quando o arraial fatídico ficava concentrado em torno do “Santo Conselheiro”, com o agrupamento das mulheres invariavelmente separado do grupo masculino. “Ali estavam”, inicia Euclides a descrição, “gafadas de pecados velhos, serodidamente penitenciados, as beatas – êmulos das bruxas das igrejas – revestidas da capona preta, lembrando a holandilha fúnebre da Inquisição; as

¹⁹³ PIEDADE, Lélis. *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*. Bahia, 1901, p. VI.

¹⁹⁴ *Idem*, p. IX.

solteiras, termo que nos sertões tem o pior dos significados, desenvoltas e despejadas, soltas na garridice sem freios; as *moças donzelas* ou *moças damas*, recatadas e tímidas; e honestas mães de família, nivelando-se pelas mesmas rezas”. E prossegue: – “Faces murchas de velhas – esgrouviados viragos em cuja boca deve ser um pecado mortal a prece; – rostos austeros de matronas simples, fisionomias ingênuas de raparigas crédulas, misturavam-se em conjunto estranho”. Mais ainda – “Todas as idades, todos os tipos, todas as cores”. E depois – “Grenhas maltratadas de crioulas retintas, cabelos corredios e duros de caboclas; trunfas escandalosas, de africanas; madeixas castanhas e louras de brancas legítimas, embaralhavam-se, sem uma fita, sem um grampo, sem uma flor, o toucado ou a coifa mais pobre. Nos vestuários singelos de algodão ou chita, deselegantes e escorridos, não havia lobrigar-se a garridice menos pretensiosa: um xale de lã, uma mantilha ou um lenço de cor, atenuando a monotonia das vestes encardidas quase reduzidas a saias e camisas estraçadas, deixando expostos os peitos cobertos de rosários, de verônicas, de cruces, de figas, de amuletos, de dentes de animais, de bentinhas ou de nômimas encerrando *cartas santas*, únicos atavios que perdoava a ascese exigente do evangelizador. Aqui, ali, extremado-se a relanços naqueles acervos de trapos, um ou outro rosto formosíssimo, em que ressurgiam, suplantando impressionadamente a miséria e o sombreado de outras faces rebarbativas, as linhas desta beleza imortal que o tipo judaico conserva imutável através dos tempos. Madonas emparceiradas a fúrias, belos olhos profundos, em cujos negrimes afuzila o desvario místico; fronte adoráveis, mal escampadas sob os cabelos em desalinho, eram profanação cruel afogando-se naquela matulagem repugnante que exsudava do mesmo passo o fartum angulhento das carcaças imundas e o lento salmear dos benditos lúgubres como responsórios ...”¹⁹⁵.

“O perfil judaico” e os “olhos grandes e negros” reaparecem, depois, constituindo uma exceção no meio de “mulheres repugnantes”. O quadro de Queimadas,

¹⁹⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946. p. 199.

novamente. “As mulheres eram”, diz Euclides, “na maioria, repugnantes. Fisionomias ríspidas, de viragos, de olhos zanagas e maus. Destacava-se, porém, uma. A miséria escavara-lhe a face, sem destruir a mocidade. Uma beleza olímpica ressurgia na moldura firme de um perfil judaico, perturbados embora os traços impecáveis pela angulosidade dos ossos apontando duramente no rosto emagrecido e pálido, aclarado de olhos grandes e negros, cheios de tristeza soberana e profunda”¹⁹⁶.

Em Monte Santo, a sete de setembro, deparou Euclides outras mulheres. Não eram mais jagunças prisioneiras; estava diante de vivandeiras, depois descartadas por um outro participante da guerra fratricida, o poeta Francisco Mangabeira, da ínclita geração dos Mangabeiras da Bahia. O correspondente do **Estado de São Paulo** não as olhou com ternura, nem sequer com simpatia, vendo naquelas companheiras dos soldados apenas uma “multidão rebarbativa de megeras esqueléticas e feias na maioria”¹⁹⁷, ponto de vista que confirmaria em **Os Sertões**, ao dizer que as vivandeiras eram “bruxas, de rosto escaveirado e envelhecido”¹⁹⁸.

Bruxas, megeras, viragos, mulheres repugnantes surgem sempre. Defronte de Canudos, o jornalista conversou com duas novas prisioneiras, mãe e filha, sendo a “primeira, esquelética, esquelética e repugnante e a segunda, mais forte, de feições atraentes”¹⁹⁹. E quando Antonio Beatinho, nos derradeiros dias da luta, conseguiu trazer para o acampamento legal um grande contingente de fanáticos, as mulheres eram “velhas espectrais, moças envelhecidas, velhas e moças indistintas na mesma fealdade, escavadeiras e sujas”, delas sobressaindo “uma

¹⁹⁶ *Idem*, p. 523.

¹⁹⁷ CUNHA, Euclides da. *Canudos. Diário de uma expedição*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939. p. 77.

¹⁹⁸ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946. p. 484.

¹⁹⁹ CUNHA, Euclides da. *Canudos. Diário de uma expedição*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939. p. 92.

megera assustadora, bruxa rebarbativa e magra – a velha mais hedionda talvez destes sertões - a única que alevantava a cabeça espalhando sobre os espectadores, como faúlhas, olhares ameaçadores”²⁰⁰.

Euclides também viu, no Quartel General da campanha, uma sertaneja de “gesticulação incorreta, desabrigada e livre”. Denominou-a “um virago perigoso”; acrescentando – “aquela mulher, aquele demônio de anáguas, aquela bruxa agourentando a vitória próxima – foi degolada...”²⁰¹. Certamente não estava de acordo com a medida extrema adotada, que condena nas entrelinhas, mas concordava que a infeliz era uma bruxa, um virago. Devia ser também uma megera, classificação que atingia até as próprias santas. No santuário do Belo Monte havia imagens de “Marias Santíssimas, feias como megeras...”²⁰².

Terminado o desfile das mulheres na obra-prima de Euclides da Cunha – podemos formular algumas conclusões. Em primeiro lugar, temos que considerar destituída de fundamento a suposta declaração do escritor negando a presença do elemento feminino nos seus livros. Depois, embora reconhecendo a situação anormal da comunidade estudada, apontar uma evidente tendência do autor no sentido de assexuar as mulheres focalizadas nas suas páginas coloridas e fortes. E, finalmente, tendo em vista o episódio de Queimadas, sugerir aos intérpretes da vida e da obra de Euclides da Cunha, neste ano em que se passa o cinquentenário do seu trágico desenlace, uma revisão no estudo do seu comportamento face ao belo sexo, para que não se generalize a suposição de que ele era absolutamente incapaz de ver e admirar as mulheres encontradas na jornada fatigante de sua vida.

²⁰⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946. p. 603.

²⁰¹ *Idem*, p. 568.

²⁰² *Idem*, p. 185.

EUCLIDES DA CUNHA E SIQUEIRA MENEZES^(*)

1 - Siqueira Menezes é um dos heróis de **Os Sertões**. Seu nome aparece destacadamente no grande livro que Euclides da Cunha dedicou à Campanha de Canudos. Nenhum outro militar saiu mais engrandecido das páginas eloquentes da obra famosa do que o “jagunço alourado”, a quem Euclides chamou o “olhar da expedição”. O perfil do tenente-coronel José Siqueira de Menezes, entusiasticamente traçado pelo notável escritor brasileiro, vale uma verdadeira consagração. “Ninguém até então”, escreveu o autor de **À Margem da História**, “compreendera com igual lucidez a natureza da campanha, ou era melhor aparelhado para ela. Firme educação teórica e espírito observador, tornavam-no guia exclusivo daqueles milhares de homens, tateantes em região desconhecida e bárbara. Percorrera-a quase só, acompanhado de um ou dois ajudantes, em todos os sentidos. Conhecia-a toda; e infatigável, alheio a temores, aquele campeador, que se formara fora da vida dos quartéis, surpreendia os combatentes mais rudes. Largava pelas chapadas amplas, perdia-se no deserto referito de emboscadas, observando, estudando e muitas vezes lutando. Cavalgando animais estropeados, inaptos a um meio galope frouxo, afundava nos grotões; varava-os; galgava os cerros abruptos, em reconhecimentos perigosos; e surgia no Caipan, em Calumbi e no Cambaio, em toda parte, mais preocupado com a carteira de notas e os croquis do que com a vida”.

“Atraía-o aquela natureza original. A sua flora estranha, o seu fâcies topográfico atormentado, a sua estrutura geognóstica ainda não estudada – antolhavam-se-lhe, largamente expandidas, em tomo, escritas numa página revolta da Terra, que ainda ninguém lera. E o expedicionário destemeroso fazia-se, não raro o pensador contemplativo. Um pedaço de rocha, o cálice de uma flor ou um acidente do solo, despeavam-no das preocupações da guerra, levando-o A

^(*)Publicado em *Arquivos da Universidade da Bahia - Faculdade de Filosofia*, Vol V, Bahia, 1956. Republicado, em edição do autor, em 1957 (Aracaju/Sergipe, Livraria Regina Ltda).

jagunços. Assombrava-os aquele homem frágil, de fisionomia nazarena, que, apontando em toda parte com uma carabina à bandoleira e um podômetro preso à bota, lhes desafiava a astúcia e não tremia ante as emboscadas e não errava a leitura da bússola portátil entre os estampidos dos bacamartes”.

“Por sua vez o comandante em chefe avaliara seu valor. O tenente-coronel Siqueira de Menezes era o olhar da expedição. Oriundo de família sertaneja do norte e tendo até próximos colaterais entre os fanáticos, em Canudos, aquele jagunço alourado, de aspecto frágil, física e moralmente brunido pela cultura moderna, a um tempo impávido e atilado – era a melhor garantia de uma marcha segura. E deu-lhe um traçado que surpreendeu os próprios sertanejos”²⁰³.

O longo trecho citado, ao qual poderíamos acrescentar outras expressivas palavras de Euclides da Cunha, conferiu a Siqueira Menezes a honra de figurar na esplêndida galeria das personagens euclidianas. Escudado nesta qualidade de herói de **Os Sertões**, respeitado e admirado pelos feitos que praticara e vinham narrados no livro imortal, o doutor Siqueira exerceu, após a luta do Bom Jesus Conselheiro, importantes missões militares e relevantes posições políticas. Foi comandante da Brigada Policial do Distrito Federal e do 3º Distrito Militar (Bahia); prefeito do Alto Purus, onde fundou a cidade de Sena Madureira; presidente de Sergipe no triênio 1911-1914; senador da República, representando seu Estado natal, de 1915 a 1923. Em todas essas funções, aparecia sempre na posição privilegiada de herói de **Os Sertões**, o que, de certo modo, valorizava o próprio posto que estava desempenhando. “Fisionomia nazarena”, “pensador contemplativo”, “olhar da expedição”, “jagunço alourado” eram palavras lembradas pelos áulicos nas louvações entoadas ao ilustre soldado. Em Aracaju, conta-nos Gilberto Amado nas suas memórias, “o general

²⁰³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, 20ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946. p. 380-1.

presidente era o personagem de Euclides, o tenente-coronel expedicionário de Canudos”²⁰⁴.

Armando Guaraná, no utilíssimo **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**, também fere a mesma tecla: “de sua atuação em Canudos fala Euclides da Cunha com grandes encômios no seu livro **Os Sertões**, nas páginas 380 e 381”²⁰⁵. Sempre Siqueira ligado ao livro de Euclides...

2 - Figurando, com referências encomiásticas, numa obra notável, tendo participado ativamente da campanha que Euclides da Cunha estudou, o tenente-coronel José de Siqueira Menezes devia formar seu juízo pessoal a respeito do livro e do autor. Opinião que, seria lógico admitir, devia encarar com simpatia, senão mesmo gratidão, o escritor nacional que assegurara ao soldado um lugar na História... A Siqueira Menezes seria agradável ouvir falar de Euclides da Cunha. Assim pensava Gilberto Amado, no longínquo 1911, quando, pela primeira vez, no Palácio do Governo, em Aracaju, falou com o “jagunço alourado”. “Eu pensava que Siqueira de Menezes e Euclides da Cunha”, são palavras de Gilberto Amado, “formassem uma correlação natural, palpitante, viva. Falar de Siqueira Menezes a Euclides da Cunha seria ouvir... as frases de **Os Sertões**. Falar de Euclides da Cunha a Siqueira de Menezes, importaria em ouvir palavras de gratidão, de enternecimento, de felicidade”²⁰⁶. Terrível engano. Julgando agradar ao general, de quem precisava obter o imprescindível apoio à sua candidatura ao legislativo federal, o jovem pretendente assim teria começado:

– “General... não posso, olhando pela primeira vez o senhor, deixar de pensar no tenente-coronel da expedição de Canudos. Euclides...”

²⁰⁴ AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956. p. 175.

²⁰⁵ GUARANÁ, Armando. *Dicionário Bio-Biográfico Sergipano*. Rio de Janeiro, 1925, p. 185.

²⁰⁶ AMADO, Gilberto. *Op. cit.*, p. 178.

O presidente interrompeu-o, bruscamente.

– “Não me fale nesse... “O epíteto injurioso chiou: “Nunca foi lá. Nunca se perdeu por aquelas bandas. Nunca me viu. Nunca o viram”.

–“Mas, General... Foi um grande momento para o senhor, para Sergipe, para o Brasil. Uma glória para todos nós. Nunca sergipano mereceu tanto, foi elevado tão alto como naquelas páginas”.

– “Não me fale nesse... !”²⁰⁷

E no final da conversa, em face da insistência de Gilberto Amado:

– “Mentira! Não viu nada! Nada daquilo é verdade”²⁰⁸.

“Tive surpresas na vida”, declara o vigoroso ensaísta de **Grão de Areia**, “mas nenhuma ultrapassou aquela”²⁰⁹. Aceitou, porém, apesar da surpresa as estranhas declarações, convencendo-se que Euclides não se avistara com Siqueira de Menezes. “É forçosa a conclusão”, comenta Gilberto Amado, “Euclides poetizou o personagem (sic.) obedecendo à mesma tendência magnificadora e romantizaste que indignou Plácido de Castro. Forneceram-lhe algumas notas esparsas sobre a campanha... talvez uma fotografia de Siqueira, cujo nome, salientado ao acaso, impressionou-o. Talvez nem mesmo essas notas de que falo lhe tenham sido presentes. Comprove-se simplesmente, por vocação de temperamento e vício de formação, em representar, para seu uso, no cenário melancólico, onde a inépcia dos homens condizia com a sordidez da paisagem, um herói romântico, uma figura de ficção que lhe pareceu necessária

²⁰⁷ *Idem*, p. 180.

²⁰⁸ *Idem*, p. 179.

²⁰⁹ *Idem*, p. 179.

à obra. Que importa que não existisse? A ciência, a bravura, a contemplatividade, a alma profunda do expedicionário do sertão, do jagunço alourado, são engrandecimentos de processo, oriundos da mesma deformação sublimadora que levou Castilho a chamar linfa a água de Ovídio, Coelho Neto adaga a faca de que se servira o negro de engenho”²¹⁰.

3 - A revelação contida no terceiro volume das memórias de Gilberto Amado e a posição que o memorialista adotou sobre assunto estão a merecer cuidadoso estudo crítico, o que tentaremos fazer neste momento.

As declarações em apreço, que alcançaram grande repercussão nos nossos meios literários, levam-nos às seguintes conclusões:

1) Euclides da Cunha não esteve em Canudos. (“Nunca foi lá... Nunca se perdeu por aquelas bandas... Nunca o viram”...

2) Euclides da Cunha não conheceu Siqueira de Menezes (“Nunca me viu”...)

3) O “jagunço alourado”, herói da campanha de Canudos, é mera criação literária de Euclides.

Inicialmente, precedendo à discussão das sensacionais revelações, precisamos pesar o valor do testemunho de Gilberto Amado. Teria sido o escritor realmente fiel ao repetir as expressões ouvidas, num instante de natural emoção, há mais de quarenta anos passados? Guardaria ele perfeitamente o tom em que foram as mesmas pronunciadas? Sem pôr em dúvida a sinceridade da testemunha, não podemos esquecer, na pesquisa histórica, as dolorosas traições da memória, tão bem estudadas pelos especialistas da matéria? Teria mesmo Siqueira de Menezes declarado que Euclides da Cunha nunca esteve em Canudos? A afirmação é de tal forma inconsistente que temos direito de repetir a

²¹⁰ *Idem*, p. 181.

pergunta. Ninguém, até hoje, levantou a mais leve suspeita a respeito da presença de Euclides da Cunha na zona de operações de Canudos, donde ele remeteu para **O Estado de São Paulo**, crônicas datadas de 12, 24, 26, 27, 28 e 29 de setembro e de 1 de outubro. Seria possível que um homem de responsabilidade, representando um grande órgão da imprensa paulista, cometesse a leviandade de datar seus artigos de um lugar onde ele não se encontrava? É inconcebível que o jornalista estivesse mentindo ao escrever, a 12 de setembro: “E vingando a última encosta divisamos subitamente, adiante, o arraial imenso de Canudos”²¹¹. Que tivesse a coragem de inventar, na correspondência de 27: “O general Artur Oscar, restabelecido agora de ligeira enfermidade, acaba de mostrar-me alguns tipos de balas caídas nos tiroteios da noite”²¹². Os exemplos poderiam ser multiplicados. Invariavelmente, em todas as crônicas, Euclides menciona lugares, narra fatos, cita nomes de pessoas, tudo evidenciando que o repórter estava nas redondezas do arraial fanático. No seu caderno de notas, arquivado no Instituto Histórico Brasileiro, figuram croquis, anotações diversas, tudo comprovando sua presença no teatro da guerra sertaneja. Os jornais da Bahia noticiaram sua partida e seu retomo de Canudos. Um, trecho de Francisco Mangabeira, em notas ao poema **Tragédia Épica**, indica que fizera amizade com o grande escritor nos arredores do Belo Monte²¹³. O Dr. José Marques dos Réis, do Serviço Médico da Polícia da Bahia, contou a Helvécio Carneiro que medicara, várias vezes, na sua barraca em Canudos, a Euclides da Cunha²¹⁴. Diante do que vimos de expor, a assertiva de Siqueira de Menezes, se de fato foi fielmente reproduzida por Gilberto Amado, não pode ser aceita. Euclides esteve, sem dúvida alguma, em Canudos, tendo assistido os últimos momentos do singular e efêmero Império do Belo Monte.

²¹¹ CUNHA, Euclides da. *Canudos. Diário de uma expedição*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939. p. 85.

²¹² *Idem*, p. 101.

²¹³ MANGABEIRA, Francisco. *Tragédia Épica*. Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1900.

²¹⁴ “*Jornal de ALA*”, III, Bahia, p. 33.

4 - Passemos ao segundo ponto, Euclides não conheceu Siqueira em Canudos. “Nunca me viu”. Em vista das provas que apresentaremos a seguir, somos levados a contestar, ainda uma vez, a categórica informação de Siqueira de Menezes. Euclides e Siqueira estiveram, sem dúvida alguma, juntos, em Canudos. A 28 de Setembro, registrava o repórter ilustre na correspondência remetida ao seu jornal: “Para não perder tempo, *continuo* (o grifo é nosso) com o tenente-coronel Siqueira de Menezes – um tipo interessantíssimo e notável, ao qual mais longamente me referirei, a observar sistematicamente, hora por hora, a temperatura, a pressão e a altitude em Canudos. Faremos com todo o cuidado estas observações que são as primeiras realizadas nestas regiões e das quais se derivará a definição mais ou menos aproximada do clima destes sertões”²¹⁵. No dia seguinte, informava aos seus leitores: “Às 7 1/2, em companhia, dos generais Artur Oscar, Carlos Eugênio, tenente-coronel Menezes e outros oficiais, segui para uma excursão atraentíssima - um passeio dentro de Canudos”²¹⁶. A 1 de outubro, na derradeira crônica que escreveu da zona conflagrada, fala na Comissão de Engenharia, cujo chefe era o já tantas vezes citado Siqueira de Menezes, dizendo: “À 1 hora e 45 minutos cheguei à sede da comissão de engenharia e observei o combate”²¹⁷. Refere-se ainda, em duas oportunidades, a conversas ouvidas na Comissão de Engenharia, que disse ser o “ponto clássico das melhores palestras do acampamento”²¹⁸. Por que iria Euclides da Cunha inventar todos estes encontros com Siqueira de Menezes? Há, porém, alguma coisa mais. Na sua caderneta de notas, guardada como já dissemos no Instituto Brasileiro, encontrou Eloi Pontes estas anotações de Euclides da Cunha: “Fui com o tenente-coronel Siqueira até próximo de uma pedra que

²¹⁵ CUNHA, Euclides da. *Idem*, p. 103.

²¹⁶ *Idem*, p. 106.

²¹⁷ *Idem*, p. 121.

²¹⁸ *Idem*, pp.98 e 105.

verificamos ser mármore negro. Almocei com Guabiru e jantei com Alípio”²¹⁹. Outro biógrafo de Euclides da Cunha, o educador Francisco Venâncio Filho, informa que foi em Joá, localidade próxima a Canudos, que se deu o encontro de seu biografado com o chefe da Comissão de Engenharia²²⁰.

Também na imprensa da época, há uma notícia que confirma as relações de conhecimento entre Siqueira e Euclides. Está no **Jornal de Notícias**, da Bahia, edição de 27 de outubro de 1897. Vejamo-la: “Consta que o Dr. Siqueira de Menezes deseja publicar um estudo sob o ponto de vista militar, político, social e religioso do grupo conselheirista. Compreende também uma apreciação detida e imparcial das observações que fez sobre o original e simpático tipo brasileiro do vaqueiro ou sertanejo. Este trabalho foi mostrado ao inteligente Dr. Euclides da Cunha”.

A convivência com Siqueira de Menezes, naqueles dias dramáticos, levou Euclides da Cunha a incluir o destemido sergipano na lista dos seus amigos. Não estamos fazendo suposições. Podemos documentar a afirmação. Em junho de 1904, quando estava pleiteando uma comissão à Amazônia, escreveu, numa carta endereçada a José Veríssimo, um dos patronos de sua pretensão: “Não há temer-se a oposição de um espectro, o Exército, por causa dos **Sertões**. Tenho lá, mesmo naqueles lugares, amigos, – bastando citar o nome de Siqueira de Menezes. Além disso, o rancor despertado pelo livro vai muito atenuado”²²¹.

²¹⁹ PONTES, Eloy. *A Vida dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938. p. 120.

²²⁰ VENÂNCIO FILHO, Francisco. *A glória de Euclides da Cunha*. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1940. p. 23. Desconhecemos a fonte em que o dedicado euclidiano bebeu a informação. Supomos que tenha sido a mencionada caderneta, que infelizmente ainda não tivemos ensejo de consultar.

²²¹ VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha a seus amigos*. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1938. p. 127.

Realmente, na época citada, ocupava Siqueira de Menezes, já general, o cargo de prefeito do Alto Purus, que deixou, em começo de 1905, quando seguiu para a Bahia, segundo informa o criterioso pesquisador sergipano Armindo Guaraná²²². Ao passar por Manaus, quando regressava ao sul, em janeiro ou fevereiro, Siqueira Menezes encontrou Euclides da Cunha que chegara à capital amazonense, como chefe de Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, a 30 de dezembro de 1904. Contou-nos, certa vez, o engenheiro Arnaldo Pimenta da Cunha, integrante da referida Comissão, que Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes estiveram conversando, longamente, na maior cordialidade, defronte do teatro de Manaus. Podemos acrescentar, com documento existente no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que Siqueira de Menezes foi portador, nesta oportunidade, de uma fotografia da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus enviada por Euclides da Cunha a seu tio, José Rodrigues Pimenta da Cunha, pai do já mencionado engenheiro Pimenta da Cunha, que figura no grupo retratado. Existe, na Casa da Bahia, devidamente emoldurada, cópia da fotografia original, contendo a seguinte inscrição: No verso desta fotografia se lê com a letra de Euclides da Cunha: “José Rodrigues Pimenta da Cunha. Bahia. P.E.F. do general Siqueira de Menezes (Arnaldo)”.

Os dados que apresentamos, todos merecedores de maior crédito, destroem, ao nosso ver, a declaração de Siqueira de Menezes, trazida ao conhecimento público pelo embaixador Gilberto Amado.

5 - Resta-nos, agora, o terceiro ponto, isto é, a conclusão a que chegou Gilberto Amado, lamentavelmente alicerçado em base precária. Para ele, segundo mostramos anteriormente, o “jagunço alourado” é uma criação de Euclides da Cunha Siqueira, é, apenas, um herói de **Os Sertões**.

²²² GUARANÁ, Armindo. *Op. cit.*, p. 181.

Perguntaremos, então: sendo, indubitavelmente, um dos heróis do grande livro, teria sido o bravo soldado, em verdade, um dos heróis de Canudos? A pergunta, que muitos julgarão descabida, justifica-se plenamente. Há quem pense, como é o caso de Gilberto Amado, que **Os Sertões** não deve ser considerado, rigorosamente, um livro de história. Opinião, digamos desde logo, de certo modo abonada por um amigo e admirador do infortunado fluminense, Afrânio Peixoto, que proclamou, discursando na Academia Brasileira de Letras: “Não é um livro de história, de estratégia ou geografia, é apenas o livro que conta o *efeito dos sertões* sobre a alma de Euclides da Cunha”²²³. Afrânio Coutinho, em trabalho aparecido na imprensa, já indagou se o grande livro não é obra de ficção²²⁴. Na tradução francesa de **Os Sertões**, deparamos esta expressiva classificação – “*roman historique*”. Bem podemos, portanto, em face do que ficou dito, mesmo sem tomar partido por enquanto, considerar que os heróis de **Os Sertões** não são, forçosamente, os heróis de Canudos. A ardente imaginação de Euclides da Cunha, convenhamos, possuía capacidade para criar seu mundo especial de heróis. Siqueira de Menezes podia estar incluído neste majestoso quadro. Em verdade, porém, tal não sucedeu. O “jagunço alourado” é um herói de **Os Sertões**, mas também é um autêntico herói de Canudos. Alinhemos alguns depoimentos em favor desta tese: “No trem ordinário de segunda-feira”, noticiava o **Diário da Bahia**, a 21 de outubro de 1897, “chegou de Canudos o heróico coronel Dr. Siqueira de Menezes. São inestimáveis os serviços prestados pelo ilustre militar à República, com o seu talento e conhecimentos técnicos, com o seu denodo e com seus ideados planos de ataque. Para terminação desta luta terrível talvez tenha sido o coronel Dr. Siqueira o que mais tenha concorrido, com a tomada dos melhores pontos estratégicos inimigos. Nós que tivemos os primeiros, a satisfação e a honra de salientar seus feitos, cumprimos-lo em nome da Bahia agradecida”.

²²³ PEIXOTO, Afrânio. *Poeira da Estrada*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc., 1947. p. 33.

²²⁴ COUTINHO, Afrânio. "A TARDE", Salvador, 4 de nov., 1952.

Alvim Martins Horcades, estudante de medicina que serviu nos hospitais de sangue durante a campanha, autor de um livro corajoso onde critica fortemente alguns chefes militares, assim escreveu a respeito do “olhar da expedição”:
“Também nesse dia (sete de setembro) às duas horas da tarde, a alma de Canudos, o homem da ciência e da guerra, o militar e o homem ilustrado, tenente-coronel Dr. Siqueira Menezes, com o 9°, o 22° e o 34° tomou a estrada do Cambaio, para onde havia marchado no dia 4...” E, mais adiante: “Além disto o ilustre cidadão a que me refiro sabe ser soldado e homem ilustrado, sabe manejar a arma quando preciso e a pena quando necessário. E além de tudo, sabe ser militar ilustre, porquanto compreende o que é generosidade. Obedecendo a seus princípios de educação não pratica os atos de vandalismo que outros têm honra em fazer, não havia um só jagunço, *quer manso quer bravo*, que não aceitasse o nome honrado de Siqueira de Menezes²²⁵

O brigadeiro Marcos Evangelista da Costa Vilela Júnior, sargento de artilharia na época da guerra sertaneja, conta, nas suas memórias, que Gustavo Barroso divulgou em **O Cruzeiro**, de 27 de outubro de 1956, um fato que revela a extraordinária coragem pessoal do ilustre militar. Ouçamo-lo: “Neste momento, estava á direita do meu canhão, a uns dez ou quinze metros, coronel Siqueira Menezes, comandante de Engenharia, com um embornal de lona cheio de pentes de munição de fuzil e com um mosquetão, tiroteando, dando prova de sua alta bravura, pois não era combatente e, portanto, nada tinha com o que se passava na linha de frente”²²⁶.

Henrique Duque Estrada Macedo Soares, tenente de infantaria, tendo participado da guerra do Conselheiro e escrito um livro bem interessante, também destaca elogiosamente o papel do chefe da Comissão de Engenharia.

²²⁵ HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma Viagem a Canudos*. Bahia: Lito-Tipografia Tourinho, 1899. p.48.

²²⁶ José Bonifácio Fortes, em artigo publicado na imprensa sergipana a respeito da revelação de Gilberto Amado, registrou o depoimento do brigadeiro Vilela Junior, no que diz respeito à atuação de Siqueira Menezes.

“A maneira como o tenente-coronel Siqueira de Menezes desempenhou-se do encargo”, diz o autor citado, granjeou-lhe francos aplausos das forças, pondo em evidência elevadas qualidades de oficial preparado para os mais altos cometimentos, revelando, a par de atividade e tino poucos comuns, ampla intuição do serviço de que foi encarregado, mostrando ser oficial completo de Estado Maior, completamente despido de quaisquer preocupações que pudessem empanar o brilho do seu espírito verdadeiramente militar²²⁷. Noutro trecho, tratando de uma marcha levada a efeito pelo mesmo oficial, afirma o tenente Macedo Soares; “Tal foi, narrada em breves termos, a importante marcha estratégica, realizada pelo tenente-coronel Siqueira de Menezes, operação em que este oficial revelou qualidades de consumado militar e que tanto o recomendam”²²⁸. O tenente-coronel Dantas Barreto, outro participante da luta, no seu livro ***Última Expedição a Canudos***, conceituou a propósito do seu companheiro de farda: “O tenente-coronel Siqueira de Menezes, de quem não se podia duvidar, tal era a confiança que o seu temperamento varonil e o seu carácter altivo inspiravam”²²⁹. Finalmente, a palavra autorizadíssima do general Artur Oscar, comandante da Quarta Expedição contra Canudos, consignada em documento oficial: “O tenente-coronel José Siqueira de Menezes é de uma bravura excepcional e será um excelente chefe de estado maior”²³⁰. Os conceitos que acabamos de transcrever, comprovando as qualidades intelectuais e morais, a bravura pessoal e os conhecimentos técnicos de Siqueira de Menezes, são suficientes para assegurarem ao “jagunço alourado” um posto definido no quadro dos heróis de Canudos. O perfil que dele nos deu Euclides da Cunha, naturalmente com as cores fortes do seu estilo, não é obra de imaginação. Julgamos que o “jagunço alourado” mantém, em face de

²²⁷ SOARES, Henrique Duque Estrada Macedo. *A guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Tip. Altina, 1902. p. 279.

²²⁸ *Idem*, p. 284.

²²⁹ BARRETO, Dantas. *Última Expedição a Canudos*. Porto Alegre: Franco Irmãos. Editores, 1898. p. 33.

²³⁰ CANTUÁRIA, João Tomás. *Relatório apresentado ao Presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. p. 174.

documentação que conseguimos respigar, sua condição da personagem histórica, de herói de Canudos, apesar da tentativa de seu sepultamento nas páginas deliciosas da ***Mocidade no Rio*** e ***Primeira Viagem à Europa***.

EUCLIDES DA CUNHA NOS JORNAIS DA BAHIA*

Euclides da Cunha foi também notícia da campanha de Canudos. O moço engenheiro, tenente reformado do Exército, colaborador do **Estado de São Paulo**, enviado pelo grande diário paulista aos ensanguentados sertões da Bahia, na qualidade de correspondente de guerra, teve seus passos seguidos pelos homens da imprensa da Cidade do Salvador, aos quais ficamos devendo algumas preciosas informações à biografia de Euclides e à história de “**Os Sertões**”. Julgamos conveniente reunir as notas de várias origens, perdidas nos noticiários de guerra dos jornais baianos, assinalando sua presença na velha Província.

Foi o **Diário de Notícias**, ao que parece, a primeira gazeta da Bahia a mencionar a vinda de Euclides da Cunha. Uma pequena nota, na edição do dia 2 de agosto de 1897, informava: “Foi nomeado o tenente reformado Francisco Euclides da Cunha para servir no estado maior do ministro da Guerra, durante sua permanência na Bahia”. O Francisco Euclides da Cunha apareceu, apenas, uma vez. Daí por diante, teremos Euclides Cunha, Euclides da Cunha, Euclides Rodrigues da Cunha.

O **Correio de Notícias**, vespertino, divulgou, em primeira mão, a notícia da chegada do ministro da Guerra, na manhã de 7 de agosto, que merece transcrita na íntegra, por causa da relação dos demais oficiais integrantes do estado maior do marechal Bittencourt: “Hoje pela manhã chegou a esta capital o vapor nacional Espírito Santo, que trouxe além do Sr. ministro da Guerra e seu ajudante de ordens, o coronel Francisco Calado, os seguintes oficiais: capitão Guilherme A. da Silva, capitão Luís de M. Azevedo, tenente Elisiário de D. Vieira, alferes José A. F. de Galvão, 1º tenente Maximiano J. Martins, 2º tenente Antonio F. Azevedo, alferes José C. S. da Silva, capitão Alfredo R. Pires, tenente coronel

* Este trabalho foi originalmente publicado na Revista da Academia de Letras da Bahia, Salvador, n. 39, maio, 1993.

Dr. Pedro B. Leitão, alferes Joaquim C. Daltro, tenente Dr. Euclides da Cunha e um criado, alferes Antonio F. da Fonseca, Joaquim S. de M. Pontes e um criado, capitão Raimundo M. da Silva, alferes Honório P. S. Lobato, tenente coronel Francisco F. de Araújo, Sra., três filhos e um criado”. Num outro local, o mesmo periódico que registrava o criado trazido pelo correspondente d’ **O Estado**, anunciou: “Vem servindo junto ao estado maior do Sr. ministro da Guerra, durante o tempo em que estiver neste Estado, o tenente reformado Euclides Rodrigues da Cunha”.

No dia seguinte, em notas destacadas, o **Diário da Bahia** e **A Bahia** faziam elogiosas referências ao confrade paulista, ao tempo em que falavam no livro que ele pretendia escrever. Estava no **Diário**: “Tivemos ontem a satisfação de receber nesta redação a visita do Sr. Euclides da Cunha, engenheiro militar chegado ontem a bordo do Espírito Santo, em companhia do ministro da Guerra, de cujo estado maior faz parte, Dr. Euclides da Cunha vem incumbido pelo **Estado de São Paulo** de estudar as condições geológicas do terreno de Canudos e escrever um livro sobre a atual guerra em que naquela localidade se empenha o exército nacional contra o fanatismo”.

A **Bahia**, por sua vez, consignou: “Tivemos ontem o prazer do cumprimento ao Sr.

Dr. Euclides da Cunha, nosso distinto colega do **Estado de São Paulo**, o qual seguiu (sic) para Canudos fazendo parte do estado maior do Sr. ministro da Guerra. Pretende o nosso ilustre colega estudar a região de Canudos sob o ponto de vista militar e científico. Para levar tal projeto, não hesitou em abandonar a importante comissão que, como engenheiro militar, exercia em São Paulo. Agradecemos-lhe a gentileza da visita com que nos distinguiu”.

A 31 de agosto, o **Diário da Bahia**, que transcreveu alguns dos artigos publicados no **Estado de São Paulo**, noticiando a partida do repórter para o teatro da luta, informou: “Durante sua estada entre nós o hábil escritor deu-nos a

satisfação de visitar-nos quase cotidianamente, permitindo assim que admirássemos de perto seu belíssimo talento e profundidade de conhecimentos, um modo especial de encarar as coisas, revelador de grande critério e não menor espírito de observação”.

Terminada a terrível refrega sertaneja, o ***Diário da Bahia***, em nota intitulada “Dr. Euclides da Cunha”, divulgou “No trem de ontem, chegou de Queimadas o provector escritor cujo nome encima esta notícia. Com larga messe de documentos e tendo estudado profundamente as condições geológicas do solo de Canudos e étnicas diversas, o Dr. Euclides da Cunha voltará em breve para São Paulo, onde vai escrever uma obra especial por solicitação do ***Estado de São Paulo***, cujo valor o seu aprimorado talento e grande cabedal científico deixam entrever. Saudâmo-lo efusivamente”.

Assim, a 14 de outubro. E a 17, com o mesmo título, num noticiário mui simpático ao jornalista: “A bordo do vapor nacional *Brasil* seguiu ontem para o Rio de Janeiro, de onde partirá para São Paulo, o ilustre jornalista Sr. Euclides Cunha, que viera a este Estado, em comissão do ***Estado de São Paulo***, de que é emérito redator. Tendo partido em companhia do Sr. Ministro da Guerra para Canudos, onde esteve desde 17 de setembro até 3 de outubro, pôde assistir aos grandes combates de 24 daquele mês e 1º de outubro, conseguindo fazer os estudos que precisava para o livro que a respeito da guerra de Canudos, condições étnicas e geológicas daquele lugar vai escrever. Dispensamo-nos de acrescentar a essas linhas quanto de valioso para a história e para as letras nacionais será esse livro, que a pena laureada do distinto engenheiro vai traçar. Conhecem já os nossos leitores, todo o público baiano, o vigor e o brilhantismo de seu aparelhado talento e o critério de seus conceitos tão lucidamente externados nas cartas que temos dado a estampa, de sua correspondência para o mencionado jornal paulista. Tivemos a ventura de merecer-lhe viva simpatia e espontânea estima, testemunhadas na convivência que desde sua chegada a esta capital estabeleceu entre nós. E devemos declarar que, se no distinto

colega de imprensa reconhecemos uma aprimorada mentalidade, reconhecemos igualmente um cavalheiro de escol e um caráter superior. Registrando a sua partida desta capital, cumpremos testemunhar-lhe nosso agradecimento à gentileza e liberalidade do seu espírito. Aos nossos leitores devemos comunicar que, por espontânea e generosíssimo oferecimento seu, o distinto jornalista será no **Estado de São Paulo** o nosso correspondente. Inestimável serviço esse que nos vais prestar o digno paulista, a quem desejamos a mais feliz viagem”.

Na véspera da publicação acima, o **Diário de Notícias**, laconicamente, dizia: “Foi exonerado de adido ao estado maior do marechal Carlos Machado Bittencourt, ministro da Guerra, o tenente reformado Euclides Cunha”. Voltou, porém, a falar de Euclides, no número de 29 de outubro, quando deu a conhecer aos seus leitores o plano de livro do ex-correspondente do jornal paulista, precedido das seguintes palavras: “O ilustre Dr. Euclides da Cunha, que representou tão brilhantemente o **Estado de São Paulo**, como seu correspondente, vai publicar um interessante livro sob o título *Nossa Vendéia*, do qual o **Jornal do Comércio** dá o seguinte esboço das duas partes”.

Finalmente, o **Jornal de Notícias**, de 27 de outubro: “Consta que o Dr. Siqueira de Menezes deseja publicar um estudo sob o ponto de vista militar, social e religioso do grupo conselheirista. Compreende também uma apreciação detida e imparcial das observações que fez sobre o original e simpático tipo brasileiro do vaqueiro ou sertanejo. Este trabalho foi mostrado ao inteligente Dr. Euclides da Cunha”.

É interessante observar que o **Jornal de Notícias**, dirigido por Aloísio de Carvalho, nenhuma menção especial fez à passagem de Euclides da Cunha pela Bahia, embora houvesse amizade entre os dois intelectuais, como está claro no registro com que o jornal de *Lulu Parola* lamentou o fim trágico do autor de **Contrastes e Confrontos**: “O **Jornal de Notícias**, abstraindo da estima particular que lhe dedicava, e de que houve delicadas provas penhorantes, dá

sinceros pêsames ao Brasil pelo desaparecimento do notável intelectual, glória do nosso nome”.

CENTENÁRIO DO BELO MONTE^(*)

Antonio Conselheiro, acompanhado de numeroso séquito, chegou a Canudos, no município de Monte Santo, em 1893. A informação está no livro famoso de Euclides da Cunha. Teremos, portanto, no próximo ano, o centenário de um acontecimento marcante da nossa história. Antonio Vicente peregrinava no centro das Províncias de Sergipe e da Bahia, desde 1874, porém foi seu estabelecimento no povoado sertanejo que imprimiu novo rumo ao seu movimento.

Há uma indagação a fazer. Em que dia de 93 chegou o Bom Jesus a Canudos, que logo depois ele denominou Belo Monte?

Parece-nos que encontramos uma notícia para fixar época aproximada. Os primeiros dias do mês de junho. A informação aparece numa notícia enviada de Monte Santo e publicada no **Diário de Notícias** de Salvador, de 17 de junho de 1893. O **Diário** dispunha de um correspondente que remetia, mais ou menos de quinze em quinze dias, noticiário da Vila e de suas redondezas. A secção já existia há muito tempo, porém não trazia assinatura, sendo de autoria desconhecida. O repórter sertanejo era minucioso. Em carta ao Dr. De Vecchi, diretor do jornal soteropolitano, dizia, a 11 de junho, o seguinte: “Depois de vos escrever temos estado em sobressaltos e sustos, cada qual calculando a consequência, se por cá passar, ou o povo do Conselheiro Antonio ou a escolta que o governo mandar a seu encalço e esse temor é tal, que muitos já procuraram fazendas de amigos e lá acham-se como refugiados; mas parece-me que temem-se sem razão nem causa que a isso dê lugar, porquanto a força que o governo havia enviado mesmo de Serrinha voltara e o Conselheiro com todo seu séquito já se acha no arraial do Canudos, distante daqui, quero dizer, acima 12 léguas”.

(*) Publicado originalmente em *A Tarde*, Salvador, 15 nov. 1992.

Fica, assim, sabido que no dia 11 de junho, quando o correspondente remeteu seu artigo, já era conhecida a chegada do Santo Conselheiro ao povoado. Sabemos, também, com segurança, que os conselheiristas haviam enfrentado e vencido, no lugar Masseté, então território de Tucano, a 28 de maio, a tropa policial. Foi após o choque de Masseté que o grupo se deslocou para o arraial sagrado. Assim sendo, seria acertado afirmar que a chegada ocorreu nos primeiros dias de junho, antes evidentemente, do dia 11. Em correspondência posterior, que saiu publicada em 10 de julho, o informante confirmou sua carta de 11 de junho, isto é, a presença do peregrino no antigo povoado, desde então, oficialmente denominado, como já vimos, pelo grupo conselheirista, de Belo Monte.

As comemorações centenárias, que algumas entidades, inclusive a Bahiaturra, estão preparando, devem ocorrer na segunda semana de junho, entre os dias 7 e 13 de junho. Não haveria uma data determinada. Seria uma semana de rememorações, com a vantagem de terminar no dia de Santo Antonio, padroeiro da igreja levantada pelo Bom Jesus Conselheiro, que já estava concluída no momento em que se deu a ocupação do lugarejo do Vaza-Barris.

O pesquisador Renato Ferraz ouviu depoimento de um velho, segundo o qual Antonio Vicente Mendes Maciel fez sua entrada festiva, diríamos oficial, no dia que a Igreja Católica consagra ao santo casamenteiro. As informações não se chocam. Antes do dia 11, os conselheiristas estavam em Canudos, e no dia 13, justificadamente, celebraram a ocupação do local. Era o dia do taumaturgo português, que inspirava a devoção de Antonio Vicente Mendes Maciel, Conselheiro de alcunha, também apelidado Santo Antonio dos Mares, Santo Antonio Aparecido.

DOIS CENTENÁRIOS^(*)

Em 1993, transcorrem dois centenários ligados à história do conselheirismo sertanejo. O choque de Masseté, a 26 de maio, e a chegada de Antonio Conselheiro e milhares de seguidores ao povoado Canudos, quando o Peregrino determinou que se o chamasse, desde então, Belo Monte. Sem dúvida alguma, pelas conclusões da leitura de documentos oficiais, a ocupação do povoado teria acontecido nos primeiros dias de junho, a 5 ou 6 do referido mês.

Os dois fatos marcam, por assim dizer, o início da guerra do Bom Jesus Conselheiro. Até a noite de 26 de maio, que foi enluarada, os adeptos do místico cearense não haviam enfrentado a força policial. Nem mesmo os homens armados que, em Patrocínio do Coité, Lagarto, Simão Dias, por ordem dos vigários locais, afastaram os crentes das freguesias visitadas. Nem mesmo quando, em 1876, Antonio Vicente Mendes Maciel foi preso na vila de Itapicuru e enviado para a Cidade de Salvador. A resistência oferecida em Masseté, território de Tucano e hoje integrante do município de Quijingue, evidenciava que Antonio Vicente estava disposto a enfrentar o poder constituído. Ele próprio diria ao capuchinho frei João Evangelista, em 1895, que no tempo da Monarquia se deixara prender porque reconhecia o Governo, mas que agora não reconhecia a República. A atitude anti-republicana do cearense vinha sendo registrada na imprensa pelo menos desde 1892. Salomão de Souza Dantas, contemporâneo do Conselheiro, escreveu que foram vigários políticos e padres impacientes e irrefletidos que meteram na cabeça do macerado eremita que a República era um sistema de governo condenado por Deus. Não apareceram, porém, os nomes das pessoas responsáveis pelo anti-republicanismo do “pai conselheiro”. Sabemos, aliás, que as manifestações monárquicas do Conselheiro se tornaram violentas quando Rui Barbosa se apresentou como candidato ao Senado em

(*) Publicado originalmente em *A Tarde*, Salvador, 5 jun. 1993.

1892. Antonio Conselheiro, numa de suas prédicas, segundo disseram na Assembléia Estadual, afirmou que Rui era “o homem das trevas”.

A reação, como ficou dito, começou em Masseté. Em abril, quando os municípios iniciaram a cobrança dos impostos estabelecidos pela lei da organização municipal, em algumas localidades do nordeste baiano, grupos populares, em grande algazarra, quebraram as tabuletas afixadas nos prédios das intendências. O primeiro local foi Natuba, hoje Soure. Euclides da Cunha, equivocadamente, escreveu Bom Conselho e o erro vem sendo repetido. O grupo conselheirista ocupou Bom Conselho, praticando, aliás, as mesmas violências, dois anos após o episódio do Soure. Além da agitação em Natuba, houve atos de desobediência no Amparo e no Bom Jesus. Por interferência do Barão de Jeremoabo, seguiu para Tucano um contingente policial, comandado pelo tenente Virgílio Pereira de Almeida, com a finalidade de dissolver o grupo e prender seu chefe. O encontro ocorreu no lugar Masseté e os conselheiristas bateram a tropa policial, que correu desabaladamente, com mortes de ambos os lados. Na capital, o insucesso da polícia baiana alarmou o governador, que era o Dr. Rodrigues Lima. O Governo do Estado apelou para a ajuda do poder central e o vice-presidente da República, marechal Floriano Peixoto, atendeu prontamente à solicitação. Organizou-se uma tropa composta de oitenta soldados do 9º e 18º B.I., sob o comando do tenente João Camilo da Silva Seixas. A tropa acampou em Serrinha, onde ficou aguardando ordens para seguir ao encalço dos rebelados. Cresceu assustadoramente o número dos acompanhantes. O séquito, que não dispunha de mil pessoas em Masseté, estava com três ou cinco mil seguidores, conforme informações vindas do sertão. Os boatos eram alarmantes. Famílias inteiras, homens válidos, mulheres, crianças se engajavam nas hostes do Bom Jesus Conselheiro. Em Salvador, o governador ficou preocupado. Reuniu no Palácio, políticos e pessoas influentes. A maioria considerou ser temerário enviar uma tropa pequena para combater tão numeroso grupo. Poderia haver novo insucesso. Por outro lado, a ação militar provocaria verdadeiro massacre, sacrificando mulheres e crianças. Venceu a

prudência e o general de brigada, Inocêncio Galvão de Queiroz, comandante do 3º Distrito Militar, a 9 de junho, mandou recolher a tropa a Salvador. O Barão de Jeremoabo, Dr. Cícero Dantas Martins, político prestigioso na zona conflagrada, considerou errada a decisão. Parece haver sido a única voz discordante.

Os conselheiristas, ainda não se falava em jagunços, tomaram o rumo do povoado Canudos, à margem esquerda do Vaza-Barris, no município de Monte Santo. No dia 3 de junho passaram pelo Cumbe, hoje Euclides da Cunha. No dia 6, de Tucano avisaram ao tenente João Camilo que Antonio Conselheiro chegara a Canudos. O povoado, ao contrário do que pensava Euclides da Cunha, não estava em decadência e ali o famoso construtor de igrejas levantara pouco antes a capela de Santo Antonio, posteriormente conhecida por “igreja velha”. Ao lugarejo chegavam diversas estradas, caminhos que serviam às comunicações com o rio São Francisco. Em Canudos, viviam Antonio da Mota e Joaquim Macambira, proprietários de terras, negociantes de couro e de balcão. A economia local era baseada na criação de gado menor, exportando-se couro para cidades próximas. Havia uma larga praça, denominada “do comércio”, que depois também foi conhecida por “praça das igrejas”.

A presença de Antonio Vicente Mendes Maciel, em pouco tempo, iria, evidentemente, transformar o povoado num dos mais habitados lugares da Bahia. Uma metrópole sertaneja, que garantiu sua posição na história brasileira.

CENTENÁRIOS CANUDENSES^(*)

No ano que se inicia, o calendário Conselheiro/Canudos registra dois importantes centenários que merecem referência especial. Primeiro, em maio, os cem anos da malograda missão capuchinha ao reduto de Antonio Vicente Mendes Maciel; depois, em dezembro, a efêmera ocupação da Vila do Bom Conselho, hoje Cícero Dantas, por centenas de seguidores do Bom Jesus, que pessoalmente chefiou a operação, quase militar. A primeira centúria da pregação de frei João Evangelista de Monte Marciano vale ser recordada com a realização de um seminário de alto nível, no qual seja estudado o problema histórico da religião católica nos sertões baianos em fins do século passado. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), com suas equipes especializadas em religiosidade popular e movimentos religiosos, estão em ótimas condições culturais de coordenar importante simpósio, que necessariamente precisará contar com o apoio e colaboração dos pesquisadores da Bahia, de Sergipe, do Ceará, de Pernambuco, de São Paulo. É sugestão que me permita fazer como encontro-anunciador das comemorações de 1997, quando o Brasil precisará repensar Conselheiro, Canudos, sertão, Euclides da Cunha, problemática histórica e atual da cultura brasileira. Não teremos neste fim de milênio melhor oportunidade do que o centenário da terrível e sangrenta campanha. Precisamos porém, preparar um ambiente propício à reunião máxima deste fim de século. O seminário aqui sugerido nos parece de gritante oportunidade. Vamos discutir, em maio próximo, partindo do aspecto religioso, o desenvolvimento cultural e econômico do Brasil, no século rodado, com tantas questões, tantas teorias e por que não dizê-lo, com tantas frustrações.

O conhecido relatório do capuchinho italiano, redigido pelo monsenhor José Basílio Pereira, é documento fundamental na reunião de maio. É fácil encontrá-

(*) Publicado originalmente em *A Tarde*, Salvador, 27 dez, 1994.

lo na edição facsimilar, editada pelo Centro de Estudos Baianos, por iniciativa do professor Fernando Peres. O relato do frade da Piedade, consignando a história de um insucesso, está repleto de informações, algumas apaixonadas, porém ricas de roteiros para os estudiosos, que neles muito terão de aprender. Aqui fica minha lembrança, em verdade um apelo dirigido aos dirigentes universitários e outros que queiram ajudar a tarefa meritória de aprofundamento das raízes nacionais.

O segundo centenário é o de evento quase nunca rememorado na história canudista. Um equívoco de Euclides da Cunha ficou responsável pelo seu esquecimento. O escritor de **Os Sertões**, lendo mal um trecho do Barão de Jeremoabo, pensou que ocorrera em Bom Conselho, no ano de 93, o primeiro ato de rebeldia do Conselheiro contra as autoridades municipais. O lugar foi Natuba, hoje Nova Soure. A vila de Bom Conselho veio a ser envolvida pela agressividade dos jagunços em dezembro de 1895, quando Antonio Vicente e seus adeptos lá estiveram, em clima de guerra, arrebatando as tabuletas de impostos, mudando o lugar da feira, ameaçando autoridades, desafiando os “miseráveis republicanos”. O poder público não tentou a menor reação. Estava sem forças para fazê-lo. Na imprensa, porém, sugeriram advertências e protestos, que muito contribuíram para o clima antiConselheiro, levado ao extremo nos fins de 1896. É bom mencionar, porque todos conhecem o episódio, haver sido o juiz de direito de Juazeiro, bacharel Arlindo Leoni, o principal responsável pelo envio da primeira tropa contra Canudos, a expedição Pires Ferreira, ato que desencadeou a Guerra do Belo Monte. Pois bem, o juiz de Bom Conselho, quando a localidade foi invadida, era Arlindo Leoni, que não teve condições de vir à sede do seu juizado, mantendo-se recolhido numa propriedade vizinha. Parece não haver esquecido a humilhação. Procurou vingar-se. E fez a abertura de uma tragédia.

CENTENÁRIO DA IGREJA VELHA DE CANUDOS^(*)

Na história do conselheirismo canudense, o ano de 1893 foi fértil de eventos. Consequentemente, 1993 é rico de centenários. Já rememoramos os acontecimentos de Natuba, o choque de Masseté, a chegada ao povoado de Canudos, rebatizado com o nome de Belo Monte. Teremos, agora, a 18 de agosto, os cem anos da bênção da capela de Santo Antonio, conhecida como a “igreja velha”.

Um sobrevivente do conflito sertanejo, Manuel Ciriaco, natural de Canudos, homem de boa memória e conversa equilibrada, contou-nos que o Conselheiro, em sua primeira passagem pelo povoado, nos idos de 80, prometeu a Antonio da Mota, “negociante de couro e de balcão”, então homem forte da localidade, que levantaria uma nova capela no arraial do Vaza-Barris. Outro informante, o famoso Pedrão, Pedro Nolasco de Oliveira, disse-nos, por sua vez, que existia, erguida por gente da Torre de Garcia d'Ávila, uma igreja, quase em ruínas, quando o Bom Jesus garantiu que levantaria um pequeno templo.

Cumpriu a promessa. Em março de 93, segundo carta existente no arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o Peregrino escreveu ao seu beato Paulo José da Rosa que não levasse os santos para a nova capela, já concluída, porque não estava benta. Acreditamos que o propósito do Santo Conselheiro, depois de haver, festivamente, obtido do cônego Agripino Borges a bênção da igreja do Bom Jesus, na atual cidade de Crisópolis, era ir a Canudos para assistir a bênção da prometida capela. Houve, porém, uma série de fatos, que modificaram os projetos de Antonio Vicente. Com a luta de Masseté, a organização da tropa federal para persegui-lo, o Bom Jesus Conselheiro terminou chegando ao seu Belo Monte como um perseguido do Governo. Tomou, então, atitudes de defesa, organizando a Guarda Católica, municuada e

(*) Publicado originalmente em *A Tarde*, Salvador, 21 ago. 1993.

fardada, visando sua segurança pessoal e a defesa do reduto conselheirista. O governador Rodrigues Lima, todavia, após uma reunião em Palácio, desistiu do plano de luta. Deixou Antonio Vicente Mendes Maciel em paz, a partir de julho. Sentindo-se mais ou menos tranquilo, o Bom Jesus tratou de mandar benzer a mais nova de suas igrejas. Apelou, certamente, para o vigário do Cumbe, hoje Euclides da Cunha, padre Vicente Sabino dos Santos, sergipano do Lagarto, nascido em 1824. Canudos fazia parte da Freguesia. Foi uma festança, com foguetório e rezas, tudo ao gosto do Santo Conselheiro. Na oportunidade, ao entregar a chave da igreja, hoje guardada no Instituto Geográfico da Bahia, Antonio Conselheiro falou. Seu pronunciamento, que estava entre os originais encontrados pelo acadêmico João Pondé e publicados pelo jurista Ataliba Nogueira, é o melhor trabalho que nos legou. Agradece ao Bom Jesus a conclusão da obra, faz elogio das igrejas, condena os republicanos, os maçons, os protestantes e até mesmo os judeus. Define seu pensamento, com muita clareza.

Quando teria sido a cerimônia? No pé do cruzeiro, levantado defronte da capelinha, figura o ano de 1893. Pedrão, seus companheiros, Manuel Ciriaco e Zé de Totó, além de grande número de conselheiristas se casaram a 18 de agosto de 1893, conforme o velho combatente de Cocorobó. Uma grande festa, repetimos, com foguetório, rezas a valer, música, presença do vigário Sabino, que possuía casa no povoado místico. Dispomos de boas razões para julgar haver sido 18 de agosto o dia da bênção. É, convenhamos, uma boa hipótese de trabalho. Como existem, presentemente, grupos de estudiosos da história de Canudos, toma-se necessário ouvi-los. Aqui fica minha sugestão.

AS IGREJAS DE CANUDOS

Antonio Conselheiro, que andou pelo centro da Bahia e de Sergipe durante cerca de 25 anos, de 1874 a 1897, foi um grande construtor de capelas. Duas delas ainda existem mantendo as linhas arquitetônicas originais. Uma na cidade de Chorrochó, concluída em 1885, a outra em Crisópolis, obra de 1892. As referidas edificações religiosas demonstram a eficácia do trabalho constante e bem orientado do peregrino Antonio Vicente Mendes Maciel, Conselheiro de alcunha.

No povoado Canudos, pelo peregrino rebatizado com o nome de Belo Monte, ele viveu os derradeiros anos de sua vida. Ali esteve de junho de 93 até 22 de setembro de 1897, quando faleceu. Duas capelas, uma delas inacabada, documentam a faina construtiva do mais estudado *messias* brasileiro. A igreja velha, dedicada a Santo Antonio, ficou pronta no início de 93, tendo sido sagrada pelo padre Vicente Sabino dos Santos, vigário do Cumbe, possivelmente em agosto do referido ano, com uma grande festa popular, foguetório, confissões, batizados e casamentos. Teria sido uma das festividades maiores do povoado famoso. Como, porém, crescia a olhos nus a população do Belo Monte, Antonio Conselheiro providenciou os necessários recursos para aquela que seria a maior e mais importante de suas obras, sob a invocação de Bom Jesus. O jagunço Pedrão ouviu do próprio Conselheiro, pouco antes do início da guerra fratricida dos sertões baianos, que na obra já havia sido despendida a elevada quantia de 14 contos de réis. Temos notícia de que a edificação começara em janeiro de 1894 e ainda não estava concluída quando explodiu o caso Canudos, em fins de 96. A Capela dispunha de paredes muito grossas e os militares que combateram a gente conselheirista consideravam seu levantamento como o de uma fortaleza, à margem do Vaza-Barris, para enfrentar, quando fosse necessário, a “fraqueza do Governo”. E assim realmente sucedeu. A *igreja nova* foi a grande trincheira do conselheirismo, alvo do bombardeio da pujante artilharia das forças

republicanas do general Artur Oscar de Andrade Guimarães. Ficou em escombros.

Embora os historiadores do episódio histórico do fim do século XIX não façam referência a uma terceira capela, ela de fato existia e fora levantada antes da chegada dos seguidores de Antonio Vicente. Era muito pequena e por isso mesmo o Conselheiro, quando numa das suas andanças, por ali apareceu, comprometeu-se com o negociante de couro e de balcão Antonio da Mota, a erguer uma casa de orações bem maior e cumpriu a promessa. Porém a capela primitiva não foi destruída e ganhou a denominação de *Santuário*, com seu primitivo altar e um grande número de imagens católicas. Ao lado do *Santuário* havia um pequeno quarto onde ficou morando o Santo Conselheiro. Aí morreu e foi sepultado pelos fiéis, envolvido numa esteira de tabua, com seu crucifixo, seu camisolão azul, suas alpercatas de couro e seu odor de santidade.

UM MENINO DE COCOROBÓ^(*)

A memorialista Laura Oliveira Rodrigo Otávio, paulista, viúva do acadêmico Rodrigo Otávio Filho, completou, em maio, um século de existência. Está muito lúcida, elegante, disposta, contente de viver. Comemorou o evento pessoal reeditando seu livro de memórias - ***Elos de uma corrente***. Na parte anteriormente editada, a senhora Laura Rodrigo Otávio registrava impressões de menina a respeito de Euclides da Cunha, amigo de seu pai, Numa de Oliveira, figura da alta finança paulistana. Agora, a escritora fala de um menino jagunço, Ludgero Prestes, educado pelo professor Gabriel Prestes, durante muitos anos diretor da Escola Normal de São Paulo. Uma reportagem do jornalista baiano Isidro Duarte, publicada no ***Jornal do Brasil*** de 15 de março de 1974, reviveu na memória da ilustre anciã, a presença, em sua casa, de um menino trazido de Canudos pelo repórter Euclides da Cunha e por ele entregue aos cuidados carinhosos do educador Gabriel Prestes. São bem sugestivas as informações constantes na obra de boas reminiscências de Dona Laura: “Ludgero era vesgo, um tanto desengonçado”. A família de Numa Oliveira não queria que as outras crianças o chamassem de jagunço. A grande amizade que unia Numa de Oliveira a Gabriel Prestes proporcionara ao jaguncinho de Cocorobó uma acolhida afetuosa. Não tendo filhos, o Gabriel Prestes deu a Ludgero um lar e muita ternura. Em 1908, o protegido do autor de ***Os Sertões*** concluiu o curso de professor primário, enviando, então, a Euclides da Cunha seu retrato de formatura. Reconhecimento sertanejo.

Tratei da vida de Ludgero no meu trabalho ***Quase biografias de jagunços***. As notas ali coligidas estão agora enriquecidas com os informes da veneranda e ilustre senhora da Paulicéia. Aventuro uma sugestão. A terceira Canudos, que me concedeu o título honroso de seu cidadão, está plantada no chão histórico de Cocorobó, onde nasceu Ludgero, cujos pais morreram na fraticida luta de

(*) Publicado originalmente em A Tarde, Salvador, 2 jul. 1994.

97. Teria sido o primeiro filho de Cocorobó a receber o diploma de mestre primário. Por que não batizar uma escola de primeiras letras, do município ou do estado, com o nome de Ludgero Prestes? Gente da terra merece ser lembrada sempre.

SANTO ANTONIO DE CANUDOS^(*)

Declarou-nos Pedrão, Pedro Nolasco de Oliveira, compadre do Conselheiro, integrante da Guarda Católica do Belo Monte, que o *santo peregrino*, pouco antes de morrer, dissera-lhe acabrunhado: “tantas imagens e tantos inocentes pra estes incréus destruírem”. A frase foi pronunciada no Santuário, primitiva capela de Canudos, onde eram guardadas centenas de imagens trazidas de pontos mais diversos dos sertões, pelos fiéis conselheiristas. Uma casa sagrada.

Quando, naqueles amargurados dias iniciais de outubro de 97, os soldados da República, que destruíram a *Casa de Deus*, chegaram ao Santuário quase acabado, encontraram reduzidas a destroços aquele mundo de imagens da gente sertaneja. Eram, afinal, os despojos da luta fratricida e cruel. Os vencedores recolheram os santinhos, os crucifixos, os rosários sobreviventes. Uma chave de prata, encontrada no bolso do hábito de Antonio Vicente Mendes Maciel, coube ao alferes Jacinto Campos, que havia dirigido a tarefa da exumação. Outros achados foram distribuídos entre os vencedores. Alguém recolheu o “longo e complicado rosário do qual pendiam crucifixos e medalhas”, registrou o tenente Macedo Soares, no seu livro ***Guerra de Canudos***.

Alvim Martins Horcades, estudante da Faculdade de Medicina, que fez parte do Corpo de Saúde da Expedição Artur Oscar, tendo elaborado ***Uma viagem a Canudos***, publicação de 1899, esteve no Santuário onde encontrou, sepultado sigilosamente pelos seus seguidores, o cadáver do famoso líder dos nossos sertões. Horcades era muito ligado ao professor Adolfo Frederico Tourinho (1855-1902), por vários anos diretor do Colégio São Salvador, nesta capital. Foi aluno da casa e aí residiu durante anos. Participante ativo da contenda do Belo Monte, Martins Horcades lembrou-se de recolher e trazer para a cidade alguns objetos daquele histórico povoado, liquidado nos dias da terrível luta. Apanhou a

(*) Publicado originalmente em Revista Canudos, Salvador: Centro de Estudos Euclides da Cunha/UNEB, v.1, n. 1, p.23-24, jul./dez.1996.

chave da capela de Santo Antonio, a conhecida igreja velha, ofertando ao seu mestre predileto, o já citado doutor Adolfo Tourinho, o velho. O professor, com espírito histórico louvável, entregou ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com uma carta explicativa, a peça que lhe fora presenteada. O Museu do Instituto guarda a chave da capela, construída pelo Conselheiro, que o padre Sabino Vicente dos Santos, sergipano, vigário da freguesia do Cumbe, benzeu em agosto de 1893, provavelmente.

Horcades também recolheu e ofereceu a dona Maria Francisca Tourinho, esposa do diretor do São Salvador, uma pequena imagem de pedra, Santo Antonio, que a família Tourinho e seus amigos ficaram conhecendo como *Santo Antonio de Canudos*, hoje religiosamente conservada pela senhora Maria Evangelina Tourinho (Lilita), neta de dona Maria Francisca. Uma verdadeira relíquia. Não temos notícia de qualquer outra imagem colhida no Santuário onde morreu o Bom Jesus Conselheiro. A imagem fotografada por um profissional competente, canudista de escol, Claude Santos, e divulgada na semana do culto ao santo português, às vésperas do centenário da destruição de Canudos, pode bem servir de apelo no sentido de ser comunicada à Comissão do Centenário da Guerra de Canudos a existência de outras imagens, que os “incrédulos” não conseguiram destruir.

Louvado seja.